

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Wladsia Vivaine Oliveira Lino

**SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA
PROFISSIONAL NAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DO DISTRITO
FEDERAL.**

Brasília 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Wladsla Vivaine Oliveira Lino

**SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA
PROFISSIONAL NAS UNIDADES DE ACOlhIMENTO DO DISTRITO
FEDERAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a Adrianyce Angélica Silva de Sousa.

Brasília, 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Wladsla Vivaine Oliveira Lino

**SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA
PROFISSIONAL NAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DO DISTRITO
FEDERAL.**

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Adrianyce Angélica Silva de Sousa

Orientadora SER/UNB

Prof^a. Dr^a Daniela Neves de Sousa

SER/UNB

Prof^a. Dr^a Morena Marques

SER/UNB

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Eunice e Vanderlei, pelo amor incondicional e, assim, possibilitarem que os meus sonhos fossem concretizados. Pelo apoio, pelas inúmeras discussões que contribuíram para que hoje eu pudesse ser um ser pensante, cheia de inquietudes e possibilidades de crescimento.

Aos meus irmãos Wlavianus e Wlauemberg, que em suas diferenças, contribuíram e contribuem cotidianamente com meu processo de desconstrução e reconstrução pessoal.

À minha prima Mariane, que mesmo em outro país, acolhe minhas angústias e alegrias.

À amada Madalena por me acolher em TODOS os momentos que tenho vivido com seu imenso carinho, bondade e amor; e por ser a marida mais especial, amiga e cuidadosa de todas desse mundo!

A toda a família da Madalena (Helena) por me cuidarem de forma tão especial e carinhosa.

À minha irmã e anja Penante, por fortalecer minha fé nos momentos que eu insistia em abandoná-la; por escutar meus reclames, choros, angústias, chatices e, sem perder a ternura, me ajudou a amadurecer.

Ao meu irmão preto, lindo, lindíssimo Linnkiler, que com suas inúmeras frases sórdidas e peculiares, me ensinou a sorrir em momentos que o riso parecia inalcançável.

Às professoras que contribuíram de forma substancial com a minha formação na medida em que ministraram com tamanha excelência as disciplinas com as quais se comprometeram: Daniela Neves, Marcela Soares, Adrianyce de Sousa, Silvia Yanoulas, Newton Narciso, Morena Marques e Sandra Teixeira.

Às profissionais que se dispuseram e contribuíram com esta pesquisa.

As queridas professoras Daniela e Morena que aceitaram com enorme carinho participar da banca examinadora deste trabalho.

A todas as trabalhadoras e trabalhadores do Vida e Juventude e do PPDDH por dar tamanho valor aos processos educacionais e assim acreditarem na minha pesquisa e contribuírem para que eu pudesse terminá-la com tamanho êxito.

À Minha Senhora Adrianyce de Sousa, por ser uma pessoa de fundamental importância em todos os momentos pessoais, profissionais e acadêmicos que vivi – e vivo, sem a qual não teria enfrentado o meu medo de questionar e problematizar acerca do tema deste trabalho; pelos inúmeros momentos de colo, abraço, desabafo, cuidado, sabedoria, respeito e confiança.

Enfim, a “Deus”. Que ao longo desse trabalho vivenciei comigo processos profundos de amadurecimento.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõem compreender de que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, problematiza a sua prática profissional na atualidade. A pesquisa tem como objetivo analisar qual a compreensão que as assistentes sociais possuem sobre moral, ética, liberdade, opressão, os princípios do Código de Ética, a prática profissional, Projeto Ético Político do Serviço Social e, sobretudo com relação à referência teórico-metodológica que baliza o exercício profissional. O nosso trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionários junto às assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal. A amostra da pesquisa completou 10 questionários respondidos, sendo que esses correspondiam a 6 instituições. Com isso, trazemos aqui um conjunto de questões que permeiam e problematizam a historicidade do Serviço Social, bem como do exercício profissional e dos valores que balizam essa prática.

Palavras-chaves: Religião, Serviço Social, Exercício Profissional, Ética, Valores.

ABSTRACT

This thesis proposes to understand how the religious experience of social workers, who work in host units of Distrito Federal, influence - or not - the professional practice today. The research aims to analyze how social workers understand moral, ethics, freedom, oppression and the principles of the Code of Ethics. Also, to comprehend how they perceive the professional practice, the Ethical and Political Project of the Social Service, especially with regard to the theoretical-methodological reference that guides professional practice. Our work is methodologically developed through literature review and questionnaires with the social workers who work at the host units of Distrito Federal. Therefore, from 6 of those institutions, 10 questionnaires were answered. With that, we bring here a set of issues that permeate and question the historicity of Social Services, as well as professional practice and values guiding the practice.

Keywords: Religion, Social Services, Professional Practice, Ethics, Values.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I:	
Religião e Serviço Social	12
1.1. Religião e Religiosidade: uma aproximação crítica.	13
1.2. Conservadorismo Católico: base de constituição do Serviço Social brasileiro .	36
Capítulo II:	
Anos 90 e a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social	53
2.1. A historicidade das décadas de 1950 a 1980	54
2.2. Fundamentos e significados do Projeto Ético Político do Serviço Social	75
Capítulo III:	
Serviço Social e religião hoje: quais as problemáticas postas a prática profissional?.....	90
3.1. Unidades de Acolhimento e prática profissional no Distrito Federal.....	91
3.2. Religião e prática profissional: problemáticas atuais	98
Considerações Finais	135
Referências Bibliográficas	138
Apêndices	142
Apêndice 1: Carta de apresentação	142
Apêndice 2: Termo de consentimento Livre e Esclarecido	143
Apêndice 3: Questionário entregue às profissionais de Serviço Social das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.....	144

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso possui como objetivo central compreender de que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, problematiza a sua prática profissional na atualidade.

O interesse pelo tema se deu em debates realizados ao longo da formação de Serviço Social principalmente na matéria de Fundamentos Éticos e Ética Profissional, nesses fomos percebendo que os valores religiosos das (os) estudantes entravam em contradição com algumas categorias, valores e conceitos discutidos ao longo do curso de Serviço Social. As discussões acerca das competências e atribuições das (os) assistentes sociais desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) também contribuíram para o interesse pela temática apresentada. Interesse esse que foi acentuado pelo processo de realização de estagio em uma Unidade de Acolhimento que possuía um declarado viés religioso, assim como as profissionais. Dessa forma, o tema em questão passou a ocupar vários momentos de reflexão e inquietação.

Na medida em que a religião se inscreve na dinâmica social como um fenômeno latente e transversal aos processos históricos, sociais e políticos de nossa sociedade, esta deve ser problematizada na perspectiva de desconstruirmos o que de senso comum a circunda, atribuindo um estudo e uma compreensão mais qualificada acerca do que ela representa para a consolidação dos valores tidos como sociais – ou seja, comum à maioria da sociedade – e também de elementos da moralidade que tem nela sua gênese.

Estas reflexões são impensáveis sem o estudo da dimensão ética, na medida em que através da sua compreensão podemos entender os valores inseridos na totalidade social. Assim, esta deve ser traduzida enquanto mediação e práxis que é transversal à totalidade social e das ações conscientes que sinalizam para a crítica da moralidade dominante.

Localizamos como eixo central da vida humana o trabalho que como atividade fundante configura a criação e desenvolvimento das outras esferas

sociais. Deixa evidente qual o vetor concreto que representa os processos de socialização, desenvolvimento, transformação e sobre tudo de construção da própria consciência.

Inscrevemos por tanto o Serviço Social sobre essa compreensão para que possamos realizar as análises que dizem respeito à história da profissão na medida em que esta sofre profundas influências do pensamento conservador católico e de diretrizes teórico-metodológicas pautadas no neotomismo, no positivismo, no funcionalismo e na fenomenologia.

No largo da década de 90 quando se observa o acirramento das expressões da “questão social”, ou seja, quando os trabalhadores vivenciam processos profundos de pauperização absoluta e relativa, tem-se a modificação do cenário no qual o exercício profissional se realiza, exigindo que a profissional tenha uma compreensão crítica do universo do trabalho para que possa dar respostas às demandas sociais não mais na perspectiva de manutenção da ordem, mas de compreensão da “questão social” sobre uma perspectiva histórica, crítica e totalizadora.

Assim, tendo como foco a compreensão dos movimentos da categoria profissional na perspectiva prevista no Projeto Ético Político e Código de Ética, observando claramente os fundamentos ontológicos, pretendemos analisar neste Trabalho de Conclusão de Curso a compreensão que as profissionais possuem sobre moral, ética, princípios do Código de ética e do Projeto Ético Político, a prática profissional, a relação entre a vivência religiosa e prática profissional, liberdade e opressões.

Realizamos nosso trabalho de pesquisa junto às Unidades de Acolhimento do Distrito Federal que possuem algum tipo de vínculo religioso, uma vez que, nosso estágio se desenvolveu em uma instituição que possuía caráter religioso em sua intervenção social.

A primeira fase de nossa pesquisa teve caráter exploratório, no qual se realizou um levantamento de todas as unidades de acolhimento do Distrito Federal na perspectiva de localizarmos aquelas que viabilizam a política pública de acordo com uma compreensão religiosa. Nessa primeira fase exploratória, identificamos um total de 22 Unidades de Acolhimento no território do Distrito Federal, segundo dados da SEDEST e da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

Das instituições acima relacionadas, 13 possuem um viés religioso no que tange o desenvolvimento da política pública em questão, o que representa 59% das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.

Contudo, a pesquisa foi realizada em apenas 6 instituições, contando com 10 questionários respondidos por assistentes sociais das seguintes Unidades de Acolhimento: Assistência Social Evangélica de Brasília (ASEB - Projeto ABA), Casa de Ismael - Lar da Criança, Lar da Criança Padre Cícero, Associação de Mães Protetoras, Amigos e Recuperadora de excepcionais (AMPARE), Obras Sociais do Centro Espírita (BATUÍRA) e a Unidade de Acolhimento para Criança e Adolescentes (UNAC).

Para a realização dessa pesquisa enfrentamos algumas dificuldades como: entrar em contato com as coordenadoras das equipes técnicas, bem como a demora na liberação da pesquisa; a dificuldade de deslocamento uma vez que algumas instituições ficam bastante afastadas; e, principalmente no que se refere ao tema da pesquisa fato que inviabilizou a realização da pesquisa em algumas unidades.

A pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros éticos, orientados pela lei nº 8.662 de junho de 1993, bem como pelas resoluções nº 273 de março de 1993 e as resoluções que alteram quais sejam a de nº 290 e nº 293, ambas de 1994. Assim, garantiu-se que todo o desenvolvimento da pesquisa se desse em conformidade com o Código de Ética da Profissão. Em termo de procedimentos, foi mantido o sigilo à identidade de cada profissional, todas foram devidamente esclarecidas acerca da finalidade deste estudo, qual o seu tema e como se daria a sua realização; depois de informados tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todas as envolvidas também foram esclarecidas quanto à devolutiva dos resultados dessa pesquisa, que será feita por meio digital aos interessados.

Nestes termos, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Religião e Serviço Social*”, fazemos uma discussão com vários autores clássicos que trabalham com a temática da religião e fazendo correlações desses com autores de uma vertente crítica embasados no marxismo para que possamos nos aproximar do contexto de surgimento do Serviço Social no Brasil.

No segundo capítulo, intitulado “*Anos 90 e a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social*”, traçamos a trajetória do Serviço Social no Brasil, desde o seu surgimento até sua consolidação enquanto profissão inserida no marco da divisão social e técnica do trabalho a qual possui suas devidas regulamentações jurídicas.

No terceiro capítulo, intitulado “*Serviço Social e religião hoje: quais as problemáticas postas a prática profissional?*”, apresentamos de forma aprofundada o universo da pesquisa, suas tensões e contradições. Nesse momento da pesquisa são feitas as análises de dados na qual as questões que circundam o universo da vivência religiosa e da dimensão ética no exercício profissional são problematizados.

CAPÍTULO I:

Religião e Serviço Social

“Como sei pouco, e sou pouco, faço o pouco
que me cabe me dando inteiro. Sabendo que
não vou ver o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente para não enganar a
ninguém: principalmente aos que sofrem na
própria vida, a garra da opressão, e nem
sabem.

Não tenho o sol escondido no meu bolso de
palavras. Sou simplesmente um homem para
quem há primeira e desolada pessoa do
singular – foi deixando, devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se – muito mais
sofredamente – na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo de avançar de
mão dada com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja de aprender a
conjuguar o verbo amar.

É tempo sobretudo de deixar de ser apenas a
solitária vanguarda de nós mesmos. Se trata de
ir ao encontro. (Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros). Se trata de abrir o
rumo.

Os que virão, serão povo, e saber serão,
lutando”.

(Thiago de Mello)

1.1. Religião e Religiosidade: uma aproximação crítica.

O que é religião? Este é um questionamento que em algum momento de nossas vidas nos fazemos. Nesse trabalho esta é uma questão central que nos motiva para um estudo que possibilite a compreensão de alguns processos que estão presentes nas relações sociais, ou seja, movimentos de construção do ser social, que são transversais a várias esferas da vida dos homens e mulheres expressando-se na singularidade dos sujeitos, sendo resultado direto desse processo, as visões de mundo, valores e ideais. Uma vez que estes não se manifestam unicamente no campo abstrato, nem tampouco nos feitos heroicos, guerras ou tensionamentos, estão diretamente ligados com o modo que vivemos e criamos objetivamente com nossa intervenção sobre ele e com cada atitude reforçada na cotidianidade das relações sociais.

As religiões cumprem historicamente uma trajetória na vida dos homens e mulheres desde os primórdios dos tempos até a atualidade. No momento em que conflitos são iniciados em nome da religião e a política interna e/ou externa de países é dependente indireta ou diretamente da religião, percebe-se a importância desta no cenário mundial e na política internacional.

Muitas pessoas já se arriscaram na tentativa de definir o que é religião buscando, de alguma forma, uma fórmula que abarcasse todas as crenças, mesmo que minimamente, tendo a perspectiva da constituição de um “denominador comum” (GAARDER, HELLERN, NOTAKER, 2000, pp. 16). Alguns pesquisadores partem do pressuposto de que as religiões, crenças e ainda atividades religiosas, podem ser comparadas, ou seja, não atribui a uma ou a outra a importância suprema ou ainda a característica de universal e verdadeira em detrimento de outras. Entretanto, há outros pesquisadores que comungam da opinião de que “o único método construtivo de estudar as religiões é considerar cada uma em seu próprio contexto histórico e cultural” (GAARDER, HELLERN, NOTAKER – 2000, pp. 17). A problemática posta na realidade dos pesquisadores é então, a diferença na interpretação das semelhanças existentes.

Entretanto, o pensamento religioso não é possuidor de valor em si, faz-se necessário que tenhamos um pensamento filosófico para propiciar a

compreensão desse movimento enquanto fundamento e fator vital de comunidades ideais: as religiões. Essas são ideais a partir do momento em que são possuidoras de uma ordenação unitária de valores e produtoras de uma consciência que é comum – ou deve ser – a todos que integrem tal espaço. A função comunitária da religião está ligada necessariamente à realização de uma necessidade social. Dessa forma, a comunidade ideal existe concretamente na medida em que se relaciona com as determinações reais da reprodução social e econômica das sociedades.

Estas comunidades cumprem historicamente e socialmente papéis, sendo necessário que elas possuam uma lógica determinada na estrutura comunitária real da sociedade – as significações e representações de deus, do mundo, do homem, da alma, da vida, da moral, da ética. Tal processo propicia resultados diretos na vida cotidiana dos indivíduos, uma vez que incide diretamente na forma como esses se reconhecem e se movimentam na sociedade, proporcionando intervenções diretas e concretas nas integrações heterogêneas da vida social, como por exemplo, as determinações das classes sociais. Para tanto, as religiões cumprem ainda um papel ideológico, que em maior ou menor medida, impactam diretamente na vida das pessoas, ou seja, na forma como estas irão compreender e dar respostas aos fenômenos sociais.

A dependência do ser humano de comunidades ideais – as religiões – se materializa quando este não consegue, por conta própria, dar explicações a diversos processos humanos e também a processos advindos da natureza. Caracterizando então, uma dependência do que é transcendente e místico, com o objetivo de contrapor o próprio homem, garantindo, entre outros processos, a sua existência.

Porém, ao retirar do homem a capacidade de ser um ser independente de outro ser, ou seja, a existência do homem não ser pautada no próprio homem e nos processos vivenciados por ele na vida social, é então retirado do homem a liberdade, uma vez que esse homem vive em função de um ser superior, místico, inalcançável. Marx nos diz:

Un ser sólo se considera independiente en cuanto es dueño de sí y sólo es dueño de sí en cuanto se debe a sí mismo su existencia. Um hombre que vive por gracia de outro se considera

a sí mismo um ser dependiente. Vivo, sin embargo, totalmente por gracia de outro cuando le debo no sólo el mantenimiento de mi vida, sino que él además ha creado mi vida, es la fuente de mi vida; y mi vida tiene necesariamente fuera de ella el fundamento cuando no es mi propia creación. La creación es, por ello, una representación muy difícilmente eliminable de la consciencia del Pueblo. El ser por sí mismo de la naturaleza y del hombre le resulta inconcebible porque contradisiera todos los hechos tangibles de la vida práctica (HELLER apud MARX, 2002, pp.275).

Tais processos religiosos são também imbuídos de conceitos e procedimentos que circunscrevem a vida em sociedade. Geralmente as religiões não fazem grandes diferenciações entre o plano religioso e o ético, sendo assim, dentro dos deveres religiosos inclui-se os deveres éticos, onde o segundo está subjugado ao primeiro. Dessa forma, *“a noção de ser humano como uma criação divina implica que ele é responsável perante Deus por tudo o que faz, ritual, moral, social e politicamente”* (GAARDER, HELLELN, NOTAKER, 2000, pp. 31).

Sobre esse preceito é comum observamos que em alguns países as legislações são referenciadas sob os preceitos dos livros sagrados, com isso, a ética, a moral, a perspectiva de direitos sociais, liberdade, cidadania, entre outros, é atrelada diretamente ao plano religioso. Contudo, as sociedades que possuem várias religiões, já não conseguem atrelar a ética exclusivamente à religião. Constata-se que os romanos foram os primeiros povos que tentaram, de maneira sistemática, criar um arcabouço legal que pudesse ser usado por todos os povos independentemente da religião; sendo aceito ainda, na atualidade, documentos como a Declaração dos Direitos Humanos como afirmação ética comum aos povos. No entanto, o caminho para o Estado laico não se pauta exclusivamente pelas religiões não cristãs. Este se constrói também enquanto necessidade para um sistema que vive da exploração e obtenção de mais valia.

Alguns autores veem a religião como um produto de fatores sociais, psicológicos e históricos que se somam aos estudos das ciências modernas acerca da religião (sociologia da religião, a psicologia da religião, a filosofia da religião e a fenomenologia religiosa) desenvolvendo vários raciocínios na tentativa de elucidar o processo, ora atribuindo significância mística, e ora

subtraindo a religião do espectro sagrado buscando a compreensão de sua função social.

Ernest Troeltsch pode ser assim considerado. Sociólogo, filósofo e teólogo, em suas obras, constrói um arcabouço teórico importante para a interpretação da religião. Tal autor bebe na fonte de Max Weber para trazer à tona a compreensão das religiões complexas que se constituem no bojo das condicionantes sócio-históricas.

Lançando mão da teoria dos “tipos ideais” de Weber – complexo de construções puras e abstratas que permitem ao sociólogo analisar a complexidade dos fenômenos histórico-sociais – caracteriza e define os tipos de *corpos religiosos* divididos nas definições de: religião, seita e místico. Atribuindo à religião o conceito de instituição existente independentemente dos seus membros, a qual possui o monopólio da salvação e das missões dadas aos indivíduos em todos os momentos de sua vida, deixando evidente seu caráter de controle em massa.

E, é dessa forma que ele reconhece a particularidade da tradição cristã frente a outras tradições religiosas, apesar de não ter acordo direto com as tradições marxistas, compreende a relação que está posta entre religião, vida cotidiana e economia.

Dessa forma, nas relações complexas entre as condicionantes históricas – econômicas, sociais e culturais – e as culturas religiosas, entre o movimento das ideias e as questões de classe apresentadas e discutidas por Marx, Troeltsch traz as organizações religiosas como a principal força mediadora dos processos históricos. Entretanto, foi apenas sobre a sociologia moderna desenvolvida nos Estados Unidos e na Inglaterra que os estudos do protestante Troeltsch tiveram influência.

Em contrapartida, o sociólogo fundador do partido Comunista Italiano (1921), Antonio Gramsci, constrói uma análise da religião que se distancia, sobre medida, das perspectivas positivistas e cientificistas de interpretação do materialismo histórico, tanto na socialdemocracia como no próprio movimento comunista, propondo uma interpretação voluntarista do marxismo.

O que diferenciou seus estudos dos demais marxistas foi também o fato de se debruçar sob tal estudo dando menos ênfase ao cristianismo primitivo e colocando sob seu foco de análise o real funcionamento da Igreja Católica, ou seja, tenta compreender o papel contemporâneo desta, atribuindo à Reforma Protestante o principal feito em tal processo.

Entretanto, o ponto mais forte e substancial de sua teoria é o apontamento que faz em seus escritos sobre uma afinidade entre o socialismo e a religião, registrando que o socialismo pode ser visto com uma espécie de substituto da religião, atribuindo a esse processo uma comparação objetiva e como valorização ética e espiritual do socialismo. Gramsci define então o socialismo como uma religião em seu livro *Audácia e fé* de 1916: “[...] em el sentido de que también tiene su fe, sus místicos, sus practicantes; es una religión porque reemplazó en las conciencias al Dios transcendente de los católicos por la confianza en el hombre y sus mejores energías como única realidad espiritual” (GRAMSCI apud LOWY, 2009, pp. 64). É sobre essa égide que se classifica tal autor como sendo pertencente ao movimento iniciado por Charles Péguy e inspirado em Sorel, o Socialismo Cristão.

Gramsci marca o movimento da religião, bem como o socialismo, de forma ímpar ao somar os dois processos e estabelecer uma união não apenas importante, porém necessária – segundo ele – à classe trabalhadora. Ao reconhecer que as pressões econômicas e políticas decorrentes do fascismo, poderiam ser combatidas com a percepção de classe unida ao movimento camponês católico, garante tal processo. Dessa forma, cabe a percepção de que, a Gramsci interessava a visão política onde, havia uma abertura à possibilidade de emergência de correntes cristãs de esquerda e, a compreensão de que o universo católico está distante da compreensão de bloco monolítico e coeso, mas sim de um campo social e politicamente heterogêneo que tem como viés determinante os conflitos sociais. Assim, nos diz:

Toda la religión, incluso la católica (y especialmente la católica, precisamente por sus esfuerzos por permanecer ‘superficialmente’ unitaria, para no fragmentarse en iglesias nacionales y estratificaciones sociales), es en realidad una multiplicidad de religiones distintas y a menudo contradictorias:

hay um catolicismo de los campesinos, um catolicismo de la pequena burguesia y de los trabajadores urbanos, um catolicismo para mujeres, y um catolicismo para intelectuales, a su vez diverso y desarticulado (GRAMSCI apud LOWY, 2009, pp. 70).

Gramsci se preocupa em compreender a relação existente entre religião e política, não se restringindo à conceituação de religião. Ele se nega as interpretações abstratas de deus que não possuem nenhuma forma de culto, ou estão distantes de um conjunto de crenças; dando por verdade a interpretação de que a religião necessita de três elementos básicos: 1) a crença em uma ou em várias divindades que transitem entre as características terrenas e divinas; 2) o sentimento de dependência e governabilidade que os indivíduos atribuem a essa ou essas figura/as; 3) a existência de um mecanismo de interrelação direta entre os homens e mulheres e os deuses. Ou seja, os cultos. Garantindo então, a dimensão utópica da religião e as distintas interpretações decorrentes do recorte de classe e dos grupos sociais de pertencimento.

Diferentemente dos estudiosos supracitados, Roger Bastide, também sociólogo, bebe da fonte das teorias de Durkheim e Bergson para o aprofundamento de seus estudos acerca da religião. A influência de Bergson em seus estudos é visível no momento em que a religião não é vista como eixo coletivo, sendo, para ele, o misticismo a expressão extrema do individualismo religioso. Ou seja, é um fenômeno essencialmente individual e dinâmico, onde o ser virtuoso, em meio ao seu processo místico, não tenta reproduzir a sociedade, e sim renová-la.

Bastide baseia seus estudos sobre as formas elementares da vida religiosa, sobre medida nas cerimônias de “efervescência coletiva” aliando tal processo à vida mística. Sendo este a interpretação menos racional da obra de Durkheim, uma vez que esse se especializa no estudo da organização da sociedade. Entretanto, Bastide se apoia nos momentos em que Durkheim aponta que a religião não é apenas uma força de controle social, tendo em vista as regras sociais que permanecem em suspensão durante os rituais religiosos/místicos, onde em tais momentos de efervescência os fieis podem se apropriar de qualquer excesso que será previamente justificável.

Para Durkheim não há apropriação por parte do mundo espírita dos corpos individuais, o que há é apenas uma construção coletiva que é ratificada pelo meio, pelo grupo. Entretanto, Bastide combina tal visão com os elementos da teoria do impulso vital e da psicologia. Para tanto, os estudos de Bergson lhe são importantes, uma vez que planta suas compreensões na direção da ordem metodológica, aliando as energias espirituais da natureza, à relação com a alma e o corpo. Dessa forma, vê-se um estudo do misticismo que pretende, em algum grau, ser científico. Para tanto, a grande questão dos estudos de Bastide se dá acerca da seguinte problemática: uma vez que o misticismo não pode ser explicado por meio de problemas mentais, nem tampouco por um processo de simples construção coletiva, qual discurso da sustentabilidade para um processo tão íntimo? E é nesse momento que Bastide diz dos limites que a racionalidade trás para o processo da religião e das vivências místicas.

As análises fenomenológicas dos estudos de Bastides seguem pelo viés da inspiração gnóstica e, em contra partida, pela sociologia racional a qual considera os feitos sociais como coisas, sem dar ênfase aos estados subjetivos dos seres. Entretanto, ao longo do seu amadurecimento teórico, foca seus estudos nas religiões de origem africanas, como o candomblé. No largo desse processo, esclarece que as religiões místicas reforçam a consciência coletiva na medida em que as interações comunitárias se dão para além da imediaticidade, construindo um processo de familiaridade que acontece ao longo da trajetória do indivíduo no movimento místico.

La coherencia de la sociedad religiosa, las formas y los procesos de relaciones entre los miembros de esta sociedad, su mayor o menor participación en el tesoro de las representaciones colectivas, los tipos de cooperación dependen en último análisis de lazos religiosos preestablecidos entre los candidatos a la vida del candomblé y sus divindades. No es la morfología social la que regula la religión o la explica, como pretendía Durkheim, sino que por el contrario es la mística la que comanda lo social (LOWY, 2009, pp. 139).

Bastide apresenta ainda a discussão das religiões vivas e as religiões preservadas ou *en conserva*. Onde a última permanece imutável, tal qual seu período de criação, os rituais e a organização da comunidade não se alteraram

de forma substancial, atribuindo à tradição o aspecto da autenticidade e veracidade. Entretanto, Bastide alega que essas religiões fossilizam a possibilidade do novo e, por isso, podem ser consideradas opressoras, uma vez que, para ele, o indivíduo é o próprio formulador das mudanças.

Sob essa perspectiva é retirado da figura da instituição religiosa, o vetor de mudança. É agregado à individualidade do ser o movimento necessário para a manutenção da religião de forma dinâmica, sendo então uma performance individual o que será capaz de manter a religião viva.

O sociólogo Pierre Bourdieu, atribui substância a seu estudo sobre as religiões a partir de um conjunto de questionamentos, onde faz ligação direta com as sociedades e as relações sociais e interpessoais estabelecidas nesse espaço. Para tanto, ele questiona em quais momentos que se pode chamar um movimento social de religião, ou ainda pode-se falar em religião em locais que essas não são institucionalizadas ou que já não se constituem mais de forma legitimada, ou ainda, se questiona se o campo religioso diz respeito apenas as pessoas que se consideram religiosas.

Ao longo do seu processo de pesquisa, P. Bourdieu nega esses questionamentos nos dizendo que o simbólico relata a vida social independentemente da institucionalização do que é religioso, ou seja, esse campo de análise não requer o reconhecimento institucional/legal para que reconhecido, pois, a legitimação social confere tal status para as demandas que acompanham o campo religioso.

Entretanto o autor em questão problematiza de que forma se constitui o campo religioso já que este advém do espaço social conquistado e vivenciado pelos indivíduos, uma vez que, não se diversifica significativamente. Dessa forma, Bourdieu identifica a problemática contemporânea, à luz da dialética das relações sociais: a *dissolução do religioso*.

Ao beber da fonte de Durkheim, Bourdieu afirma que a religião deve ser compreendida e estudada como um campo da filosofia e da sociologia, uma vez que esta é um instrumento direto de conhecimento e comunicação, permitindo então, uma aproximação com o real sentido do mundo e dos signos

a ele atrelado. Sendo atribuída à religião a condição de sistema completo e complexo, capaz de abarcar as relações objetivas de uma sociedade.

Para tanto, ao se aproximar de alguns elementos da obra de Marx, Bourdieu atribui uma nova significação à religião além da que estava posta, a função política passa a ser um vetor importante na construção do campo religioso. A compreensão do papel da ideologia, segundo Marx – *“transfiguración de las relaciones sociales en relaciones sobrenaturales, inscritas por consiguiente en la naturaliza de las cosas y por eso justificada”* (LOWY apud MARX, 2009, p.176) – consubstancia o papel político das religiões como mantenedoras da ordem social requerida e posta de acordo com os interesses da classe dominante.

Os estudos sociológicos de P. Bourdieu se focam na Igreja Católica, uma vez que esta exerce seu domínio em massa a partir da individualidade de apenas um ser espiritual e possui ainda o ponto mais alto de hierarquização do campo religioso, através da estratificação do seu corpo clerical e da comunidade católica em si. Somando-se a esse foco de estudo, Bourdieu se interessa pelo curioso fato da manutenção de laços orgânicos entre um Estado laico e apenas uma religião, a Católica, rechaçando os demais exercícios religiosos na perspectiva de garantir o poder da instituição religiosa e do Estado no largo do século XVIII. Para dar continuidade na interpretação de tal processo, o autor se aproxima deveras do trabalho de Max Weber no que tange à emergência do cristianismo.

Dessa forma, Bourdieu afirma que o desenvolvimento urbano aliado às transformações tecnológicas, sociais, econômicas e também com o processo de divisão do trabalho – intelectual e material – dá origem a um processo de construção da esfera religiosa, é a condição objetiva e subjetiva para a racionalização das crenças e ritos, formalizando também a racionalização e a moralização das necessidades religiosas e humanas. E é nesse momento que a dualidade dos processos religiosos se manifesta: a divisão das ações humanas entre bem e mal, bom e ruim, a significação do pecado e atribuição de características sociais à divindade – Deus com um ser justo e bom.

A automatização do campo religioso não implica diretamente em uma independência absoluta frente às questões temporais e políticas. P. Bourdieu, tendo como influência o marxismo althusseriano e automaticamente negando as explicações psicológicas e fenomenológicas da religião, conclui que as representações e práticas religiosas contribuem substancialmente para a formação de uma visão de mundo, que tem como base o conservadorismo e a legitimação da dominação arbitrária. Em contrapartida, a origem social das figuras religiosas e as trajetórias funcionais dentro da instituição, cumprem também uma função. Dão à estrutura – no caso Igreja Católica – um corpo, ou seja, o caráter homogêneo e concreto que atribui legitimidade necessária para a instituição.

Entretanto, existe de fato, um interesse propriamente religioso que P. Bourdieu define como:

[...] el interés que um grupo o uma classe encuentra en um tipo determinado de práctica o de creencia religiosa y, en particular, en la producción, la reproducción, la difusión, y el consumo de um tipo determinado de bienes de salvación (entre ellos el próprio mensaje religioso) (LOWY, 2009, p.183).

Com isso, os estudos sociológicos de Bourdieu afirmam que o grupo social que experiencia a vivência religiosa está em busca da legitimação das propriedades materiais e simbólicas que caracterizam a estrutura social da qual fazem parte. Sendo essa estrutura composta por vários dogmas, os quais legitimam, inclusive, a dominação dos homens sobre as mulheres, que pode ser exemplificado e concretizado pela formação do clero, que preza, ensina e age de acordo com os valores patriarcais.

Outra problemática com relação às religiões cristãs trazida nos estudos de Bourdieu é o fato de estas encontrarem uma resolubilidade – completamente ilusória – para a miséria social. Dessa forma, a perspectiva de mudança da condição de classe explorada, se constrói à luz da esperança de um futuro melhor que será providenciado pela divindade, estabelecendo que tal mudança só é possível através do desejo divino em modificar o quadro de miséria social dos seus fiéis.

Lá esperanza mágica es la perspectiva de porvenir propia de los que no tienen porvenir [...]. El milenarismo revolucionário y la

utopia mágica son la única perspectiva de futuro que se ofrece a uma classe despojada de futuro objetivo (LOWY, 2009, p.183).

Do ponto de vista da produção marxiana, consideramos Leandro Konder um bom interlocutor para tratar o tema de maneira crítica, uma vez que constrói a importante trajetória social de homens e mulheres em seu desenvolvimento humano e social, onde evidencia o papel da religião e como essa se instituiu como base dos processos sociais, bem como das relações sociais vivenciadas pelo gênero humano.

Sendo assim, para compreendermos de que modo a religião se torna funcional ideologicamente para o sistema que está posto na atualidade, se faz necessário a compreensão histórica de tal processo, onde, a conquista de independência do homem frente à natureza só é possível pela divisão do trabalho, onde o desenvolvimento do conhecimento proporcionou uma divisão do próprio homem em dois segmentos: o ser genérico e o ser individual. Tal processo fragmenta a vida de homens e mulheres, não sendo mais possível a visualização de um ser completo e complexo que se constitui mergulhado nos processos históricos da vida social. Dessa forma, visualiza-se indivíduos que rompem com as explicações de mundo puramente empíricas para dar espaço às conquistas do raciocínio abstrato, dando vazão a uma cisão entre teoria e prática na vivência singular da vida social de homens e mulheres.

No largo do século V, em meio a uma sociedade emergente, a consciência ideológica passou a caminhar junto com as explicações tradicionais religiosas, produzindo interpretações leigas acerca das realidades do mundo.

Para tanto, a religião, seguindo os moldes da modernidade filosófica, teve que se atrelar a tal processo com a finalidade de se manter atual frente às novas determinações sociais. Dessa forma, a religião esteve presente nos diversos movimentos de construção social pautados pelos vários modelos de dominação social: feudalismo, escravismo e capitalismo. Podendo constituir então, a base de um processo problemático onde o homem deixa de ser o centro de si mesmo e passa a ser referenciado por uma figura divina inalcançável, Deus.

A religião é, na verdade, a consciência e sentimentos próprios do homem que ou ainda não se encontrou ou então já se perdeu (MARX, apud Konder, S.A., pp.58).

A religião é apenas o sol ilusório em torno de si mesmo (HEGEL, apud KONDER, S.A., pp.58).

Enquanto a religião estiver inscrita no marco da não centralidade dos homens e das mulheres no desenvolvimento da vida em sociedade, ou seja, enquanto o ser humano não se reapropriar do seu próprio projeto de vida – da real capacidade de expropriação e alienação presente na divisão social e técnica do trabalho – se colocando à frente como ser dominante da realidade material e social na qual sua vida está fundamentada, a religião, ou melhor, a consciência religiosa continuará sendo a força de resistência vivenciada ao longo dos séculos até os dias atuais.

Dessa forma, torna-se evidente que o problema não está na religião em si, uma vez que esta é determinada por um universo de coisas, o paradigma está na modificação desse universo no qual a religião encontra-se circunscrita, modificando assim o cerne da necessidade da religião. Dentro dessa perspectiva, Konder afirma não haver nada de anormal ou patológico no fenômeno religioso, ao contrário do que afirma Barbusse. Sendo assim Konder nos diz: *“Se, nos casos de alguns indivíduos, as manifestações de sentimento religioso refletem desequilíbrio psíquico e até morbidez, isso não ocorre por serem eles crentes e sim por serem crentes doentes”* (s.a., pp.59).

É fato que, ao longo da história viu-se, em várias sociedades, a consciência religiosa como consciência geral, ou ainda normal ou natural. Entretanto não podemos atribuir à religião apenas o caráter de “neurose social” – como se refere Freud em Moises e o Monoteísmo, uma vez que isso representaria a incapacidade de compreensão dos movimentos contraditórios, porém concretos da vida social, excluindo assim, os vários movimentos que o pensamento religioso desenvolveu no marco das condições históricas que também são concretas e complexas na vida de homens e mulheres.

O estudo da consciência religiosa desenvolvida ao longo de toda a história da humanidade nos possibilita a compreensão das condições que estavam postas para o desenvolvimento desta. Ou seja, essas condições

apresentam a historicidade humana e seu movimento de rompimento com as percepções primitivas, no momento em que se diferencia dos outros animais ao desenvolver trabalhos específicos e sendo capaz de modificar a natureza e a si mesmo. Vê-se então, de acordo com um processo ontológico, a busca do ser humano, ou seja, o distanciamento dos movimentos puramente instintivos, não estando mais na condição de reféns das forças naturais. O homem passa então a ser um ser desejante, de acordo com sua consciência, tendo a capacidade de refletir acerca do que o circunda, bem como a si mesmo, pautando suas ações sob esse novo processo.

Sobretudo, o ser humano vivencia também um transcurso de fragilização no que tange suas conquistas, ou seja, a dificuldade de dominação da natureza e dos fenômenos inexplicáveis, sob medida a divisão da sociedade em classes o que consubstancia a separação entre indivíduo e espécie, dando vazão ao isolamento fundamental do ser no que tange à própria espécie e o novo campo de possibilidades por ela conquistado. É em decorrência desse processo de segmentação do homem que a vida social toma novos rumos, tendo agora novos princípios: a propriedade privada e a escravização dos indivíduos por eles mesmos.

Contudo, esse movimento que ainda estava se materializando de forma preliminar, contavam com os elementos da religiosidade vivenciados na condição pré-ideológica para se consubstanciarem. Esses passaram por um processo de transformação qualitativa, onde receberam nova funcionalidade. Antes, na era primitiva, o homem não pautava a natureza ou os fenômenos naturais com algo que necessitasse explicação, uma vez que este homem era percebido com parte fundante desta. Nesse novo processo que se inicia, na conhecida revolução neolítica, o ser humano se emancipa da natureza, percebendo-se então como ser distinto dessa, não sendo mais a própria natureza, mas podendo compor com ela formas de um complexo social.

Em um próximo processo, que a marca é a dominação das forças naturais, a consciência humana galga profundas transformações, onde o gênero humano entra em contato com uma nova realidade, possuidora de um caráter problemático: a legitimidade da vida. Anteriormente, a vida era legítima

por si só, agora, está posta a necessidade de explicá-la e justificá-la, assim como a natureza e os processos tangíveis a ela. Para tanto, não era mais a natureza que atribuía sentido à existência e sim o homem, como propulsor de tal processo.

Entretanto, a centralidade do homem nos processos de explicação e compreensão da existência humana, se construía proporcionalmente a sua fragilidade frente ao controle da natureza e ao parco desenvolvimento científico bem como as forças produtivas. Sendo então, de acordo com esses moldes, que a religião – em seu caráter imediato – dá sustentação às dúvidas, anseios e medos na medida em que oferece respostas que abarcavam de forma imediata as necessidades humanas e ainda assegurava o conforto espiritual. Em suma, o que se tem é a conquista efetivamente humana e concomitantemente a conquista de condições problemáticas de existência. Assim, o filósofo polonês Adam Schaff nos diz:

A vida conquistada era de tal modo precária, a morte do indivíduo anulava-a com tamanha rapidez e de maneira tão fulminante que a consciência individual não encontrava meio de legitimá-la e justificar o esforço, o sofrimento em que implicava a conquista. E não havia – é claro – como pensar em uma forma qualquer de legitimação das penas individuais através da sobrevivência do indivíduo na espécie, já que a espécie – desintegrada – não passaria de uma abstração pouco eloquente aos olhos do indivíduo, enquanto suas penas eram para ele realidades inequivocamente concretas (SCHAFF apud KONDER, S.A., pp. 60).

Dessa forma, se faz necessário a percepção de que o processo autossuficiente da fé atribui à religião uma capacidade real de explicação dos processos sociais vivenciados pelo ser humano, assim fica evidente que a religião, para além dos processos de sustentabilidade sentimental e subjetiva, de acordo com os processos históricos e sociais, possui uma funcionalidade e uma eficácia ideológica no que tange o estabelecimento de conceitos e valores para a vida em sociedade.

Está posta a necessidade de compreensão do movimento dialético presente na sociedade. Anteriormente aos estudos de Hegel, vários filósofos já apresentavam tal conceito em seus trabalhos, entretanto o caráter do movimento e da fluidez que os conceitos apresentavam ainda se fazia

deslocado de uma metodologia ou ainda uma aparelhagem conceitual que proporcionassem a compreensão das relações sociais concretas existentes entre os fenômenos históricos. Assim, a concepção dialética, diferentemente de várias visões – incluindo a bíblica, onde o movimento é, sob medida, superficial – tem seu cerne no reconhecimento de um movimento que é, antes de tudo, real e está implícito à essência das coisas. Partindo assim do reconhecimento do movimento como apresenta Lukács, “*um jorrar ininterrompido da novidade qualitativa*” (LUKÁCS *apud* KONDER, S.A., pp. 92), ou como Heráclito que atribui ao movimento um caráter cotidiano, de rotina à vida do ser humano.

A partir do processo em que foi instituída a divisão social do trabalho, e com maior peso a divisão da sociedade em classes sociais, onde uma parcela pequena da população detém os meios materiais que permitem o controle do processo de produção, bem como a apropriação do resultado desse, impõem o trabalho de outras pessoas para que o produto do processo de produção seja possível; fazendo com que os trabalhadores sejam diretamente subordinados a tal processo e a classe detentora de tal processo. Criando então, a condição na qual os intelectuais especializados, que dão corpo à classe dominante por meio do nascimento, da formação ou da dependência financeira, sejam os únicos indivíduos a possuir capacidade para a elaboração teórica dos processos que os indivíduos vivenciarão no marco da história da sociedade.

Tais intelectuais especializados, utilizando o fato de não trabalharem diretamente no modo de produção, reúnem esforços para concatenar, de forma cada vez mais elaborada, a racionalização dos seus pensamentos teóricos, atribuindo a esse uma visão contemplativa – uma vez que não participavam diretamente do processo em questão – ocasionando repercussões significativas nas formas de explicar o mundo e fenômenos que nele ocorriam, pois, há um distanciamento das percepções e compreensões quando se vivencia o movimento histórico e quando apenas o analisa de uma maneira distanciada.

[...] Contudo, é óbvio que aqueles que fazem a história, se não a compreendem, podem vir a compreendê-la com uma facilidade que não está ao alcance daqueles que não a fazem (e isso para não falar no caso dos que não só não fazem a história mas até

assumem uma posição ativa contra a história que está sendo feita por outrem) (KONDER, s.a., pp. 93).

Criando assim, uma problemática na medida em que tais intelectuais empenhavam-se em conseguir enquadrar a realidade aos esquemas que eram pensados por eles, retirando todo o conteúdo histórico presente nos movimentos de mudança social. Na negação desse processo, os filósofos eleatas¹ - contribuindo sob medida com a dialética - mostraram que *“ou o movimento é tomado como realidade base, ou não poderá ser devidamente explicado em termos racionais”* (KONDER, s.a., pp. 93).

Entretanto, outros movimentos constituíam força contrária ao movimento dialético que, por sua vez não conseguia galgar passos significativos frente ao contemplativismo e à estrutura metafísica concebida pelos intelectuais especializados dependentes das classes dominantes.

As barreiras ao pensamento dialético se construía de acordo com o crescimento da lógica estrutural capitalista, ou seja, quanto mais trabalhadores não se reconheciam no produto que produziam e para, além disso, não eram donos dele, não enxergando a possibilidade criadora que possui o trabalho humano; as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores ao longo de todo o processo de dominação dos meios de produção, causando na classe trabalhadora a *“invencível repugnância empírica pelo seu trabalho”* (KONDER, s.a., pp. 94); o modo distorcido e alienante com que a educação era reproduzida contribuía sob medida para um processo de manutenção da divisão de classe, uma vez que ao deter o poder material, a classe dominante detém também o poder espiritual e a possibilidade de formar e impor seus valores a toda a sociedade; e, em última instância porém não menos problemática, a noção ressignificada de sacrifício utilizada para acalantar os trabalhadores acerca da baixa produtividade do trabalho, consagrando-se como fator fundante do processo de alienação para a consciência da classe trabalhadora. Segundo Tran Duc Thao,

¹ Pensadores gregos que absorveram elementos da concepção dialética acerca do mundo. Problematizavam outros filósofos a fim de atestar a impossibilidade lógica de uma demonstração da existência do movimento, pondo em evidência a problemática básica da metafísica.

[...] o baixo nível das forças produtivas acarretava numerosos conflitos, nos quais apareciam destruições cujas transposições para o plano simbólico da consciência cobria os objetos originariamente econômicos com uma nuvem de espiritualidade que definia o sentido do sacrifício (THAO, apud KONDER, S.A., pp. 94).

Contudo, tamanho processo de exploração não pára por aí. Marx afirma que o modo de produção capitalista foi – e é – sem sombra de dúvidas, o sistema de produção que mais contribuiu ao longo do processo histórico para o desenvolvimento da força social produtiva do trabalho, uma vez que o trabalho jamais deixará de ser o meio social de produção, os atos coletivos.

Marx contribui também para a superação do modelo Hegeliano de compreensão do processo de totalidade, onde, para esse as partes fundantes do indivíduo e do processo histórico transversal a ele se diluem na totalidade de acordo com a fluidez presente no movimento do devir, concebendo a história humana atrelada a um princípio espiritual abstrato. Marx rompe com tal modelo de pensamento à medida que, compreende o indivíduo dentro de um processo totalizante, porém não dilui as partes que constroem o indivíduo no todo, ou seja, as partes não são determinadas em nível abstrato, elas são concretas na medida em que se estabelecem de acordo com o conjunto de relações vivenciadas entre os homens e a natureza. Para tanto,

[...] a substituição da noção de totalidade fechada da dialética hegeliana por uma noção de totalidade aberta na dialética marxista tem, assim, como efeito, uma diferenciação aguda entre a concepção marxista e a concepção hegeliana da história: a concepção marxista não possibilita aquele tranquilo “refúgio no universal”. (KONDER, s.a., pp. 98).

Dessa forma, sob o modo de produção capitalista, fica estabelecida a superação do domínio da realidade natural em detrimento da realidade social, onde é dado ao fenômeno da alienação dimensões que extrapolam o que já havia sido vivido ou pensado, ou seja, a alienação é experienciada como algo inerente ao sistema de propriedade privada e a todos os níveis de atividade humana. Segundo Marx, *“é só nesta etapa que a propriedade privada pode consolidar o seu domínio sobre o homem e pode se tornar, na mais genérica das suas formas, uma potência na história mundial”* (MARX, apud KONDER, s.a., pp.100).

Assim, a alienação, nos moldes do modelo social posto, galga o posto da reificação descrita por Lukács (1923), onde as qualidades humanas e individuais do trabalhador são subsumidas à ideologia capitalista que transforma tudo em mercadoria. Nesse processo a alienação cresce proporcionalmente à racionalização de tal processo e a eliminação das propriedades qualitativas dos seres humanos.

O que caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence. Por outro lado, é somente neste momento que se generaliza a forma de mercadoria nos produtos do trabalho (MARX, apud KONDER, s.a., pp. 100).

O que resta nesse processo são apenas as qualidades humanas abstratas, interessando assim, somente a capacidade de compra e venda dos indivíduos, ocasionando uma distorção na consciência das pessoas que vivenciam tal processo, onde o trabalhador só consegue enxergar no outro um possível comprador de sua força de trabalho – que nessa altura da vida social, é a única mercadoria que lhe é própria e a única capaz de garantir sua sobrevivência.

Faz-se necessária então, a percepção de que tal processo de coisificação da vida social só possui sentido à luz dos interesses de classe, ou melhor, dos interesses dos capitalistas. É esse interesse, em última análise, o que explica o nível que se alcançou a mercantilização da vida e todas as consequências desumanas desse processo, em destaque a descaracterização da força de trabalho com algo naturalmente pertencente ao homem e que lhe atribui característica de criador de valores de uso², atividade humana essencialmente qualitativa, para atribuí-la à condição de coisa, possuindo intrinsecamente valor de troca e preço no mercado de trabalho. Definindo

² “Logo no 1º volume de O Capital, Marx estabeleceu uma distinção da maior significação entre o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso é constituído pela utilidade da coisa: sua avaliação é subjetiva. O valor de uso de um objeto depende sempre da importância que ele assume para um indivíduo determinado e não existe senão em uma relação direta e concreta deste indivíduo determinado com o objeto em apreço. O valor de uso, por conseguinte, é essencialmente subjetivo. E é essencialmente qualitativo, pois depende das qualidades específicas do objeto, reconhecidas como qualidades pelo sujeito, pois é em função destas qualidades que o sujeito atribui valor aquele objeto determinado. Os valores de uso são inerentes à vida humana, já que a atividade humana é implicitamente valorativa no que se refere à generalidade dos objetos sobre os quais ela se exerce.” (KONDER, s.a., pp. 106).

assim, o lugar e a devida incorporação dos valores burgueses pela classe trabalhadora.

A grandiosa dificuldade que a classe dominante possui em enxergar os processos sociais como parte fundante de um todo, ou seja, a totalidade das relações sociais e históricas, impossibilita a visualização dos fenômenos em sua totalização, o que tem onerado grandiosamente a burguesia no que tange o desenvolvimento das ciências sociais em prol do processo capitalista, criando as lacunas para o processo de alienação no campo da produção ideológica burguesa – campo das ciências humanas e sociais, fundamentais à manutenção da ordem de acordo com o sistema capitalista.

A natureza da alienação subentende que cada esfera aplica uma norma diversa e contraditória em relação à outra: a Moral não aplica a mesma norma que a Economia Política, etc., porque cada uma delas é uma alienação particular do homem e cada uma está concentrada em uma área específica da atividade alienada e se acha, por sua vez, alienada da outra (MARX apud KONDER, s.a., pp. 120).

Para que o papel da religião no contexto da sociedade capitalista seja entendido como parte do processo de alienação no qual os trabalhadores estão inseridos cotidianamente, Netto (1981), nos traz subsídios à luz da teoria marxiana importantes para que compreendamos a continuação do processo de coisificação ao qual os indivíduos são submetidos na continuidade do processo histórico.

Assim, Netto apresenta o questionamento que promove o pensamento de Marx acerca da aparência misteriosa que o processo mercadológico e as transformações que a categoria ‘valor de uso’ experienciam no marco do desenvolvimento do caráter social do trabalho. Sendo assim, há o questionamento: *“o caráter misterioso que o produto do trabalho humano apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?”* (MARX apud NETTO, 1981, pp. 40). E é sob essa estrutura questionadora que a problemática do fetichismo toma forma.

A partir do momento que se tem o trabalho humano sob a forma reduzida de mercadoria, ou seja, na medida em que a força humana de trabalho é compreendida enquanto quantidade de valor dos produtos

produzidos, atribuindo à relação social uma relação entre coisas, ou geridas pelas coisas produzidas, tem-se uma relação social concebida fantasmagoricamente, sob o mecanismo do fetichismo. Mecanismo esse que se ratifica pela repetição da troca do trabalho privado pelo trabalho útil, gerando a naturalização de tal processo que tem como resultado final a transformação das relações sociais entre as pessoas em relações também sociais, porém entre coisas.

E, tendo em vista que tal processo só se configura através da produção mercantil dada de forma universalizada e universalizante, verifica-se que “os produtos do trabalho, como valores, [são] meras expressões materiais do trabalho humano dispendido em sua produção” (MARX apud NETTO, 1981, pp. 42) e que as categorias econômicas produzidas pela burguesia têm sua parcela intelectual, mas também são dotadas de realidade objetiva uma vez que refletem as relações sociais que são de todo modo, reais e concretas.

Entretanto se faz necessário compreender que o processo de alienação não se esgota no fenômeno do fetichismo. O primeiro é, de toda forma, mais amplo e mesmo que o fetichismo econômico tenha galgado enorme espaço e eficiência dentro do processo de alienação das relações econômicas no processo capitalista, esse ainda não se exaure aí.

Se compreendermos por alienação (e esta me parece ser a leitura legitimada pelos Manuscritos de 1844) o processo pelo qual os sujeitos (os indivíduos, os agentes sociais particulares) se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo, pode-se garantir que a alienação tem todas as possibilidades de se afirmar e desenvolver sem colar-se ou cristalizar-se em coisas (que é o traço constitutivo e pertinente da alienação engendradora a partir do fetichismo) (NETTO, 1981, pp. 74).

Heller chama atenção para o fato das sociedades que vivenciam o ‘socialismo real’³, uma vez que o que se apresenta é o processo de alienação descolado do fenômeno do fetichismo, pois há a compreensão de que as desigualdades não se consubstanciam de forma monetarizada. Entretanto a

³ “[...] onde a destinação do excedente não passa pela decisão democrática direta dos agentes sociais particulares – assim fica aberta a possibilidade de investigar a problemática nas sociedades que estão vinculadas ao chamado socialismo real.” (NETTO, 1981, pp. 74)

tendência à desapareição do fetichismo não significa, em hipótese alguma, a extinção do processo de alienação. Schaff faz suas considerações a tal processo ao observar que as condições ótimas de desenvolvimento do processo de alienação se corporificam à existência do Estado no marco do controle burocrático do poder, na divisão social e técnica do trabalho, na força de trabalho no marco apenas mercadológico e na constituição/estrutura das famílias.

A alienação enquanto conjunto sócio-histórico de causalidades que se desenvolve quando os indivíduos não conseguem distinguir e reconhecer, no desenvolver da vida em sociedade, o conteúdo e o efeito de suas próprias movimentações e ações, tem-se um terreno fecundo para que conceitos e valores sejam impregnados e reproduzidos no marco da sociedade, garantindo, sobretudo, a não superação do processo de produção capitalista e tudo o mais que o acompanha, sendo então um mecanismo de cooptação da sociedade para manutenção da ordem e do status quo que vigora.

Cabe destacar, contudo, que no seu processo de espraiamento social vamos localizar em algumas estruturas sociais espaços privilegiados para a realização desse movimento. Nas palavras de Schaff trata-se dos movimentos religiosos e sua influência no processo de organização social, que vão encontrar nas famílias lócus privilegiado de movimentação.

Dentro dos moldes de uma sociedade capitalista, onde as riquezas são produzidas socialmente e apropriadas privadamente, compreende-se que há um tipo claro e determinado de exploração que é diretamente proporcional, ou seja, na medida em que a acumulação capitalista cresce a miséria também aumenta.

Em meados do século XIV, na Inglaterra, vivia-se uma realidade de pauperismo profundo, ou seja, a ideia de que apenas os doentes, inválidos, velhos, viúvas (os) estavam inaptos ao trabalho e por isso constituíam a classe dos “vagabundos”, se desconfigura na medida em que os completamente aptos ao trabalho integram deliberadamente essa classe. A ordem capitalista reveste o pauperismo, até então vivenciado, com uma nova roupagem na medida em que o revela exatamente na escassez de condições mínimas de sobrevivência

humana em meio à brutal capacidade de geração da abundância, ou seja, a reprodução social não foi acompanhada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, a partir do momento em que as religiões cristãs – sobretudo a Católica – estão presentes, contribuem substancialmente com a alienação dos indivíduos inseridos na realidade da classe explorada uma vez que a mudança dos padrões de vida está pautada no desígnio de um ser supremo e, o trabalho é experienciado como forma de dignificação do homem – o sofrimento passa a ser uma característica de quem vivencia a experiência divina.

Esta concepção funcionalizante, juntamente com a inevitável venda e compra da força de trabalho, dará suporte à movimentação do sistema. Para tanto, do ponto de vista ideológico atribui-se uma imutabilidade, bem como a superação do processo social no qual este se encontra inserido, ou seja, o único ser capaz de modificar a realidade é o ser divino, para tanto, a preocupação do indivíduo se volta para as exigências e dogmas requeridos para que a figura sagrada o perceba como merecedor da mudança.

Para além da interpretação do místico no processo de definição do que é religião, outro movimento tornou-se peça chave de tal problemática, a discussão do sagrado. Essa expressão não descreve apenas a natureza da religião, mas também, o que a torna especial e distante dos outros processos sociais. Tal termo ganhou tamanho destaque, a partir da obra de Rudolf Otto, que versa que o sagrado é “o inteiramente outro”, ou seja, aquilo que não é passível de ser descrito em termos comuns, uma vez que é diferente de tudo o que é conhecido. Evidenciando seu único poder de mudança do indivíduo, bem como de seu contexto social, ratificando em certa medida, o movimento social histórico de produção e reprodução do modo de produção capitalista.

Ao compreendermos que a religião, enquanto complexo social, cumpre uma função determinada na sociedade, onde a vivência religiosa está pautada na apropriação de todo o processo coletivo para o campo da singularidade, tem-se esta – a religião – enquanto mediadora do mundo público e do privado. Dessa forma, a religião se pauta no processo dialético da vida social.

Ao passo que homens e mulheres já não conseguem explicar e ou dominar os processos naturais, bem como o desenvolvimento das forças produtivas – que estão localizados sob o controle de poucas mentes – e não conseguem se perceber em um processo denso de individualização das relações sociais, os seres humanos se distanciam da sua característica humana, ou seja, passam a não serem mais o centro de seu processo de desenvolvimento, deixando que o trabalho – já não mais reconhecido sob sua forma ontológica – bem como as demais relações sociais, sejam mediadas pela figura do ser sagrado e sublime. Ser este que, em algumas religiões como a cristã, possui características humanas – para que seja possível uma aproximação de quem vos fala com para quem se fala – e é, sobre tudo uno, centralizando todas as ações e possibilidades de mudanças sociais e pessoais aos desígnios de apenas um ser. Tal processo produz elementos basilares para um giro paradigmático nas relações sociais e singulares de homens e mulheres: a ressignificação do conceito de trabalho, de sofrimento e de questão social, dando lugar à meritocracia divina e à individualidade das ações – único processo capaz de superar a pauperização da vida social.

Assim, podemos compreender que a problemática da religião não se dá em si, mas sim nas bases materiais que a consubstanciam e que possibilitam o não reconhecimento de homens e mulheres enquanto seres que modificam a natureza com seu trabalho, a seu favor, e que com isso se constituem enquanto seres desejantes e questionadores. A problemática se dá no passo em que os seres já não se reconhecem em seu trabalho, necessitam da venda da força de trabalho como única garantia de subsistência e, para além disso, se reconhecem apenas como mercadorias, estando reféns de suas próprias produções materiais.

Se faz necessária a compreensão de que os processos de consciência só se formam na ação, ou seja, na intervenção concreta na realidade, sendo necessário vivenciar os processos nos quais estamos inseridos porém, tendo consciência de que os atos que proclamamos impactam diretamente na formação de novas consciências e valores, que promovem mudanças ou ratificam as condições sociais e a ordem social que estão dadas. Dessa forma, quanto mais alienado é o processo de trabalho, maior será a dificuldade da

construção de novas bases materiais para a processualidade de uma nova sociabilidade.

1.2. Conservadorismo Católico: base de constituição do Serviço Social brasileiro.

Para que possamos compreender as bases que constituem nossa profissão, precisamos primeiramente fazer uma retrospectiva do que seja o conservadorismo em nossa sociedade. Ou melhor, é preciso compreender a trajetória social, principalmente do mundo do trabalho, para que o desenho de um projeto de sociedade conservadora, elitizada, precarizada, opressora, que tem como cerne a divisão da sociedade em classes e a extração da mais valia; possa ter se plasmado no desenvolvimento histórico da humanidade com tamanha eficácia e longevidade.

A produção e a reprodução da riqueza material é, diretamente, um processo que perpassa pelo modo de produção e reprodução social, ou seja, as relações sociais e o assalariamento da força de trabalho são o fio condutor para que os processos fundantes do modo de produção capitalista possam se disseminar, garantindo com que a acumulação primitiva e a indissociável acumulação de miséria possam produzir a riqueza daquelas poucas pessoas que detém os meios de produção.

Dessa forma, o processo capitalista é realimentado cotidianamente, uma vez que a reprodução e a ampliação da classe trabalhadora impactam diretamente no aumento do poder da classe capitalista, formando um retrato social bastante conhecido no momento em que a riqueza e a pobreza se ampliam em uma matemática proporcional. Melhor dizendo, vivenciamos um período em que quanto maior o nível de riqueza de poucos, maior a pobreza, a pauperização da classe trabalhadora e a precarização das condições de trabalho.

Entretanto, é nesse movimento contraditório, porém concreto, de reprodução da dominação e ampliação da pobreza, que os interesses antagônicos das classes sociais se evidenciam, deixando claro o movimento de luta entre esses dois pólos. E, é no marco desse movimento de luta que a possibilidade para uma nova forma de sociabilidade também se confronta com os interesses do capital, pois o mesmo processo que recria tais bases materiais de reprodução social produz antagonismos que fomentam a organização e o enfretamento – por parte da classe trabalhadora – da exploração sistêmica que vivenciam no cotidiano de suas vidas.

Uma vez que o processo de produção capitalista impacta diretamente na vida dos trabalhadores, ou seja, nas condições de moradia, saúde, alimentação, contribuindo substancialmente para a degradação moral, intelectual e social dos trabalhadores e trabalhadoras, causando profunda desordem na vida de homens e mulheres ao incidir diretamente na forma de convívio e lazer, nas organizações familiares, uma vez que se têm jornadas de trabalho exaustivas e a não exclusão de nenhum tipo de mão de obra, atrelando às crianças e adolescentes à produção de mais valia, etc, a luta dessa classe explorada passa a ser uma luta por sobrevivência. E, galgando confrontos diretos com o capital é que homens e mulheres conquistaram direitos.

Dessa forma, a exploração absurda a qual a classe trabalhadora é subordinada, se consubstancia em uma luta defensiva em prol de sua vida e da qualidade do trabalho. Contudo, esse processo, para a sociedade burguesa, se consolida como um movimento de ameaça às bases que a solidificam como a moral, a religião, os valores e a ordem pública. Assim, fica demarcada a saída da compra e venda da mão de obra dos marcos da mercantilização para ocupar os espaços da regulamentação jurídica do mercado de trabalho – mediação estabelecida pelo Estado.

“Vemos, portanto, que a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe” (IAMAMOTO, 2010, pp.74), onde o Estado é o instrumento usado pela classe dominante para que o

conjunto dos seus interesses seja viabilizado na medida em que controlam uma grande parcela da sociedade.

É preciso compreender que concomitantemente à dominação capitalista, a reprodução desse processo conta com a mistificação das formas sociais, as quais possuem a importante missão de encobrir todo o processo de exploração, tornando-o mais palatável à classe explorada.

Dissemina-se a desigualdade de classe como um fenômeno arraigado de normalidades e destituído de contradições e conflitos, fragmentando a classe trabalhadora para que assim as manifestações antagônicas possam ser expostas pelos capitalistas, sob as formas ideológicas. Tem-se então que “*a produção e reprodução da ideologia é fruto do mesmo processo em que se reproduz a riqueza social como capital e o trabalho como trabalho assalariado*” (IAMAMOTO, 2010, pp.74). Com isso, evidencia-se que as formas ideológicas usadas para reprodução do capital não eliminaram a centralidade da exploração através do trabalho, pois ao se constituírem à luz de um movimento contraditório, configuram-se como “desenvolvimento histórico desigual”, ou seja, esses dois movimentos – as formas ideológicas como movimento aparente através do qual as relações sociais antagônicas são apresentadas; e a reprodução do trabalho de forma assalariada – se constroem no bojo do mesmo processo de produção.

Destaca-se então, que o processo de produção capitalista não se resume apenas em um processo de *reprodução* das relações sociais, mas em um processo de *produção* das relações sociais. Ou seja, ao passo que as relações sociais recebem novas roupagens por um lado, por outro a expansão da acumulação galga novos espaços onde o modo de produção se altera substantivamente, modificando sobremedida o próprio processo técnico do trabalho e das relações sociais, configurando a subsunção real do trabalho e das relações sociais ao capital. Entretanto, tem-se outro movimento central a tal processo, o fato de que não há linearidade neste. Assim, vê-se no marco histórico do desenvolvimento social que este mesmo movimento de reprodução impacta diretamente no conjunto da sociedade, ao produzir também, *relações sociais de produção não capitalistas*, ou seja, tal movimento produz impacto

substancial nas formas de consciência social, ou melhor, nas bases jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das condições materiais de produção e reprodução do sistema capitalista e da vida em sociedade. Uma vez que tais relações sociais são redimensionadas em seu significado mais amplo, construído historicamente, para ocupar o lócus de movimento necessário para expansão do capital, “*trata-se da produção capitalista de relações de produção não capitalistas*” (IAMAMOTO, 2010, pp. 75), onde a reprodução da totalidade do processo social é também a reprodução de determinado modo de vida.

Podemos analisar a profissão sob duas óticas distintas. Uma compreendendo a existência desta pautada na realidade contraditória vivida pela classe trabalhadora, o que consubstancia a tomada de consciência de seus agentes e, assim, tem o discurso teórico e metodológico desse processo expresso no exercício profissional. E uma segunda análise é de que tal profissão possui seu exercício profissional como atividade socialmente determinada pela objetividade das circunstâncias sociais, as quais determinam a direção social do exercício profissional, deixando de ser um processo de consciência individual dos agentes, para ser condicionado às circunstâncias sociais. Assim, o esforço para a compreensão dessa profissão está pautado na interpretação do *processo social*⁴ que o consubstancia.

Assim, precisamos ter cautela ao pautar o Serviço Social de forma distanciada do movimento contraditório presente na cotidianidade das relações sociais vivenciadas à luz dos moldes capitalistas, pois assim essa profissão cumpriria apenas as determinações postas pelo sistema em questão. Em contrapartida, ao analisarmos tal profissão à luz de outro extremo, considerando a/o Assistente Social como o/a próprio/a agente de transformação social, desconsideramos o verdadeiro caráter dessa profissão na atualidade, bem como as potencialidades dos movimentos sociais de se reconhecerem enquanto indivíduos explorados e serem os promotores da mudança social. Faz-se necessário atentarmos para as expressões da prática

⁴ Compreendido como relações sociais mediatizadas por condições históricas pautadas a luz de duas dimensões: a da consciência subjetiva da situação e a do sentido e direção objetiva que pode assumir. Para maiores informações consultar J.S. Martins em *Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, 1975.

social, no que tange a diversidade dos movimentos históricos, uma vez que essa profissão está inscrita nos marcos das relações sociais que sustentam o trabalho alienado com seus respectivos antagonismos e funções ideológicas. Sendo assim, o Serviço Social não está imune a tal organização social, o que determina que a cotidianidade do exercício profissional nada mais é do que a dinâmica das relações sociais que vigoram nessa sociedade, que tem como determinação para sua expressão os contextos históricos.

Após a compreensão do real movimento da produção e reprodução capitalista nas relações sociais e na cotidianidade da vida dos indivíduos, passaremos a focar nosso trabalho na profissão de Serviço Social, atrelando nossos estudos ao esforço de compreender o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, ou seja, sem perder o foco nos processos históricos, entender quais as bases de constituição, sustentação e de continuidade de existência que essa profissão se pauta.

É imprescindível compreendermos que a conjuntura social e política do Brasil, em meados da década de 1920, se pautava na regulamentação de mínimas condições de existência e trabalho da classe operária, ou seja, é nesse terreno marcado pelo processo de exploração sem medidas, no qual o operariado trava uma luta defensiva em prol de sua existência, uma vez que as condições de vida e de trabalho se constituem para além das possibilidades humanas, sendo marcadas pela falta de saneamento básico, salários insuficientes e ausência de legislações que garantissem direitos para a classe trabalhadora. Assim, a organização e o reconhecimento enquanto classe oprimida e explorada imprime uma ameaça significativa no que tange a exploração da mais-valia, os valores, a moral, a ordem pública e a religião. Torna-se necessário então, que o Estado garanta – uma vez que é protetor legítimo das necessidades e interesses do capital – a proteção social, tendo a perspectiva de uma exploração da força de trabalho por meio de regulamentações de bases jurídicas que promulguem a manutenção e as formas de reprodução dos trabalhadores.

Após grandes movimentos sociais preconizados pelos proletários em prol de conquista de uma cidadania social, as classes dominantes através do

papel do Estado, formalizam Leis Sociais no intuito de manutenção da exploração. Contudo essas se apresentam frente a conjunturas históricas determinadas, onde é por meio do movimento de aprofundamento do capitalismo na formação econômica-social que se tem o reordenamento da “questão social”, ou seja, esta sai do plano de fundo da história social para galgar a frente das problemáticas vivenciadas pela sociedade, sendo colocada progressivamente no centro das contradições sociais. Vivencia-se, um giro na compreensão e na importância que é dada para tal processo, uma vez que a “questão social” deixa de ser legado de pessoas abençoadas por posses ou não – ou seja, ricos ou pobres – ou entre dominantes e dominados, para se constituir primordialmente na contradição antagônica que se tem entre burguesia e proletariado.

Tendo em vista a conjuntura social e de trabalho dos grandes centros do país conclui-se que, esse amadurecimento qualitativo que assume a questão social é decorrente, principalmente, do crescimento numérico do proletariado nessas regiões, espaços onde é possível vivenciar a convergência de tamanha expropriação e a *“solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativa à dominação burguesa”* (IAMAMOTO, 2010, pp.135).

Tal processo de aguçamento da “questão social” se torna mais concreto quando compreendemos o direcionamento das ações assumidas e desenvolvidas pelos diversos grupos dominantes e suas instituições no marco da vinculação econômica brasileira com o mercado mundial. Sendo assim, ao compreendermos a crise do comércio internacional vivenciada em 1920 e demais movimentos ocorridos em 1930, tem-se de forma bem estabelecida a conjuntura da sociedade brasileira, onde observa-se um reordenamento de duas esferas do país, a econômica e a estatal frente ao deslocamento da centralidade da economia agroexportadora para outras atividades de realização interna. E é sob essa nova estrutura que novas posturas com relação a “questão social” são assumidas, entre elas o surgimento e a implementação do Serviço Social na sociedade brasileira.

Tendo o histórico das condições sociais de trabalho dos proletariados como cerne da questão, ou seja, o aglutinamento da população nos centros urbanos e em locais insalubres de reprodução da vida social contando com a falta de luz, água e esgoto, segurança, bem como a necessidade de sugar ao máximo e de forma desmedida a mão de obra infantil e das mulheres, está posta a necessidade do capital de absorção do trabalho vivo. Paralelamente, ratifica a angustiante situação que os detentores de um único bem – a mão de obra – capaz de garantir sua sobrevivência, são submetidos. É sob esse modelo de exploração e à luz dessas condições sociais – contando também com a desvalorização do poder aquisitivo salarial frente ao enorme exército industrial de reserva – que a luta da classe proletária tomava corpo no grandes centros urbanos do país.

Está construído o retrato social sob o qual se constituirá e se implementará o Serviço Social brasileiro. Contudo ele não terá como base as medidas coercitivas propostas pelo Estado, uma vez que este surge da iniciativa particular de certos grupos de classe sob o intermédio da Igreja Católica, tendo como base uma perspectiva bem delimitada de formação e recrutamento de agentes sociais que irão balizar seu trabalho à luz de uma ideologia bem determinada.

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente, caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (IAMAMOTO, 2010, pp.135).

Este processo, porém, faz parte de um quadro amplo no qual a Igreja é reconhecida como Instituição Social de caráter religioso, ou seja, tem em seu cerne uma doutrina que é universalizante e formulada sobre moldes internacionais. Contudo, tal instituição não pode ser analisada única e exclusivamente sob o viés de uma ideologia própria. É preciso que compreendamos que esta se constitui também na dinâmica dos antagonismos de classe pertencentes à sociedade da qual ela está inserida.

Dessa forma, constata-se que em meados da segunda metade da República Velha – década de 1920, tem início um processo de reformulação das atividades políticas e religiosas por parte da hierarquia nacional, onde o foco está na recuperação dos privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do império. Tal momento é acompanhado de inúmeros outros movimentos sociais que corroboram para a construção do cenário de aceleração da crise econômica e das intervenções sociais institucionais decorrentes do acirramento do modo de produção no país: a fundação do Partido Comunista do Brasil, a Semana de Arte Moderna e as conhecidas revoltas tenentistas.

Sob esse contexto a Igreja desenvolve ações para recuperar seu local privilegiado na cena política e social do país lançando mão de campanhas de pregação, onde, utilizando os marcos das liberdades constitucionais pretende (re)catolicizar a nação e assim assumir os “cuidados” com a “questão social”. Para tanto, como forma de reestabelecer a Nação Católica no Brasil, constrói-se o discurso de que a maioria do país é católico e sendo assim, a vontade da maioria deve ser respeitada, fazendo com que a vontade da Igreja seja imposta à nação, efetivando a legitimação jurídica do acesso da Igreja ao ensino público, as obras e entidades de caráter público, aos cofres públicos, enfim, a superioridade da Igreja ao Estado.

Que maioria católica é esta tão insensível quando leis, governo, literatura, escola, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos uma maioria absoluta no Brasil, não temos e não vivemos vida católica. Somos uma maioria que não cumpre seus deveres sociais (...) Somos uma maioria ineficiente (...) Somos uma maioria asfixiada (...) O Brasil que aparece (...) é o da minoria. (...) Que propaganda fazemos? Que programa desdobramos? Que resistência opomos? (...) Em vez de coro plangente, formemos uma legião que combata; quem sabe falar, que fale, quem sabe escrever, que escreva (CINTRA apud IAMAMOTO, 2010, pp.152).⁵

Toda essa programática da Igreja só começa a ter vasão concreta nos anos de 1920 com o recrudescimento da luta de classes, onde contarão ainda com dois outros movimentos que darão base de sustentação para a mudança da imagem e da estrutura da instituição: a centralização da autonomia

⁵ Carta Pastoral de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 1916 citada por Antônio Carlos Villaça. O Pensamento Católico no Brasil: Zahar, 1975.

burocrática e a *romanização* do catolicismo brasileiro – atingindo o clero e o movimento leigo. Destacando-se então a posição da Igreja em relação ao Estado, de extrema colaboração mútua na perspectiva de garantia da ordem, da hierarquia e da autoridade. E é a partir desse momento que a Igreja irá se constituindo de forma a eliminar as manifestações que considera perigosas para a manutenção do domínio social: o anticlericalismo, o positivismo, o laicismo das instituições, bem o movimento anticatólico presente na opinião pública.

Esse processo confluiu com um momento de apatia do movimento operário, uma vez que este havia se esmerado em movimentos grandiosos dos anos de 1917 a 1921, bem como a exacerbada disputa interna entre concepções marxistas e anarquistas, contando então com uma visível diminuição das mobilizações sociais no que tange as bases de disputa ideológica.

O movimento católico ganha força e espaço, constituindo um grupo de intelectuais responsáveis por interpretar a realidade na perspectiva de atribuir a ela intervenções concretas pautadas em soluções ortodoxas, marcadas pelos tons antiliberais e antidemocráticos, onde atribuem ao Estado a autoridade absoluta de intervenção na realidade política e social desde que esteja sobre influência direta da Igreja. Assim se constituem os últimos governos da República Velha brasileira, principalmente no que tange a rebelião tenentista onde o Estado, juntamente com a Igreja exercerá a repressão que julgam necessária para a manutenção da moral e dos bons costumes frente às manifestações culturais modernistas e progressistas vivenciadas nesse período.

Assim sendo, o trato com a “questão social” foi posto em segundo plano, o máximo de articulação e contestação feita pela Igreja se pautou no exacerbado trabalho de mulheres e crianças, bem como na degradação das famílias e na promiscuidade entre os sexos, não seria possível articular ações para além das que estão relatadas, uma vez que era visceral o alinhamento e solidariedade da instituição com a política da burguesia cafeeira – que também se nega ao reconhecimento da “questão social”⁶ que está posta.

⁶ Segundo Yamamoto (2013), “[...] a Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da

Contudo, aos passos da história, o proletariado sai de sua situação de morosidade e se reestabelece nos marcos históricos de luta social frente à barbárie da vida social com os movimentos reivindicatórios e de uma nova estratégia política. Assim, um novo terreno fértil para uma nova posição da Igreja se consolida. É nesse momento que esta se vê chamada a intervir na dinâmica social de uma forma mais ampla, ou seja, em meados de 1931 -1935 o movimento laico atinge seu ponto mais alto de mobilização e consolidação social, onde a garantia de seus privilégios se darão frente ao alinhamento com o novo bloco dominante que passa a emergir, retirando o foco do passado e do reacionarismo para dar lugar às Encíclicas Sociais sob o discurso: “*deixar de confundir liberalismo com capitalismo*” (IAMAMOTO, 2010, pp. 156).

A “questão social” torna-se assunto não apenas para a classe que sofre cotidianamente com as expressões de tal processo, exigiu também um posicionamento da classe dominante uma vez que os movimentos sociais se tornaram uma ameaça para tal modo de produção. A consolidação da industrialização no Brasil garantiu uma nova configuração na sociedade: passou a ser necessária uma mudança na composição da forma do Estado e do relacionamento deste com a classe social em questão.

E é sobre essa conjuntura social que o Serviço Social toma corpo. Iniciativas privadas, marcadas pela moralidade da Igreja Católica, determinam esse período inicial, legitimando o processo mercadológico em questão.

sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Editora Cortez, São Paulo). Segundo Netto (2001), “[...] somente com o conhecimento rigoroso do ‘processo de produção do capital’ Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da ‘questão social’, consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo. [...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. [...] a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração [...] ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” Assim sendo, o que está sinalizado é o enfrentamento das manifestações de tal processo porém, com a preservação da *propriedade privada dos meios de produção*. Ou seja, “[...] Da análise marxiana o que legitimamente fica interdito é, tão somente, qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo” (Temporalis/ ABEPSS, Grafine:2001)

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta (IAMAMOTO, 2013, p.135).

Para tanto, no Brasil, os anos de 1929 e 1930, com a crise do comércio internacional, bem como da economia agroexportadora, exigiu do Estado e da própria economia uma reestruturação em suas bases o que garante para a sociedade brasileira uma importante trajetória, uma vez que as atividades de acumulação do capital se voltam para o interior do país. Assim, a agenda dos movimentos sociais permanece constante, exigindo de diferentes atores sociais, mobilizações políticas.

[...] a densidade e combatividade das manifestações de inconformismo marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado á beira do pauperismo (IAMAMOTO, 2013, p.140).

É nesse período que o governo se torna signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sob pena de sanções se não cumpridos os compromissos firmados adequadamente. Estava instaurada então, através da parca proteção dos trabalhadores, a manutenção dos interesses do capital de forma mais fecunda.

Sob esse novo cenário, a burguesia se manifesta atribuindo seu apoio à repressão policial à classe trabalhadora, porém se propõe a minimizar as mazelas sociais – uma vez que o Estado, através das parcas e ineficazes políticas públicas, não consegue solucionar as reivindicações da classe que vive do trabalho⁷– com o exercício constante das práticas caridosas e assistencialistas frente ao pauperismo latente. Constitui-se então, as bases para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

⁷ Antunes (2003) apresenta em seu livro “Sentidos do Trabalho” a compreensão da classe trabalhadora de modo a não negar as profundas transformações que o proletariado foi submetido, enfatizando, com isso, a processualidade, efetividade e concretude desta classe. Assim o autor afirma que ao lançar mão de uma leitura contemporânea da complexidade do mundo social, lança-se mão também, de uma *noção ampliada de classe*, apresentando a nova forma de ser da *classe-que-vive-do-trabalho*. Assim sendo, excluindo a possibilidade de uma nova expressão conceitual, Antunes amplia o foco de análise, com vistas a dar conta da diversificação e complexificação do proletariado hoje: “[...] compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes” (ANTUNES, 2003, p. 104).

Frente a um novo espírito social, pautado pelas perspectivas do empresariado brasileiro que tem como principal vetor de comoção social o empreendedorismo, atribui ao que é direito, um caráter paternalista, benemerente, e acima de tudo, desconfigura-se uma conquista social e passa a imprimí-la como benefícios condicionados, ou seja, de acordo com um bom comportamento dos operários e suas famílias – principalmente no que tange a distância dos movimentos grevistas e a uma vida regrada nos moldes da moralidade burguesa – tem-se melhor qualidade de vida e de trabalho. Assegurando assim, que as demandas apresentadas pela classe trabalhadora sejam acatadas única e exclusivamente por conta do interesse dos empresários, fazendo com que os trabalhadores se moldem a uma forma de vida fértil aos interesses e à sustentabilidade do capital.

Nesses contextos, tem-se a “questão social” posta para a sociedade. Dá-se então a mobilização do movimento Católico Leigo, propiciando que o Serviço Social surja como um departamento especializado da Ação Social desenvolvida por essa doutrina religiosa e, sendo assim, sob seus valores e moralidade, configurando uma doutrina social.

Para compreendermos esse processo se faz necessário que compreendamos a trajetória histórica da instituição em questão. Para tanto, no final da época imperial vivenciada no Brasil, a Igreja Católica perde sua ampla hegemonia nas classes dominantes e na sociedade como um todo. Isso acarreta um grande colapso para a Igreja, pois lhe é retirado o controle de diversos setores da sociedade e seus princípios são dissolvidos na construção de uma sociabilidade que não é mais pautada única e exclusivamente sob seus interesses. Lança-se mão então, de uma mobilização dos fiéis com o intuito de reestabelecer a *Nação Católica* onde, o alcance da doutrina da Igreja Católica estaria novamente garantido, se fazendo presente em diversas esferas sociais como as universidades, os meios de comunicação, o eleitorado e a ação social de bases católicas. Assim, resgatava-se a interlocução entre igreja, sociedade e Estado, atrelando novamente a soberania do Estado às bases cristãs: “*ao ensino público, a obras e entidades de caráter de interesse público – e, através destes, aos cofres públicos – a superioridade da Igreja sobe o Estado*” (IAMAMOTO, 2013, p. 152). Dessa forma, lança-se mão de um movimento, em

1930, conhecido como *movimento católico laico* que atribui ao Estado a autoridade máxima sob a égide de um regime forte, porém sob a influência direta da Igreja.

A conjuntura política e social presente naquele momento – a crise de hegemonia entre as frações burguesas e a movimentação das classes subalternas – abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social (IAMAMOTO, 2013, p.165).

Sendo assim, a Igreja será chamada a contribuir de forma substancial nos momentos críticos de instabilidade do regime do patronato, entretanto disputará com este o controle social e ideológico das massas. A instituição em questão lançará mão de posições concretas frente à nova conjuntura social, procurando operacionalizar seu projeto de reestruturação normativa sobre a sociedade. É nesse contexto e como resposta às expressões da “questão social” que se lança mão das Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*⁸ onde contém todo o arsenal necessário para o

⁸ As Encíclicas em questão tem a função de explicitar o posicionamento e a *consciência* do clero com relação à *condição dos operários* nesta sociedade. Para isso, a *Rerum Novarum* – e posteriormente a *Quadragesimo Anno* que, da continuidade a primeira – elabora no corpo do documento, a conjuntura social e política que se encontram os trabalhadores e a burguesia. De forma completamente tendenciosa e devidamente posicionada, defende, de pronto, o direito a propriedade privada e a negação ao socialismo; deixando evidente para os fiéis Católicos, qual o caminho a ser seguido para amenizar as expressões da “questão social”. Assim, visibilizamos algumas partes dos documentos: 1) “[...] o problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. E difícil, efectivamente, precisar com exactidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho; 2)[...] O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada; 3) [...] Os *Socialistas*, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. [...] é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. [...] a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural; 4) [...] A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. ‘Os filhos são alguma coisa de seu pai’; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram. Porque os ‘filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio’. Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família”. O documento dá continuidade fazendo alusão a única e possível solução para as questão que estavam postas: “[...] É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. [...] E

enfrentamento das problemáticas que estão postas. “O Serviço Social, que surge nesse período, como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica, não estará isento dessas marcas.” (IAMAMOTO, 2013, p.174), mas sim as corroborando.

As primeiras instituições assistenciais que surgem nesse período (década de 1920) são a Associação das Senhoras Brasileira, no Rio de Janeiro e em São Paulo a Liga das Senhoras Católicas. Movimentos que já vinham com um direcionamento claro: não mais como simples obras de caridade, estão sob a chamada “reação católica” onde o foco é a divulgação e perpetuação do pensamento social da Igreja e da formação das bases doutrinárias; agora o Estado cumpria o papel de patrocinador dessas obras e tais instituições eram coordenadas pelas mulheres pertencentes a famílias nobres e Católicas. O foco era então, a atenuação das sequelas do desenvolvimento capitalista. Para tanto, se pautava em uma assistência preventiva que formasse um apostolado social – seguidores que atuassem dentro dos preceitos religiosos para enfrentarem as mazelas sociais.

Estando os movimentos de “assistência social” sob esse viés, tem-se a importância da análise dessas instituições e obras – sua centralização e sua hierarquia – na análise e interpretação da gênese do Serviço Social brasileiro:

Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO, 2013, p.177).

O pauperismo em que a classe trabalhadora se encontrava e a crescente e constante demanda das instituições, fomentaram a necessidade de formação técnica e especializada para a prestação da assistência. Forma-se

a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso” (*Rerum Novarum*, 1891).

então, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado, no Brasil, manifestação concreta do Serviço Social, uma vez que seu intuito é orientar e esclarecer as ideias já existentes acerca das problemáticas sociais latentes na sociedade. Esse centro nasce então com o objetivo central de *“promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”* (IAMAMOTO, 2013, p.179) utilizando-se da mão de obra de mulheres jovens com formação necessariamente Católica e que integravam necessariamente a classe dominante. Estava posto então, o perfil das futuras trabalhadoras sociais.

Esse momento social que era vivido se legitimava pela estrutura e funcionalidade da família, ou seja, a sociedade e as formas de sociabilidade “saudáveis” eram desenvolvidas de acordo com a “saúde” das relações familiares. Dentro dessa perspectiva as mulheres de setores da classe dominante ganham novos papéis na sociabilidade vigente: sua função de educar dentro de seus lares se expande, galgam os lares das famílias operárias, tendo a perspectiva da preservação da ordem social e moral, tomando posse de suas vocações naturais de mulheres que nascem prontas para as ações educativas e caridosas.

Dessa forma, o CEAS, oferecia para as trabalhadoras sociais:

1º - campos de observação e de prática para a trabalhadora social, que aí completa e aplica os seus estudos teóricos.

2º - Centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepará-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão.

3º - Núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida e o sentimento do exato cumprimento do dever, como também despertar-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incumbem nesse terreno. (IAMAMOTO, 2013, p.181)

Este centro divulga a necessidade constante de formação técnica especializada, tendo em vista que demandas distintas começam a aparecer, como a de instituições Estatais – bem como a criação do Departamento de Assistência Social do Estado – celebrando, em 1936, pelo CEAS, a formação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo – a primeira no Brasil, representando também uma necessidade real do Estado, que desde então passar a incentivar a formação técnica especializada, tendo como perspectiva a transformação da ação das trabalhadoras sociais em profissão legitimada dentro da divisão social e técnica do trabalho.

Está posta a intencionalidade da profissão frente aos interesses do sistema capitalista e a disseminação dos valores e moralidade da Igreja Católica. Esses eram os dois preceitos para que fosse possível a criação da profissão e sua legitimação nos marcos históricos. É então, indissociável a perspectiva evangelizadora do exercício profissional que se constituía; suas bases materiais e subjetivas estavam devidamente alinhadas ao interesse de uma classe que vive da exploração da força de trabalho de outra, bem como de uma religiosidade que possuía um projeto de sociedade atrelado a esse interesse e que tem como perspectiva a manutenção da ordem social para que a longevidade dos seus preceitos fosse garantida, não apenas na esfera privada, mas principalmente como determinação Estatal – como vivenciado na época do ‘estado laico’. Consolida-se então, as matrizes conservadoras do Serviço Social brasileiro.

Construindo o cenário brasileiro para a compreensão das bases materiais, sociais e subjetivas sob as quais se desenvolveu o Serviço Social se faz necessário a compreensão de que, mesmo estando o Brasil vivenciando mudanças no cenário político e social, o Serviço Social se constitui pautando sua atuação na negação da ordem burguesa – desconstruindo o preceito de que esta pode ser a formação social capaz de trazer o progresso – uma vez que esta é capaz de gerar os “desajustes” sociais tais como a desintegração das famílias, da comunidade e, sobre tudo, dos valores tradicionais. Assim, está fundada uma análise moralista da realidade social, onde as relações vivenciadas no mundo do trabalho são analisadas de forma distante de suas contradições fundantes e de forma próxima às consequências morais.

É no contexto do capitalismo monopolista que o Serviço Social se vincula à realidade sócio-histórica e conseqüentemente às suas demandas, tendo como enfrentamento as expressões da “questão social” por parte de dois agentes principais: o Estado e as classes dominantes. Assim sendo, trata-se de uma resposta a processos construídos de forma bem objetiva na (re)produção do capital e do trabalho, o que proporciona a conseqüente despolitização de fundamentos basilares para a profissão, como o significado econômico, ideológico e político. Sob essas perspectivas, expressa-se o conservadorismo moral, tendência ético-histórica central para o início da profissão.

Tendo como pressuposto que a profissão contribui de forma específica para a reprodução das relações sociais instituídas pelo modo de produção capitalista, é possível verificar que esta profissão se vincula inicialmente à função ideológica da moral, ao tratamento da “questão social” sob os interesses de legitimação do Estado burguês e à ratificação de projetos sociais de bases conservadoras – como é o da Igreja Católica, e inegavelmente a promoção de profissões que se alinhassem a essa forma de ação com relação ao tratamento da “questão social”.

O nivelamento do Serviço Social às ideias positivistas na base da profissão lança mão do conservadorismo moral para garantia da ordem social ao imprimir no projeto profissional valores pertencentes ao projeto social católico. Assim sendo, a cotidianidade da vida social, orientada por tais pressupostos valorativos, tende a ratificar a reprodução da alienação moral, ou seja, a repetição e conseqüente disseminação de forma acrítica dos valores, a assimilação de formas comportamentais dentro da dualidade do certo e do errado, a validação do pensamento ultrageneralizador, do preconceito, o conformismo, a discriminação do que não se enquadra em tal padrão de comportamento e estereótipos tidos como tipo ideal. Com isso, o que pauta a realidade social das relações de trabalho não são as contradições fundantes desse sistema de produção, mas sim suas conseqüências morais.

CAPÍTULO II:

Anos 90 e a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social

“Em um jardim burguês
plantei um pé de operário
nasceu alho...

Alhos e bugalhos
Regados no choro
De menina
Cantiga
Que só queria ser...
Não sofrer!

Em um jardim operário
Plantei um pé de burguês
O pé foi crescendo...
Crescendo...
Até a casa do operário devorar de vez!”

(Diógenes Miquelão Aquino)

2.1. A historicidade das décadas de 1950 a 1980.

Como tratamos anteriormente foi o panorama social e político de meados dos anos 30 e 40 que possibilitou o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Sua institucionalização, e a constituição mesmo de um profissional de novo tipo, assalariado, foram favorecidos pela necessidade de conservação da ordem social nascente.

É a partir dos anos 50 que o Serviço Social, como decorrência dos movimentos latentes na esfera burguesa, vivencia-se um processo de desenvolvimento das ações profissionais potencializadas pelas organizações econômico-políticas postas em movimento a partir de Getúlio Vargas e posteriormente com Juscelino Kubitschek.

A década de 50 foi marcada não só pela continuidade dos governos Vargas, onde as políticas públicas patriarcais e assistencialistas eram a grande marca do período, mas pelo incentivo a industrialização nacional sob o modelo da substituição de importação, ou seja, o que se vê nesse período é a abertura do país ao capital estrangeiro, processo amplamente explorado no governo de JK, onde a afirmação do desenvolvimentismo passa a ser a ideologia dominante.

No momento em que, com a eleição e posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, esta ideologia se torna dominante, servirá de suporte a uma estratégia que associa a política de massas getulista com a abertura para a internacionalização da economia brasileira (IAMAMOTO, 2013, pp. 359).

No momento em que se investe na ideologia desenvolvimentista, o que está aparente é a proposta do crescimento econômico de forma acelerada, buscando a continuidade e a autossustentabilidade do processo, primando pelo crescimento de forma planejada, dando ênfase na construção de rodovias, hidroelétricas, aeroportos, promovendo sobre medida a indústria de base e a produção de bens de capital. Lançando mão, para o ideário social, da crença de que o país estava a caminho de se tornar uma nação moderna, quando o que estava em jogo, era a integração de forma mais dinâmica no sistema capitalista.

A tônica da década se inscreve na tentativa de superação do período transitório do subdesenvolvimento e da economia obsoleta do país através da prosperidade e da grandeza dos bens materiais e naturais presentes na região nacional, *“bastando que se traga à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispões”* (IAMAMOTO, 2013, pp.359) para que, aliada às políticas adequadas e ao trabalho constante, a ultrapassagem desse período fosse uma experiência concreta.

O que está posto então é uma sociedade marcada pela suposta paz política e social e com os avanços inscritos na lógica da soberania, grandeza e riqueza material-financeira para a garantia da prosperidade social e expansão econômica. Onde o crescimento econômico estava colado como a modificação do padrão de vida da população, explicando o interesse em fomentar e implementar políticas econômicas que buscassem a eliminação do pauperismo e da miséria.

Assim sendo, a meta a ser atingida para alavancar a economia do país está pautada na saída do modelo econômico agroexportador para o modelo de industrialização de base, onde o significado de desenvolvimento está amplamente atrelado ao significado de industrialização, sendo esta a responsável pela libertação das antigas bases econômica e sendo também capaz de dar continuidade ao processo de expansão.

Para negar o cotidiano rural, adota-se um padrão de vida que se aproxima do modelo do capitalismo norte-americano, onde, as casas eram ocupadas pelas modernidades que, teoricamente, estavam ao alcance de todos. Além disso, a difusão nos meios de comunicação para a disseminação do pensamento nacionalista e da ideologia de um país que galgava passos rumo ao progresso.

Nesse momento a questão que localiza o Serviço Social se inscreve também na influência norte-americana especificamente com o trato das expressões da “questão social”. Ou seja, as assistentes sociais irão desenvolver seu trabalho a luz dos métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo, de Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade. Dessa forma, as profissionais são preparadas como mão-de-obra

capazes de viabilizar os programas sociais sem perder a perspectiva desenvolvimentista instaurada no país.

Para isso o Serviço Social se interioriza, ou seja, acompanha as grandes instituições assistenciais⁹, os novos postos de trabalho nas administrações municipais, bem como os novos programas sociais que eram voltados para as populações rurais. É nesse terreno que o Serviço Social desenvolve, de modo lento, uma maior sistematização técnica e teórica do alcance de suas funções.

Verifica-se de forma mais contundente a influência norte-americana no Serviço Social na medida em que este passa a lançar mão do *tratamento* da “questão social” em linhas psicologizantes e com influência dos estudos psiquiátricos, ou seja, os problemas causados pelo modelo de produção capitalista recebe *tratamento* a luz dos desajustamentos psicossociais de cada indivíduo.

O Serviço Social de Grupo passa a fazer parte de programas nacionais como SESI, LBA e SESC¹⁰, onde a abordagem profissional tende a relacionar os estudos psicossociais e os problemas presentes na estrutura social.

Já nos anos de 1960, o que podemos ver no cenário político-social brasileiro é *uma crise da forma da dominação burguesa*, ou seja, há um descompasso entre as demandas próprias do movimento de industrialização pesada – que ocorrida desde o período desenvolvimentista – e o modo de intervenção e articulação das classes sociais nesse período.

O sistema político entrava em colapso com essa dissonância, pois, o que se pretendia com a acumulação de capital era contraditório às requisições democráticas que emergiam da classe trabalhadora. Dessa forma, o que se

⁹ “Em 1950, é instalada a missão rural de Itaperuna (RJ), experiência pioneira que desencadeará uma série de outras e serve de base para a criação da CNER – Campanha Nacional de Educação Rural – pelo Ministério da Educação, cuja atuação é baseada em equipes pluridisciplinares e em técnicas de Desenvolvimento de Comunidade. Em 1955, a partir de convênio entre o Ponto IV e o Ministério da Agricultura, surge o SSR (Serviço Social Rural), que começa a funcionar efetivamente em 1959. Em 1956 surge o ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) sob os auspícios da AIA, e generalizando a experiência da ACAR em Minas Gerais e no Nordeste” (IAMAMOTO, 2013, pp. 364).

¹⁰ Programas criados no país durante os últimos quatro anos da era Vargas. Tinham como foco o controle da classe trabalhadora e o aperfeiçoamento de sua mão de obra de acordo como que era requerido pelas indústrias.

materializou através das lutas e tensões sociais, foi a forte dominação burguesa. Inicia-se então o período do *ciclo autocrático burguês*¹¹ que terá vínculo estreito com o momento que o Serviço Social vivencia nessa década, a *perspectiva modernizadora*.

Esta última se esbarra no esforço de balizar o Serviço Social, de acordo com as estratégias do desenvolvimento capitalista e as demais exigências que são postas para as profissionais no cenário sócio-político que se apresenta no pós 64 com o período de militarização do país.

E, é nesse momento, que temos a necessidade de salientar o vínculo vivenciado pelo Serviço Social com o *ciclo autocrático burguês*. Ou seja, sinalizar que as novas condições postas para a profissão, estão sincronizadas à dinâmica e ao histórico do processo de ditadura, alterando de forma substancial as práticas e as modalidades de reprodução e auto-representação da profissão; a burocratização toma forma nos diversos substratos sociais, inclusive no trabalho das assistentes sociais.

Configura-se um momento para além do processo de acúmulo profissional que se constituía, ou seja, uma diferenciação, uma redefinição da profissão, que em momentos futuros – em meados dos anos 80 – será o que possibilitará um momento específico de ruptura com as bases profissionais postas até então.

A renovação do Serviço Social no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrictões do ciclo ditatorial, é imprescindível, tal como se realizou, sem a referência à dinâmica e crise. Supõe, igualmente, a investigação

¹¹ “Entendemos que o ciclo autocrático burguês recobre três lustros – de abril de 1964 a março de 1979: do golpe à posse do general Figueiredo. Assinalar seu início com a empreitada que depôs o governo constitucional de Goulart não desperta polêmica, mas é seguro que se levantem dúvidas pertinentes acerca do marco estabelecido com a sagração presidencial de João Figueiredo. Julgamos que é possível dirimi-las minimamente se esclarecermos, de início, que não consideramos que o fim do ciclo autocrático burguês significa a desarticulação do Estado por ele criado e, logo, nem a substituição do regime próprio à ditadura; em poucas palavras: o fim do ciclo autocrático burguês não corresponde, em nossa ótica, à emergência de um regime político democrático. [...] É no governo Figueiredo que o projeto de auto-reforma do regime ditatorial, [...] a sua mais ambiciosa proposta de institucionalização, fracassa. Nele, a resultante do confronto entre a estratégia aberturista do regime e as aspirações e tendências à democracia, que operavam no seio da sociedade brasileira, é a impossibilidade de o regime impor as suas regras. É apenas neste sentido que tomamos o início do governo Figueiredo como o marco derradeiro do ciclo autocrático burguês” (NETTO, 2010, pp. 35).

dos diversos e auto-implicados níveis que comparecem no movimento interno da profissão (NETTO, 2010, pp. 116).

Netto (2010) afirma com isso, que o substancial desse processo está inscrito nas modalidades interventivas que a categoria das Assistentes Sociais lançará mão para responder às novas demandas sociais. Processo que irá reverberar na forma de organização da categoria, bem como em sua reprodução e no que será absorvido como influências para construção teórico-metodológica da profissão.

Precisamos nos atentar para a compreensão do período inicial de reconceituação, uma vez que ele está pautado na tematização do Serviço Social de forma que este passa a ser um interveniente, dinamizador e integrador do processo de desenvolvimento ao qual o Brasil vivenciava, mantendo consonância com a continuidade dos acúmulos profissionais referentes à transição dos anos cinquenta aos sessenta. Netto os clarifica que tais profissionais são, grosso modo, *ensimesmados*, parciais e seletivos, pois “*o que se recupera do acervo anterior a 1964 exclui a vertente que concebia o desenvolvimento brasileiro como função de transformações contundentes à eversão da ordem estabelecida*” (2010, pp. 154), o que não nega os movimentos de base contestadoras dessa época; reconhece-se avanços na perspectiva de legitimar o papel dos procedimentos profissionais, porém, reconhece-se também que a base utilizada para tal feito esta calcada ao estrutural-funcionalismo norte-americano.

Está ai o caráter modernizador dessa perspectiva. Este aporte teórico compreende a ordem sociopolítica na perspectiva não de questiona-la e sim de munir as profissionais de instrumentos e referências que supostamente serão capazes de dar conta da realidade social. É nesse momento que podemos localizar o caráter tecnocrático requerido na profissão.

No que tange o exercício profissional, a perspectiva modernizadora influi de forma direta nos valores e concepções, trazendo o que é mais tradicional para o centro da profissão, de forma a funcionaliza-la para a nova dinâmica posta, fazendo profunda parceria com o ecletismo próprio desses momentos modernos.

Vê-se que os momentos históricos ligados ao golpe de abril no Brasil demarcam a abertura de espaços socioprofissionais nas instituições e organizações estatais e paraestatais, que estavam a partir de então, submetidas à lógica burocrática instalada nas reformas promovidas pela ditadura. Assim, na medida em que as agências de formação forem colocadas sob tal perspectiva, serão as responsáveis por continuarem dando o tom burocrático necessário para a reprodução da realidade profissional. Isso é ainda mais visível quando da aproximação acadêmica com as ciências sociais pautadas nas matrizes neopositivistas que são ostentadas exuberantemente na ditadura.

Assim sendo, o desenvolvimento das forças produtivas no país reverberou as expressões da “questão social” para todos os espaços da sociedade brasileira de forma a intensificá-la, inserindo a profissão em um mercado nacional de trabalho. Estando essa refração administrada pelas políticas sociais de um Estado autocrático, subscrevem-se tais profissionais a essa realidade, onde se fazem presentes nos aparelhos burocrático-administrativos do Estado e também nos setores geridos diretamente pelo capital¹².

O que está posto nesse momento para as profissionais, segundo NETTO (2010), são duas necessidades distintas: a primeira que preconiza a preservação da subalternização do exercício profissional, uma vez que se constituem como meras executoras de políticas públicas setorizadas; e a segunda se consubstancia nas projeções profissionais dicotômicas e conflituosas as quais as profissionais são inseridas ao trabalharem de forma direta com os setores organizacionais das instituições.

Certo desse processo, podemos localizar a *autocracia burguesa* como aquela responsável por investir na reiteração das práticas e formas tradicionais do exercício profissional, o que frente às novas condições – geridas pela

¹² Nesse momento o aumento exorbitante no número de Assistentes Sociais no cenário do mercado de trabalho cresce de forma estrondosa, uma vez que se faz necessário o atendimento das demandas geradas e geridas pelo próprio capital. Se em 1982, o documento do CENEAS diz da existência de 28.264 assistentes sociais no país, Cornely (1983) aponta que a categoria chega a compor um contingente de 50.000 profissionais. Porém, a ANAS relata que em 1987 deveriam existir cerca de 40.000 profissionais no Brasil. E o CFAS diz que esse número chegou, em 1988, à 54.626.

reorganização do Estado, pelas profundas modificações postas para a sociedade e as condicionantes do capital – se configuram como basilares para todo o cenário ao qual o Serviço Social se insere. Netto nos diz que estas condicionantes *“ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especialmente, em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional”* (NETTO, 2010, pp.119)

Ou seja, na medida em que a profissão ocupa apenas o espaço de executora de políticas sociais, não avançando na percepção crítico-analítica da sua inserção profissional, desconsidera-se, de forma brutal toda a potencialidade que o exercício profissional pode ter. Alia-se a esse processo o fato de as trabalhadoras estarem inseridas em um ambiente no qual devem lidar concomitantemente com os valores imprimidos pelo modo de produção capitalista e os valores até então preconizados pela profissão aos moldes tradicionais.

Tal mercado nacional de trabalho específico para as assistentes sociais justifica os elevados índices de profissionais. Esse processo, que teve início na década de 40 com a formalização das primeiras escolas de Serviço Social, se desenvolve no bojo do processo de desenvolvimento das grandes instituições sociais implementadas no período do Estado Novo e que se potencializam no marco da ditadura com a inserção do Serviço Social no ensino superior.

Assim sendo, com a ampliação desse mercado nacional, amplia-se concomitantemente a quantidade de cursos de Serviço Social que são oferecidos no país. A perspectiva continua a mesma: lidar com as expressões da “questão social” nos marcos da moralidade e da adequação dos indivíduos às necessidades do capital.

Nesse momento histórico, Netto (2010) afirma que a consolidação desses espaços de trabalho se dá de forma residual, estendendo-se de igual forma por todo território nacional, acompanhado de relações trabalhistas extremamente precarizadas¹³.

¹³ “Ainda em meados da década de oitenta, escrevia um profissional: ‘a depreciação dos salários tornou-se característica da oferta e empregos porque o assistente social não tem sequer um piso salarial estabelecido pela categoria ou por seus órgãos de representação. [...]”

É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operava sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente. A reorganização do Estado, “racionalizado” para gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona inteira e profundamente não só o sentido das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-la e executá-las (NETTO, 2010, pp. 120).

Nesse processo está posto a saída da lógica filantrópica que o Serviço Social possuía tanto para o Estado, mas principalmente, para o empresariado. A responsabilidade das expressões da “questão social” está posta como responsabilidade não apenas da esfera pública, mas sobre medida, do setor privado, pois influi diretamente no resultado do processo de produção. Assim, evidencia-se que o interesse em se ter assistentes sociais trabalhando em empresas não se dá apenas em razão do crescimento industrial, mas também pelas questões sociopolíticas que eram latentes e que instaurava a necessidade de vigilância e controle da força de trabalho no território do processo de produção.

A grande questão que acompanha esse processo está na exigência de um novo padrão de trabalho para as assistentes sociais, ou seja, embora o conteúdo geral das práticas profissionais não tenha sido abolido totalmente da execução de políticas sociais setoriais, agora as profissionais estão inseridas em estruturas organizacionais um tanto quanto mais complexas e contraditórias. O que altera tanto a relação da profissional com a hierarquia demanda no local, quanto com a fonte dos recursos para o desempenho de seu trabalho, e sobre medida com os “clientes” – foco primordial de todo processo interventivo.

Processo este que teve um rebatimento substancial no Serviço Social de forma global. A inserção do Serviço Social nas empresas acabou representando – por todas as dissonâncias anteriormente expostas – na erosão do vínculo religioso que era ratificado no que podemos chamar de primeiro momento do Serviço Social tradicional.

O salário mínimo profissional foi, inclusive, tema dos debates do último CBAS em outubro de 1982, ocorrido no Rio de Janeiro” (NETTO, apud Pinto, 1986: 106).

Netto (2010) afirma que o novo processo que se apresentava para o Serviço Social implicou em um dimensionamento técnico-racional tanto no nível da legitimação das práticas profissionais, quanto no nível da condução individual – que representou a derrocada de comportamentos profissionais tradicionais – fundado em supostos humanistas abstratos e contrários ou ainda alheios às lógicas de programação organizacional.

O resultado é, sem sobra de dúvidas, a mudança do perfil da profissional, onde se exige uma assistente social que se coloque frente às problemáticas sob uma perspectiva modernizadora. Havendo então o deslocamento do exercício profissional a luz de aspectos tradicionais vocacionais, para os tradicionais tecnicizados.

Esse novo processo enseja a necessidade de mudança das instituições de ensino em Serviço Social, uma vez que são elas que apresentam a forma de ser das profissionais. Para tanto, se faz necessário o deslocamento do calendário das instituições de ensino a primazia do *confessionalismo*, do *paroquialismo* e do provincialismo que historicamente compunham a grade curricular do curso de Serviço Social. Faz-se necessário também – e não estava posto em segundo plano – o aumento quantitativo das escolas de formação¹⁴.

É frente a esse processo de formação – onde o serviço social galga o patamar da formação superior, com a formação acadêmica e a aproximação com os estudos das ciências sociais – que a chamada modernização conservadora se torna um movimento visível no serviço social, impondo seus domínios ao redefinir as bases de legitimidade profissional no exato momento que se redefine as exigências do mercado de trabalho e se estabelece um quadro de formação voltado exclusivamente para tal processo. Está pautada então a renovação do Serviço Social: “*Ele fornece as balizas histórico-sociais e*

¹⁴ Percebe-se que não estamos falando de um aumento qualitativo, pelo contrário, “Tais refuncionalização e expansão (na verdade, os dois processos indissociáveis, no caso do Serviço Social) foram alcançadas praticamente no mesmo lapso em que se consolidou o mercado nacional de trabalho. Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado) passou a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social numa escala impensável uma década antes – se, em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 o seu número chegava a 6.352” (NETTO, 2010, pp. 124).

ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país” (NETTO, 2010, pp. 127).

A categoria profissional imprime as características desse processo de modernização nos Documentos de Araxá e Teresópolis, onde as reflexões de parte das profissionais brasileiras é consensuado no que tange os pensamentos e as ações profissionais. Dessa forma, o primeiro documento deixa ratificado o Serviço Social como: “[...] *prática institucionaliza, [...] que se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais*” (CBCISS, 1986: 24); donde as estruturas sociais inadequadas podem ser a grande problemática.

Evidencia-se, portanto a estreita ligação entre as concepções formuladas nesse documento e o período desenvolvimentista que o país vivenciava, onde tal processo acontece de forma dependente das mudanças sociais que supostamente são capazes de erradicar – através das políticas de bem estar social e da valorosa contribuição das profissionais de serviço social que trabalham na perspectiva do ajustamento psicossocial da população – as problemáticas econômico-sociais que seriam capazes de fomentar uma tomada de consciência da classe trabalhadora e a caminhada desta a um processo revolucionário de fato.

Dessa forma, o que era latente nesses documentos perpassa pela tensão entre o tradicional e o moderno conservado, na medida em que o processo de desenvolvimento mundial implica, para o Serviço Social de países subdesenvolvidos, novas habilidades que precisam ir além das práticas de Caso, Grupo e Comunidade. Faz-se necessário então, a incorporação de novos métodos e processos ao exercício profissional.

A problemática que está posta nesse período se inscreve na ligação que tais processos possuem com o neotomismo, ou seja, os novos métodos e procedimentos necessários ao Serviço Social compreendiam a ética a luz de uma perspectiva abstrata e esvaziada de historicidade.

Essa perspectiva alcançou marcos para além da fronteira brasileira, pois em meio à crise do Serviço Social tradicional, esse foi o elo para grande parte

da categoria. Não é por acaso que alguns teóricos chegam a dizer que esse foi o ponto de partida para um momento futuro de reconceitualização do Serviço Social. Assim sendo, para o momento de *modernização conservadora* vivido no Brasil, observam-se apenas nos anos 70 – após o amadurecimento das vivências de todo esse processo – que ele foi a clara expressão da renovação profissional sob os moldes da autocracia burguesa.

Dando continuidade ao encontro de Araxá, o ano de 1970 inicia-se com o encontro das profissionais em Teresópolis. Este se diferencia do que aconteceu no primeiro na medida em que plasma, de fato, o “moderno” sobre o “tradicional”, ou seja, a perspectiva modernizadora não se afirma apenas como concepção geral da profissão, mas sobre tudo como pauta interventiva. Dessa forma, esse documento avança sobre a *instrumentação da programática desenvolvimentista* desenvolvida no documento de Araxá.

O cenário que se armava em Teresópolis era construído a luz de três textos produzidos por profissionais diferentes que, na discussão da metodologia do Serviço Social, utilizavam de argumentações distintas. O primeiro se negava a fazer tal discussão deixando de lado as questões trazidas pelas ciências sociais e o questionamento que se referia a constituição histórica da profissão. O segundo propõem para discussão as definições do gênero ou o objeto do Serviço Social, onde este é compreendido como processo de *“orientação social, onde o foco é a obtenção de soluções normais para as dificuldades sociais”* (NETTO, 2010, pp. 180). Enquanto o terceiro – único que consegue centralizar a grande problemática do seminário – articula com a perspectiva modernizadora a concepção da metodologia do Serviço Social; processo que culminará na cristalização da modernização na profissão.

Dantas¹⁵, formulador do último texto apresentado no encontro, oferece as respostas funcionais ao período modernizador no qual o Serviço Social se

¹⁵ Netto nos informa que Dantas, sem sombra de dúvidas, foi o Assistente Social que mais maturou as concepções do período da modernização do Serviço Social no Brasil. Na medida em que ele desenvolvia suas percepções para o período, afinando cada vez mais a discussão das políticas de assistência a luz dos parâmetros desenvolvimentistas, negava qualquer aproximação com as bases marxistas e evidenciava o atrelamento de suas perspectivas intelectuais e ideológicas ao veio estrutural-conservador parametrado pelas teses desenvolvimentistas e pela política de bem estar social. Não era fato descartável que Dantas,

encontrava. O autor resolve duas demandas que eram referentes ao processo de renovação da profissão: a demanda latente por uma fundamentação “científica” para o Serviço Social e a necessidade de redimensionar metodologicamente as práticas profissionais.

Era inegável como Dantas tangenciava a tradição neopositivista, uma vez que sua proposta de *método* nada mais era que um conjunto de ordenações formais e as problemáticas ideológicas eram compreendidas apenas sob o recorte da burocratização dos instrumentos técnicos utilizados pelas profissionais – processo denominado por ele como intervenção planejada. Ou seja, consagra nesse momento a redução do método científico e método profissional a simples operações formais.

[...] Dantas oferece a uma profissão que carecia de um novo universo simbólico uma legitimação “teórico-metodológica” pretensamente ancorada numa “cientificidade simbólica”. Atribuindo objetivamente ao Serviço Social o estatuto de decorrente da “aplicação das ciências”, Dantas solucionava (ou melhor: parecia fazê-lo) de um só golpe tanto a fundamentação epistemológica da profissão quanto a sua conexão com as ciências sociais (NETTO, 2010, pp. 184).

Dantas legitima as práticas tradicionais, ampliando significativamente a possibilidade destas se articularem com as perspectivas presentes no processo de *modernização conservadora*. Com isso, ele consegue a sobreposição do “moderno” ao “tradicional” atrelando organicidade teórica e ideológica a tal processo, ou seja, alia a perspectiva estrutural-funcionalista ao viés da *modernização conservadora* e seu caráter burocrático – conduzidos à luz do processo da ditadura militar pelo Estado em benefício ao grande capital e ao desenvolvimento capitalista latente.

Assim sendo, a tônica do Documento de Teresópolis plasma o que já era sinalizado no documento de Araxá: a redefinição do papel sociotécnico da assistente social. Para tanto, o documento possui princípios basilares para o período de renovação do Serviço Social: “apontam para a requalificação da assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a

nos períodos de auge do militar-fascismo, ocupava altas funções na Secretaria de Serviços Sociais do GDF e continuava com sua formulação teórica no Serviço Social.

inscrevem conclusivamente no circuito da *modernização conservadora*” (NETTO, 2010, pp. 192).

No entanto, o que se vê ao final dos anos 70 e início dos anos 80 é um avivamento de diversas vanguardas profissionais que, em decorrência do período militar e dos vários movimentos de resistências democráticas, se politizavam e se aproximavam de perspectivas mais críticas que possibilitaram uma análise diferenciada da que estava posta para o Serviço Social – processo localizável no seminário do Alto da Boa Vista, onde se verifica referências que se distanciam do conservadorismo até então arraigado, como certa aproximação ao marxismo vivenciado no país. Enquanto que o seminário anterior, ocorrido em Sumaré, apresentou propostas para o Serviço Social, ligadas diretamente às reflexões fenomenológicas para o desenvolvimento dos estudos científicos da profissão.

Então o que estava posto era a discussão teórico-metodológica estritamente vinculada aos debates propostos pelas ciências sociais, contudo sobre o caldo da nova conjuntura brasileira. No entanto, esse momento requeria aprofundamentos teóricos distintos do que era trazido pela fenomenologia. Fato que inviabilizou um avanço mais significativo com relação à discussão teórico-metodológica sobre aportes críticos, abrindo espaço para a reformulação das práticas tradicionais. O que estava em jogo nesse período era:

Deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração – supunha *reatualizar* o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção” (NETTO, 2010, pp. 203).

Assim sendo, o Serviço Social começa a receber uma nova roupagem iniciando-se pela necessidade de dar novo direcionamento a elaboração teórica que fundamenta a prática profissional, ou seja, o esforço é feito para que haja um distanciamento dos padrões positivistas – que estão carregados pelo pragmatismo e empirismo, e se aproximem do que, de fato, pode elevar o

exercício profissional a compreensão do que está para além da aparência dos fatos sociais, a fenomenologia.

Esta se construía como o aporte teórico capaz de revelar para as profissionais as reais significações, intencionalidades, finalidades e valores que se apresentavam no pleno do exercício profissional.

Busca-se então, o distanciamento da perspectiva causalista própria dos paradigmas positivistas e neopositivistas para se aproximar a uma vertente que busca a compreensão do outro em suas interrelações sociais; busca-se a compreensão do indivíduo e do mundo, de acordo com uma fenomenologia existencialista que bebe da fonte de uma ética claramente cristã. Assim sendo, Carvalho (1987) diz da necessidade real e concreta de transformação da metodologia profissional, bem como das estruturas sociais que estão voltadas para as injustiças e para as formas desumanas de tratar os indivíduos, o que sinaliza uma nova perspectiva para o Serviço Social, a transformação social¹⁶.

[...] essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (NETTO, 2010, pp. 157).

O que se opera então é uma reatualização das matrizes do passado, sobre o enquadramento dessas em perspectivas teóricas melhores fundamentadas. No entanto esse processo se reverbera no descrédito do positivismo, bem como na superficialização das teorias marxianas, fazendo com que se vislumbre a fenomenologia como um caminho possível e concreto frente às problemáticas teóricas.

Destaca-se fortemente o viés a dimensão subjetiva do ser, ou seja, atrela as expressões da “questão social” a uma questão psicológica, onde o

¹⁶ Precisamos nos ater a certos truques que esse período nos reserva. Comumente há confusões entre a perspectiva apresentada e os aportes teóricos marxistas, ou seja, o que quero dizer é que a luz desse processo de transformação social e de palavras como dialética, práxis, totalidade, historicidade, pessoas incorrem no erro de depositar tal perspectiva sobre as categorias formuladas por Marx. No entanto, a alternativa apresentada no seminário do Alto da Boa Vista, exclui qualquer aproximação do pensamento crítico-dialético.

que está subentendido é a valorização de um *eticismo abstrato*¹⁷, onde o que está em primazia é a humanização das pessoas frente as suas problemáticas.

No entanto, esse processo consubstancia uma retórica irracionalista, na medida em que ratifica os contextos capitalistas deixando-os mais palatáveis; não é a toa que se vivencia o requerimento dessa humanização em períodos de forte avanço das forças produtivas, ou seja, quando há na sociedade um período marcado por uma profunda burocratização e barbárie da vida social, requer a *“valorização profunda da individualidade, personalidade, realidades psíquicas e situações existenciais”* (NETTO, 2010, 158).

Subscreve-se então, o exercício profissional na ajuda psicossocial, tendo não só embasamento ideológico e cultural, mas sobre medida, científico, no qual o Serviço Social constrói objetivos e métodos que, a luz do contexto da compreensão do indivíduo, desconstrói-se todas as perspectivas de uma compreensão crítica acerca da realidade social vivenciada pelos usuários do serviço.

Este é um cenário que o serviço social ainda não havia entrado em contato em seus processos anteriores. É evidente que ao longo do processo de profissionalização do serviço social havia conflitos e tensões, contudo esse novo período proporciona polêmicas que se sobressaem na historicidade da profissão, uma vez que havia certa homogeneidade nas propostas profissionais e que sinalizava para um distanciamento de participação em projetos políticos e partidários, esse novo período passa a apresentar uma ruptura com o antigo cenário, institui-se mais um marco para o processo de renovação.

É sobre essa ruptura e com as bases para a laicização do exercício profissional que o projeto da autocracia burguesa galga o seu ápice. Vê-se então o serviço social em disputa interna, uma vez que esse processo significa um giro no que implica o projeto de formação, os paradigmas de intervenção, os órgãos de representação da categoria, enfim, ocasiona uma diferenciação e uns tensionamentos em todos os níveis do processo profissionais e das instâncias de regulamentação e representação.

¹⁷ Ou seja, de forma distanciada do processo ontológico.

Netto (2010) esclarece que, não diferente dos outros processos históricos, surge com intenso caráter contraditório, ou seja, ao se *(re)funcionalizar* o contexto da prática profissional, redimensionando as condições para o exercício profissional, o regime autocrático burguês abriu perspectivas para que, em contra partida, novos movimentos com tendências contrárias a legitimação de suas bases, pudessem se sobressair. Ou seja,

[...] isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2010, pp. 129).

No empenho em criar condições para que as profissionais se adequassem ao projeto societário aos moldes burgueses, abriu-se um leque para um acúmulo que se direciona em um movimento dissonante, o da diversidade. O Serviço Social está inscrito então, no marco do pluralismo teórico, ideológico e político.

Assim, de forma resumida, Netto demarca o que sinaliza a erosão do Serviço Social tradicional sob três elementos substanciais:

[...] o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento, ou se arrisca a ver seu exercício relegado a um segundo plano; em consequência levanta-se a necessidade de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (NETTO, 2010, pp. 139).

Compreendemos que os demais momentos que permeiam o amadurecimento de parte da categoria no que tange a relação com outras categorias profissionais, o distanciamento de segmentos da Igreja Católica frente ao conservadorismo tradicional e sobre tudo, a inserção dos estudos no campo das ciências sociais possibilitando uma aproximação com as dimensões críticas e nacional-populares – tendo como palco o movimento estudantil – demarcam de forma real a erosão do Serviço Social tradicional no Brasil.

A luz de toda essa conjuntura configura-se o período conhecido como *intenção de ruptura*. Cabe ressaltar que esse movimento começou a ser

gestado no início da década de 70 com a inserção do curso de Serviço Social nas universidades do país. Contudo, ao passo que se constituía cada vez forte a negação dos movimentos político-sociais e teórico-culturas que eram latentes no Brasil, visualizava-se a dificuldade da afirmação de uma nova perspectiva frente ao marco sociopolítico da autocracia burguesa. Esse fato se torna perceptível no “Método de BH”¹⁸ que ficou velado durante a primeira metade dos anos 70 e só começou a avançar – primeiramente com produções acadêmicas fruto das pós-graduações em Serviço Social – no período de crise da ditadura, abrindo possibilidade para o avanço e consolidação das vertentes marxistas que, mais tarde, passam a balizar a profissão.

O fato é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável *caráter de oposição* em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória (NETTO, 2010, pp. 248).

Assim sendo, este período apresenta fortes críticas aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos do Serviço Social, uma vez que a intensão é o descolamento das perspectivas profissionais dos moldes tradicionais, bem como do pensamento conservador que até então influíam diretamente nos paradigmas de intervenção social e nas perspectivas teórico-metodológicas da profissão.

Esse momento, de subversão do que estava posto na sociedade e no Serviço Social, é possibilitado – para além dos movimentos sociais e políticos postos na sociedade – pela aproximação a tradição marxista e pela então *liberdade democrática* – visualizada como esfera possível com o fim do período ditatorial brasileiro – que se difunde para o conjunto de profissionais (e estudantes) do Serviço Social.

O grande salto do momento está inscrito no distanciamento das discussões feitas pela profissão no marco dos pequenos grupos de trabalho, pois agora a centralidade da discussão se voltava para a reinserção da classe

¹⁸ Método de Belo Horizonte é resultante de experiências de formulações – em meados de 1975 – por docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Santos (1985) discorrem sobre tal processo.

operária na cena política do país, fazendo corpo a uma nova dinâmica de resistência na busca pela democracia.

O Serviço Social terá que romper com os planos teórico-metodológicos, com a concepção e a intervenção profissional, bem como com o processo de formação que estava posto. Todos esses rompimentos, sinais de um efetivo movimento contínuo, são basilares para o processo de ruptura.

Podemos considerar que o eixo teórico-metodológico, dentro desse movimento continuado, foi aquele que mais sofreu influências no período da renovação a qual o Serviço Social do Brasil vivenciava. Foi através da aproximação a autores que se referenciavam na tradição marxista, que este universo se concretiza para as assistentes sociais de forma substancial, contudo absorvem-se desses autores os equívocos trazidos da rasa interpretação do marxismo: a compreensão do processo de luta de classes sob a dicotomia do “bem e do mal”, bem como das posturas messianistas, voluntaristas, moralistas e da compreensão abstrata do homem e da sociedade.

A militância política é a primeira expressão clara de uma aproximação mais crítica na medida em que se caracteriza a oposição ao que estava posto nos anos de 1964 a 1968 para as *camadas médias urbanas* e para o movimento estudantil. Nessa perspectiva, Netto (2010) indica que as interações estabelecidas entre as profissionais que compunham o movimento de ruptura e a tradição marxista se dava pela via da política.

Para tanto, é importante salientar que esse momento vem acompanhado pela radicalidade nos posicionamentos políticos que são decorrência – claro – do momento histórico, mas também da apropriação exclusivamente ideológica do marxismo, o que, de certa forma, mistificou alguns aspectos relacionados à profissão na medida em que pontos essenciais do marxismo se faziam ausentes. Santos (2007) nos recorda que essa aproximação teórica com as teorias marxistas não rompeu de fato com a herança conservadora de base positivista-irracionalista que predominava no Serviço Social, uma vez que tal aproximação – tardia – é feita aos moldes de Althusser e Harnecker, autores que subscrevem o debate do marxismo aos motes positivistas. Assim sendo,

“pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com essa herança conservadora” (QUIROGA apud SANTOS, 2007, pp. 75).

Em um segundo momento, o marxismo se faz presente nos movimentos acadêmicos, em meados dos anos 80 – momento conhecido como *marxismo acadêmico*. As primeiras produções seguem o caminho da redução da tradição marxista a um empirismo – colocando o conhecimento como resultado exclusivo da experiência, ou seja, restringindo o que pode ser apreendido através dos sentidos ou da introspecção e opondo-se ao racionalismo e à metafísica – o que resulta no aminguamento desse método ao *epistemologismo*¹⁹ de raiz estruturalista, o que “funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática” (NETTO, 2010, pp. 269); sem muita reflexão teórica, utilizam-se da instrumentalização para ratificar estratégias e táticas que assegurassem possíveis mudanças.

No entanto, como decorrência desse *marxismo acadêmico*, um amadurecimento teórico-metodológico por parte de seus protagonistas foi visível. No marco da transição democrática, a política e a histórica são trazidas novamente para o centro das reflexões, fazendo com que uma aproximação dos estudos marxistas referenciados em sua fonte original – os *clássicos* – dando ênfase a Gramsci, fosse alcançada. Processo importe, pois dá a centralidade necessária à historicidade dos movimentos sociais e da conjuntura política – acúmulo visível na elaboração dos trabalhos de BH.

Como desdobramento do acúmulo até então vivenciado, a formação profissional – sob os três eixos: história, teoria e método, os possíveis campos de intervenção e as políticas de prática, ganham foco nas discussões da categoria. É neste momento que o próprio estatuto do Serviço Social, os documentos que fazem alusão à revisão curricular e o projeto de formação de assistentes sociais no Brasil, são foco de problematizações e discussões.

¹⁹ “A epistemologia surge na idade Moderna quando a burguesia, em seu processo de progressiva conservadorização, vai reduzindo cada vez mais o alcance e profundidade da razão. É responsável, assim pela difusão da impossibilidade de conhecimento do ser (ontologia), propondo então a teoria do conhecimento como esfera máxima de alcance da razão (BARROCO apud SANTOS, 2007, pp. 75)”.

[...] método profissional está diretamente ligado à teoria científica e à realidade histórica, sendo inconcebível sem elas. Desta forma, a teoria adquire sua significação metodológica e se converte em método, na medida em que seus princípios, leis e teses são utilizados consciente e adequadamente como instrumento de conhecimento e transformação prática da realidade. O método, por sua vez, não pode ser entendido, organizado e explicitado independentemente da teoria e da realidade histórica que o fundamenta. Esta interligação entre método, teoria e realidade permite verificar que o método profissional é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade e, ao mesmo tempo, um instrumento da sua transformação (SANTOS apud NETTO, 2010, pp. 283).

A questão complexa que acompanha esse período é decorrente da simplória aproximação à tradição marxista, que se esbarra no *lastro eclético* se fazendo presente nas formulações teóricas e nos documentos próprios da profissão. Esse ecletismo,

[...] percorre formulações significativas desta vertente renovadora: marca presença no empirismo da elaboração belo-horizontina, é flagrável no primeiro patamar do momento de consolidação acadêmica e, consolidada a perspectiva, permanece dando o tom em formulações nas quais a ele se acresce o novo irracionalismo criticado por Rouanet (NETTO, 2010, pp. 269).

E, para além disso, a compreensão de que o marxismo se faz enquanto *modelo* e que pode ser *aplicado* na prática profissional (SANTOS, 2007). Essa reflexão que fazemos com relação à apropriação da teoria social de Marx não se pauta na desqualificação do que vinha sendo produzido pelas assistentes sociais, mas como importante observação ao idealismo que acompanhava as produções da época. Santos (2007) chama atenção para o fato de que a confusa interpretação do método, ou seja, à percepção generalizada e idealista a qual a apropriação epistemológica do marxismo possibilitou, deu espaço para a compreensão de que “na prática a teoria é outra”. Ou seja, “*deveria existir uma identidade entre teoria e prática; esta última deveria ser moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria*” (SANTOS, 2007, pp. 77), o que fomentou o ideário de que o assistente social fosse *um agente de transformação social*.

Contudo, precisamos ter em mente que a caminhada rumo a uma perspectiva continuada de mudança é correlativa a caminhada política das figuras que protagonizam este momento de ruptura, ou seja, na medida em que

se localizam de forma veementemente oposta às perspectivas próprias da autocracia burguesa, amadurecem suas compreensões no que tange o método marxista e assim desvelam a impossibilidade de realização do projeto de ruptura nos anos marcados pela ditadura; o caldo já criado possibilitará a retomada – dado o fim do período ditatorial – da análise crítica ao tradicionalismo que trazia corpo na profissão; momento importante para a compreensão de que a prática social a luz das análises que estavam sendo feitas não davam conta do movimento real da sociedade, ou seja, da *“historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista”* (IAMAMOTO apud SANTOS, 2007, pp. 78).

Para os anos seguintes, o que se destaca então é a maturação intelectual, profissional e política dos protagonistas do processo de ruptura. Netto (2010) apresenta dois autores, de forma ilustrativa, mas que dão conta dessa maturação e ampliam o campo de possibilidade de análise e ações do Serviço Social: Leila Lima Santos e Vicente de Paula Faleiros. Contudo, o autor em questão salienta que não há como deslocar a elaboração do Método de BH da fundação do projeto de ruptura, nem tão pouco a relevância das reflexões elaboradas por Iamamoto nos anos seguintes, uma vez que estas simbolizam o amadurecimento intelectual desse período bem como *“a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte ‘clássica’ da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social”* (NETTO, 2010, pp. 276).

O acúmulo desse processo possibilitará um giro no que tange os fundamentos ético-político, teórico metodológico e técnico-operativo na medida em que estarão referencializados pelo Projeto Ético Político²⁰ da profissão – resultado de todo processo de ruptura que irá se plasmar de forma concreta no Código de Ética de 93 e nas diretrizes curriculares que seguirão. O que está posto para a década de 90 é a ultrapassagem do que foi gestado nos anos 80, colocando a classe trabalhadora no centro do debate, uma vez que é esta que dá o cenário histórico-social ao que a categoria profissional poderá agir. Santos (2007) ressalta esse período do Serviço Social como sendo a “apreensão

²⁰ Durante o trabalho poderemos nos referir ao Projeto Ético Político pela sigla PEP.

ontológica do marxismo”, que terá expressão clara no Projeto Ético Político da profissão.

2.2. Fundamentos e significados do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Os anos 80 foram palco de profundas transformações no cenário acadêmico-profissional, subscrevendo a organização da categoria, as atividades de pesquisa e de produção acadêmica, juntamente com a prática e a formação profissional. Tendo como legado a ditadura militar e o projeto de *modernização conservadora* veio a tona na categoria com novas reflexões a luz do processo de transição democrática que consolida um novo perfil profissional, na medida em que as mudanças sociais e políticas sofridas no período autocrático alteram a face da sociedade – Estado, sociedade civil e suas interrelações.

Os processos de consolidação da expansão monopolista – que deram espaço para os feitos tecnológicos e as modificações relacionadas ao mundo do trabalho – possibilitados através da liberação do regime político-social, criam a atmosfera contraditória necessária para o desenvolvimento do processo de maturação intelectual e profissional que os profissionais de Serviço Social vivenciam no largo dos anos 80.

Foi à luta sobre uma perspectiva mais ampla, que garantiu a conquista e o adensamento da democratização dos processos que envolvem o Estado e a sociedade civil, ou seja, os processos de socialização econômica e política. Segundo Iamamoto (2008), *“foi esse processo que gerou o alicerce sociopolítico que tornou possível e necessária àquela maturação cívico-profissional na área do Serviço Social expressa no seu processo de renovação”* (pp.91). Assim sendo, para o Serviço Social, o caminho que está posto é a ruptura com o tradicionalismo profissional iniciado com a devida organização sindical da categoria e a aproximação a diversas entidades de representação que legitimam as lutas quotidianas das assistentes sociais. Para tanto, os acúmulos se subscrevem no eixo teórico-metodológico – expressando a crítica

ao conservadorismo e também o *marxismo vulgar* – e no eixo que confronta a historicidade do Serviço Social – onde a relação Estado e classes sociais apresenta as particularidades da profissionalização do Serviço Social.

O que se apresenta então é o Serviço Social como objeto de sua própria análise, ou seja, volta-se para si próprio onde a dualidade anteriormente atribuída a profissão, dá lugar ao caráter contraditório da mesma, bem como do papel profissional no que tange as relações de classe no universo das políticas públicas e empresariais – possibilitando novos amadurecimentos, agora na esfera da ação profissional. Assim sendo,

[...] do ponto de vista teórico-metodológico, o Serviço Social passou da mera negação e denúncia do tradicionalismo profissional ao trato efetivo de seus dilemas e impasses, tanto no campo teórico como na prática cotidiana. Transitou de uma abordagem meramente metodologista no campo dos encaminhados da ação para o enfrentamento – ainda com dificuldades e debilidades – das polêmicas teórico-metodológicas [...] (IAMAMOTO, 2008, pp. 93).

Se o processo de reconceituação atribuiu às ações profissionais a luz de uma criticidade que representa a aproximação da mesma com as teorias marxistas, configurou também a superficialidade dessa apropriação. Contudo, no decorrer dos anos 80 configurou uma depuração dessa tradição, possibilitando a revisão e o questionamento de alguns paradigmas – inclusive os que circundam a *pós-modernidade*.

Contudo, fica evidenciada nessa década, a necessidade do aprofundamento em alguns temas – processo que terá ênfase na década que se segue – de renomada importância para o estudo da tradição marxista, bem como para o exercício profissional:

a relação indivíduo/sociedade; as relações entre as macroanálises e as microssituações enfrentadas no cotidiano profissional; as relações entre o universo, o particular e o singular; as relações entre objetividade e subjetividade; a questão da cultura; [...] as estratégias técnico políticas da ação profissional e [sobre medida] a questão dos valores e da ética (IAMAMOTO, 2009, pp. 95).

Fica demarcada então, mediante o amadurecimento político e das vertentes críticas que norteiam o exercício profissional na passagem dos anos 80 para os anos 90, a dimensão política da profissão. Objetiva-se com isso a

necessidade de uma nova ética, bem como o compromisso com demandas, necessidades e interesses da classe trabalhadora que se constituía enquanto público alvo do exercício profissional das assistentes sociais.

Seguindo aportes teóricos marxistas, a nova referencialidade da ética se afastava deveras da percepção abstrata e a-histórica dos valores.

Inserido nesse movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria, através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (BARROCO, TERRA, CFESS. 2012, pp.48).

Podemos elencar como pontos centrais desse código o rompimento com a imparcialidade presente nos códigos anteriores, o esforço em pautar o Serviço Social sobre uma nova perspectiva político-crítica que abre espaço para uma nova referencialidade ética e a vinculação da prática profissional aos interesses da classe trabalhadora.

O que desse contexto reverbera para o Serviço Social se subscreve ao enfrentamento claro do neoliberalismo, uma vez que este problematiza a questão da ética no que tange o exercício profissional. Ou seja, os avanços com relação à ética galgados no Código de 86, passam a serem questionados mobilizando longos momentos de debates entre as profissionais, o que resultou em um cisma dentro da categoria, onde algumas pessoas “*buscavam preservar as conquistas objetivas em 1986 e, [outras] pretendiam sua regressão*” (BARROCO, 2012. pp. 49).

Assim sendo, é basilar que atentemos para a conjuntura política dos anos 90, uma vez que esta muda todo o cenário social da época. Na medida em que se vivencia o caldo da crise do Estado de bem-estar social, as refrações desse processo no *mundo do trabalho* somadas a disseminação das políticas neoliberais – que insidiam diretamente nos direitos dos trabalhadores bem como em suas mobilizações políticas – e a derrocada do chamado *socialismo real*; abre precedentes para a negação da tradição revolucionária,

bem como da razão dialética, fortalecendo sobre medida as análises e explicações irracionalistas acerca das expressões da “questão social” e do universo político.

No entanto, precisamos destacar que a década de 90 também é permeada por processos de mobilização social que requeriam, dentro da cena política, condutas éticas. O *impeachment* do então presidente da República corrobora esse movimento impulsionando a inserção do debate ético na sociedade, este se acirrará frente à lógica perversa do capitalismo e da globalização neoliberal. Assim sendo, *“eliminam-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado em face da ‘questão social’, privatizam-se serviços públicos e empresas estatais, desmontam-se, gradualmente, as legislações de proteção social e do trabalho”* (BARROCO, 2010, pp. 179). Processos que se concretizarão – para a classe trabalhadora – na perda dos postos de trabalho, na precarização dessas relações e, de forma substancial, na desarticulação política da classe.

Em contra partida a esse movimento visualiza-se o Estado trazendo para a responsabilidade da sociedade civil o discurso da solidariedade e da responsabilidade social, afastando a concepção de conquista e garantia de direitos para imprimir novamente a lógica da filantropia às refrações da “questão social”. O que estava posto é o profundo descrédito nos aparelhos estatais, corroborando a desmobilização dos movimentos sociais, etc.

A historicidade dos processos sociais no marco da democracia política, nos demonstrou que, na ordem do capital, por razões diversas – sejam elas culturais e / ou econômico-sociais – os projetos de sociedade atrelados aos interesses das classes trabalhadoras se encontram sempre em condições desfavoráveis e assim sendo, não enfrentam sobre condições de igualdade, os projetos de sociedade propostos pela classe dominante.

Nesse contexto a afirmação de um projeto profissional está permeada também pela dimensão política. Vê-se que a afirmação social de um projeto profissional está ligada diretamente a organização política da base do corpo

profissional. Com isso, tais projetos são também estruturas dinâmicas, ou seja, respondem as alterações econômicas, sociais, culturais, e também a mudanças na própria profissão que envolve o desenvolvimento teórico-prático e a rotatividade das representações da categoria.

As dimensões políticas dos projetos profissionais são inquestionáveis, pois podem se subscrever tanto no sentido mais amplo que diz respeito às relações com os projetos societários, quanto no sentido mais restrito, se referindo às particularidades da profissão. Aqui temos que redobrar nosso foco de atenção, pois, os projetos que comungam de uma direção conservadora ou mesmo reacionária não explicitam tais dimensões, assim sendo, Netto nos diz que o *“traço mais característico do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas ideológicas”* (1999, pp. 5).

É necessário localizar o corpo profissional enquanto sujeito coletivo constituinte do projeto profissional e que, por ser composto de diferentes protagonistas, será um campo permeado por tensões e lutas.

O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO, 1999, pp. 5).

O fato de ter consolidado um projeto profissional não significa que as divergências e contradições da categoria se extinguíram. Assim sendo, mesmo que se tenha um projeto hegemônico, ele não será exclusivo (Netto, 1999).

Frente a esse processo é que se inscreve a importância e necessidade do *pluralismo* nos projetos profissionais, uma vez que este é o elemento efetivo da vida social e da própria profissão que requer respeito²¹. Assim sendo, projetos profissionais e projetos societários se tangenciam, estando em uma zona constante de confronto, ora em conformidade e ora em completa dissonância. A compreensão necessária que está à frente dos limites desse tangenciamento se inscreve na sociedade capitalista, sendo o processo limitante mais evidente, as condições postas para o mercado de trabalho.

²¹ Respeito esse que se difere deveras da tolerância liberal referenciada no ecletismo. Netto ressalta que essa questão foi abordada por Coutinho, in Vv. Aa. (1991: 5-17) e diferentemente por Tonet (1997: 203-237).

Para que o *pluralismo* fosse algo visível e cogitável para o conjunto da profissão, os processos históricos funcionaram como mecanismos de ratificação, assim sendo, a luta contra a ditadura, a conquista da democracia política e a mobilização e contestação política efetivada no III CBAS, possibilitaram a disputa de projetos societários distintos. Foi então que *“pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes”* (NETTO, 1999, pp. 11).

Como desdobramento dos processos históricos de luta, o Projeto Ético Político do Serviço Social, no transito dos anos oitenta para os noventa, se consolida. Sua estrutura consegue contemplar os eixos fundamentais, resguardando a flexibilidade necessária para abarcar novas questões, novas problemáticas e um contínuo desdobramento que abarca visões distintas da realidade. E, foi na segunda quadra dos anos 90 que o Projeto Ético Político se consolidou de forma hegemônica no Serviço Social.

Este projeto hegemônico – porém permeado de tensões – possui como valor central o reconhecimento da liberdade à luz da perspectiva ontológica, ou seja, compreende esta enquanto possibilidade de escolha dentre várias alternativas concretas. Assim sendo, o que está posto é o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos.

Como consequência, o Projeto Ético Político tem vinculação com um projeto societário que preconiza, necessariamente, a organização de uma nova ordem social que exclua qualquer tipo de exploração e dominação de classe, gênero e etnia. Frente a isso, este projeto profissional ratifica a defesa intransigente dos direitos humanos – não sendo possível justificar qualquer tipo de opressão e ausência de direitos, com argumentos balizados na cultura, costume ou religiosidade – negando qualquer forma de preconceito, considerando o pluralismo como essencial para o exercício profissional.

O Projeto Ético Político não esconde sua dimensão política, de forma clara, ratifica a equidade e a justiça social no que tange a transversalidade no acesso a bens e serviços preconizados pelas políticas públicas, buscando a consolidação e expansão dos direitos civis, políticos e sociais das classes

trabalhadoras. Assim sendo, “[...] o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida” (Netto, 1999, pp. 16).

Do ponto de vista profissional, este projeto se centraliza na *competência*, ou seja, o aperfeiçoamento *intelectual da profissional*, para tanto, é feita a defesa veemente de uma formação acadêmica qualificada, que possua concepções teórico-metodológicas embasadas criticamente, capazes de possibilitar uma análise conjuntura concreta e real, fomentando a *preocupação investigativa* da profissional. (Netto, 1999)

Tendo como foco os usuários dos serviços, o PEP prioriza a qualidade dos serviços prestados à população pelas profissionais. Nessa perspectiva preconiza a publicidade dos recursos utilizados pelas instituições, qualificando o exercício da democratização e da universalização, fomentando a participação dos usuários nas decisões institucionais.

Assim sendo, este projeto profissional assinala que a ação respaldada ética e politicamente só será possível quando houver uma articulação do corpo profissional com profissionais de categorias diversas que tenham propostas semelhantes no tocante da luta geral dos trabalhadores.

[...] as linhas fundamentais deste projeto estão sintonizadas com tendência significativas do movimento da sociedade brasileira (do movimento das classes sociais). Estas linhas não derivaram do desejo ou da vontade subjetiva de meia dúzia de assistentes sociais envolvidos na militância cívica e/ou política; elas expressaram, processadas numa perspectiva profissional e refratadas no interior da categoria, demandas e aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros. Numa palavra: este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico aos das classes proprietárias e exploradas, tem raízes efetivas na vida social (Netto, 1999, pp. 18).

Todas essas questões são de profunda relevância para os debates que vinham acontecendo no interior do Serviço Social. Pautava-se então a questão da ética como ponto principal e é nesse processo que o Código de 93

estabelece profundo avanço, pois ao se conectar com as bases ontológicas²², afasta das relações sociais o conceito da dualidade para se aproximar da compreensão da contradição das e nas relações sociais.

Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípio se operacionalizá-las objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Nesse sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade (BARROCO, 2010, pp.200).

O código de 1993 referencia centralmente o trabalho, elemento determinante para a produção e reprodução da vida e que também é a referencialidade para pensar as bases das ações ético-morais.

Contudo, precisamos de atenção para que tais valores não se percam no ideário burguês, uma vez que estes mesmos valores são afirmados pela burguesia revolucionária. O grande abismo entre a vertente compreendida no código e a da burguesia está inscrita nas teorias filosóficas que, no caso da última, fornecem as bases teóricas para a manutenção da sociedade burguesa como sendo capaz de levar o indivíduo a sua emancipação. Assim sendo, o homem é compelido a crer que possui direitos naturais, que são, antes de mais nada, ancestrais à sua sociabilidade, ou seja, o direito a propriedade e à liberdade.

A discussão necessária nesse momento é acerca da liberdade. Esta, nos moldes do imperialismo, é compreendida e ratificada apenas como igualdade perante a lei e capacidade natural de todos. Nesse contexto compreende-se que a sociedade política tem o dever de garantir as condições necessárias para que os *talentos e capacidades* possam ser desenvolvidos igualmente, assim o nível de riqueza e desigualdade social está condicionado diretamente ao esforço de cada indivíduo. Nesse sentido a liberdade só se

²² A ontologia do ser social compreende que os “valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade” (BARROCO, apud CEFESS, pp 201).

realiza com a propriedade privada garantida, sendo o trabalho o meio para a garantia do direito à posse de bens – exigência natural e ética (Barroco, 2010).

A propriedade, portanto, é uma necessidade que varia segundo características individuais e subjetivas, uma vez que se considera que todos terão igualdade de oportunidade para o trabalho.

Por estas características, a liberdade defendida pelo liberalismo supõe a desigualdade; vinculada a posse de bens materiais à felicidade, numa sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção e do trabalho. (BARROCO, 2010, pp. 203).

A única possibilidade de esclarecimento das contradições do pensamento político moderno e da teoria liberal clássica, só se dá através das possibilidades históricas. Assim sendo, com a consolidação da sociedade burguesa e avanço dos processos de alienação, a liberdade e igualdade se alicerçam como valores universais, porém abstratos, ou seja, carregados positivamente, mas que não podem realizar-se para o pleno da sociedade.

Na busca da concretização universal dos valores abstratos só há um meio: a tomada de consciência por parte da classe trabalhadora dos reais limites à liberdade. É exatamente esse processo que os movimentos revolucionários buscam construir.

Assim sendo, o Código de 93 busca ratificar a diferença entre a sua fundamentação e a liberal na medida em que deixa claro que a equidade e a democracia constituem os valores ético-políticos; criando um abismo entre o que é ratificado pelo Projeto Ético Político, o Código de Ética da profissão e o projeto liberal de sociedade.

A democracia é tratada como padrão de organização política capaz de favorecer a 'ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social'. [...] A defesa da equidade explicita os limites da liberdade burguesa; incompatível com a igualdade, a justiça social e a cidadania plena, pois a cidadania burguesa, no âmbito da democracia liberal, é suporte para a desigualdade (BARROCO, 2010, pp. 203).

A tônica desse Código se inscreve, portanto, na vinculação com o ideário socialista, onde o foco está na perspectiva de caucionar à classe trabalhadora na plena possibilidade de desenvolvimento com perspectiva de

alcance à vivência de novos valores; processo que prevê a erradicação de todas as formas de exploração, opressão e alienação.

Frente a essa fundamentação, o Código de 93 se configura na oposição não apenas ao liberalismo, mas, sobre medida, ao humanismo cristão tradicional – por não conceber uma ética existencialista e sim por estar calcado em uma essência transcendente ao homem e pré-determinada na história – e ao marxismo anti-humanista, uma vez que (re)localiza a ética no cerne do exercício da práxis.

Este Código traz uma inovação fundante: a perspectiva de superação do moralismo. Ou seja, na medida em que a qualidade dos serviços exercidos pelos profissionais será balizada pelo pluralismo, recusa de qualquer tipo de preconceito e discriminação, incentiva-se o *respeito*²³ à diversidade.

O pluralismo tem um espectro que o define, ou seja, não abarca toda e qualquer perspectiva política existente, diferente disso, ele se torna signatário das forças sociais que lutam e apoiam a liberdade e a democracia, eliminando qualquer aproximação a concepções autoritárias, fascistas, conservadoras, ou seja, que neguem a liberdade compreendida de forma ontológica.

Perspectiva essa que, a luz da objetivação do trabalho, favorece o desenvolvimento de capacidades que asseguram um *novo ser*, um ser social que se difere de todos os outros seres uma vez que é capaz de agir conscientemente de forma livre e universal. Esse é um ser da práxis, pois ao transformar conscientemente a natureza e a si mesmo criando condições para sanar suas necessidades usando da criatividade, podendo visualizar as possibilidades de suas escolhas de forma a ampliar suas capacidades e alternativas sobre condições objetivas, promove o exercício da liberdade. Melhor dizendo, um ser capaz de *“uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir*

²³ Barroco nos clarifica que ao enfrentarmos o dogmatismo na defesa à tolerância, referida como respeito à diversidade “[...] não significa a reatualização da histórica ‘neutralidade’ profissional, mas a coerência com o princípio democrático que rege a ética profissional. O Código seria incoerente se afirmasse a não-discriminação e negasse o pluralismo; contudo, também seria contraditório, se defendesse a liberdade e apoiasse todas as perspectivas ético-políticas existentes” (BARROCO, 2010, pp. 205).

conscientemente na vida social, na direção da sua objetivação” (BARROCO apud BARROCO 2012, pp. 54).

Esses valores são criados pela própria ação humana, de forma a serem passados transgeracionalmente onde serão corroborados ou negados pelos homens de acordo com sua individualidade e subjetividade. Dessa forma, os valores para se constituírem de maneira concreta e histórica, precisam reverberar necessariamente em ações materializadas na cotidianidade das relações sociais, ou seja, resultante do movimento de práxis. É exatamente por isso que os valores não se constituem de forma subjetiva ou descontextualizada.

Acompanhando os valores, um conjunto de normas e regras exteriores, anteriores e imutáveis são atribuídas aos indivíduos com o intuito de regular as relações entre as pessoas na sociabilidade capitalista; essas normas são conhecidas como moral. Contudo, o sistema no qual estamos inseridos permite apenas uma visão reduzida do que vem a ser a moral, sendo então funcional a manutenção da ordem vigente, na medida em que desloca o seu caráter ideológico, histórico e emancipatório.

A partir do momento que a compreensão da liberdade perpassa por esses imaginários de valor e moral, compreendemos a negação da sua viabilidade de forma ontológica na sociedade que está posta.

Constata-se ainda a importância da moral e dos valores estarem presentes na cotidianidade da vida social, onde as normas se transformarão em hábitos e costumes na medida em que são repetidamente reproduzidos na perspectiva de sanar as necessidades interrelacionais. A problemática se consolida quando a reprodução não é, necessariamente, fruto de um exercício de escolha livre e consciente.

O espaço da vida cotidiana é o espaço de reprodução de hábitos, costumes e normas voltados para a singularidade dos indivíduos, excluindo assim a genericidade necessária, se tornando o meio no qual os elementos ontológicos do ser social são negados, sendo então o lócus primordial para o desenvolvimento e conservação do que é interessante para a perpetuação do

sistema capitalista, bem como dos desvalores e da moralidade cristã. Para tanto, a vida cotidiana é terreno propício para um processo profundo de alienação, uma vez que a reprodução acrítica de valores é comumente exercida.

Percebe-se com isso que o retrato da moral dominante está sobre a moldura burguesa, processo que afasta homens e mulheres de suas capacidades emancipatórias acorrentando-os aos processos de alienação, individualização e moralização da vida, ratificando com isso preconceitos, opressões e o não exercício da liberdade como preconizado no PEP e conseqüentemente no Código de 93 e nas diretrizes curriculares.

Esta última percorre inúmeros avanços ao longo da trajetória histórica do Serviço Social. Uma vez que é a responsável – entre outros processos – pelo direcionamento ético-político e teórico-metodológico das profissionais em questão. Assim sendo, concomitante à quebra do quase monopólio do conservadorismo teórico-metodológico, a reforma curricular ganhou peso na agenda da formação profissional nos anos de 1982.

Vários esforços foram dirigidos para referenciar o processo de formação de assistentes sociais nos marcos de um novo enfrentamento das condições sociais e políticas que estavam postas. Tendo em vista um novo processo democrático, bem como as novas expressões da “questão social” que foram largamente exponenciada pelo processo da ditadura, as modalidades prático-interventivas tradicionais foram ressignificadas, assim como as áreas e campos de intervenção foram redimensionados. Para tanto, essa revisão curricular tem início na década de 80 e ampla continuidade na década seguinte.

[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional (NETTO, 1999, pp.13).

Estando as preocupações da categoria voltadas para a formação profissional tendo como perspectiva fundante o adensamento da ética, podemos apontar que a avaliação e revisão do processo de formação em Serviço Social que teve início em 82, tem seu ápice na formulação das

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social em 1996. Compreendemos que esse processo foi impulsionado pelas consideráveis transformações aludidas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da “questão social”; o que alterou de forma significativa os processos de produção e reprodução da vida social no marco dos anos 90.

Assim sendo, a revisão curricular a qual teve início em 82 reafirmada, porém acrescida de um direcionamento ético-político e prático organizativo, é pautada por um grande e novo compromisso acadêmico na medida em que expressa uma decisão coletiva de galgar avanços no que tange a apropriação da teoria social crítica.

O reflexo desse processo se plasma para o conjunto de diretrizes que irá estabelecer, para o plano nacional, uma base comum para o conjunto dos cursos de Serviço Social²⁴, onde os princípios norteadores se baseiam na dimensão da totalidade social pautada na universalidade, particularidade e singularidade, sendo necessária então a adoção de uma teoria social crítica; no pluralismo como expressão basilar do debate acadêmico e possibilitador das disputas relacionadas aos projetos societários; na organização curricular que pretende se ater a não eliminação de matérias relevantes para o aprofundamento que se pretende – superação da fragmentação e eliminação de conteúdos; na importância dada ao tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão, onde o processo de estágio é concebido de forma supervisionada; na transversalidade da ética em todo o processo de formação, etc.

Nessa perspectiva, as diretrizes curriculares devem ser articuladas entre si, na medida em quem a composição delas se pauta na fundamentação da vida social a luz da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho profissional na compreensão do movimento de reprodução social e das expressões da “questão social”; processo que irá se refletir em demais componentes curriculares. Contudo, precisamos ter em mente que este não é um processo

²⁴ Propõem-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABESS, 1996).

ileso de profundas tensões e problemas, ao contrário disso, expressa as contradições inerentes ao processo social que vivemos, apresentando com isso limites; sinalizando para o fato de se tratar de um projeto aberto, democrático e em construção.

Frente a isso se faz necessário que os profissionais formados a luz desse currículo sejam conhecedores e divulgadores da lógica curricular defendida pela profissão, uma vez que este se pauta nas referencialidades teórico, técnico, ético e político que são balizados pelo PEP e pelo Código de Ética.

Segundo o documento da ABESS (1996), as diretrizes se objetivam numa compreensão do ser social, pautada historicamente pelo processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa. Ou seja, ao passo que apreendemos o trabalho como eixo central da reprodução da vida social a luz do movimento da práxis, implicando no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e assim, se apropriar da liberdade; a configuração ao qual se subscreve a sociedade burguesa é compreendida na divisão social e técnica do trabalho, na propriedade privada, na divisão de classes e dos saberes em suas formas de dominação, exploração e em suas expressões de alienação e resistência. Assim sendo, o que está posto é a compreensão das dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas as quais subscrevem o exercício profissional no bojo do movimento contraditório que é também concreto e pauta os elementos de superação da mesma.

Para tanto, a transversalidade da ética é processo fundamental nas Diretrizes Curriculares de 1996 na medida em que se pretende o distanciamento de um processo puramente intencional, para que seja concreta a reflexão e ação direcionada criticamente, distanciada da moralidade dominante. Estabelece-se então um novo perfil para as profissionais de Serviço Social.

Na medida em que o Projeto Ético Político e as demais legislações que referenciam a profissão optam por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária ausente de dominação-

exploração de classe, etnia e gênero; inscreve-se a necessidade de uma profissional que construa suas ações a luz dessa perspectiva histórica, se propondo a negar todo e qualquer tipo de opressão, exploração e alienação.

Para tanto o Código de Ética de 93 preconiza com valor ético central, a liberdade. Entendida como a capacidade de autodeterminação que o homem possui de desenvolver suas potencialidades e habilidades; segundo Marx:

A liberdade desse ser alienado, separado de sua essência, só poderia ser possível mediante o reconhecimento desse homem como ser genérico que, em sua individualidade subjetiva, compreenderia e passaria a reconhecer em si o universal objeto. Afastaria de si o direito positivo como prerrogativa, podendo compreender as relações que engendram o ser social na sociedade capitalista (2004, pp. 81).

Dessa forma, a profissional deve pensar na dimensão da liberdade atrelada à democracia, autonomia e emancipação de acordo com as perspectivas do PEP, ou seja, não considerando apenas a dimensão subjetiva frente à dimensão ética, mas, sobre medida, as condições histórico-sociais. A assistente social no exercício de sua profissão, tanto na relação com os usuários do Serviço Social quanto na relação com outros profissionais de categorias distintas, como com qualquer indivíduo, deve pautar sua ação no reconhecimento da liberdade e de todas as possibilidades que a acompanham, se contrapondo necessariamente a todas as formas de condutas autoritárias e arbitrárias, se propondo e se comprometendo com a ampliação e consolidação da cidadania frente às contradições apresentadas na relação capital/trabalho que se materializam nos espaços de intervenção profissional, estando cientes do distanciamento de medidas assistencialistas em seu processo de trabalho e reconhecendo tais medidas como direitos.

O que está posto é a necessidade de profissionais que reconheçam e ratifiquem o PEP na medida em que este:

pode permitir a construção de uma autêntica comunidade humana, ou seja, de uma comunidade onde todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade; onde poderão desenvolver amplamente as suas potencialidades; onde se encontrarão em situação de solidariedade afetiva uns com os outros e não de oposição e concorrência [...] (IAMAMOTO apud TONET, 2012, pp.129).

CAPÍTULO III:

Serviço Social e religião hoje: quais as problemáticas postas a prática profissional?

“[...] O próprio conceito de liberdade contém o conceito de dever, o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são”.

A. Heller

3.1. Unidades de Acolhimento e prática profissional no Distrito Federal.

As Unidades de Acolhimento possuem uma longa trajetória em todo território nacional, assim como toda a política de atendimento à infância e adolescência. Ambas passaram por significativas mudanças de forma gradual ao longo da história, fato que se comprova com o desatrelamento da Igreja Católica, passando a serem representadas e geridas pelo terceiro setor, e posteriormente, de forma mais recente, pelo Estado.

Historicamente as crianças preteridas pelas famílias eram depositadas em um local conhecido como “roda dos expostos”. No Brasil, esse recolhimento era responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia – instituições católicas, cuidadas por freiras, que tinham como responsabilidade as mazelas sociais (Viegas apud Santos, 2004) – que providenciavam formas para que essas crianças fossem criadas.

Esses locais eram mantidos através de doações da sociedade civil e ajudas que vinham do Estado, como por exemplo, a doação do local. No entanto frente aos inúmeros escândalos referentes a abusos e desvios de verba, bem como do alto índice de mortalidade infantil, o controle dessas instituições e dos trabalhos desenvolvidos por elas passaram a ser de responsabilidade do Estado.

Esse quadro só sofre alguma mudança significativa no período da República no Brasil, onde a infância passa a ocupar outro lugar na programática social, uma vez que, a luz do imaginário republicano, quem herdaria os frutos desse novo processo político-social eram as crianças do país, como no dito popular “o futuro da nação”.

No entanto, é apenas em meados dos anos 70 que a problemática da infância passa ter visibilidade efetiva, tendo maior peso no ano de 1979, proclamado pela ONU como Ano Internacional da Criança.

Foi apenas com a constituição de 1988 que os direitos das Crianças e Adolescentes receberam maior atenção na medida em que fora estabelecido o mínimo necessário para o seu desenvolvimento, bem como o dever do Estado para com essa parcela da população:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à

vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, à liberdade a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

Foi a partir desse avanço legal que movimentos sociais se articularam na perspectiva de efetivar os direitos preconizados e também de um processo amplo de articulação para elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi promulgado em 1990 – lei federal nº 8.069/90. O grande salto qualitativo deste Estatuto se concretiza na medida em que as crianças e adolescentes saem da perspectiva de objetos tutelados para serem compreendidos socialmente e juridicamente como sujeitos de direitos.

Assim sendo, o ECA estabelece um sistema de justiça para a infância e a juventude do país na medida em que prevê a transversalidade dos direitos de crianças e adolescentes a toda e qualquer política pública, atribuindo prioridade absoluta nas ações governamentais. Nessa perspectiva, estabelecem-se os Conselhos Municipais e Tutelares, redefine as ações dos magistrados com relação à infância e a juventude, demarcando, portanto, direitos e deveres do Estado e da sociedade.

Assim sendo, o grande pretexto para a retirada de jovens de suas famílias cai por terra. A pobreza passa a não ser justificativa para esse afastamento na medida em que se compreendem os reflexos sociais e políticos de um sistema capitalista e as expressões da “questão social”, é compreendido também o dever do Estado em garantir condições para a permanência desses jovens no núcleo familiar.

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais do governo (Brasil, 1990, Art.23).

Destaca-se então o direito a convivência familiar e comunitária como forte marco legislativo que tem impacto significativo na infância desse país, uma vez que prevê o fim da institucionalização arbitrária – forma de abrigo que era corriqueiramente executada no país.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada convivência familiar e comunitária, em

ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes. (ECA, BRASIL, 1990, Art. 19)

Na medida em que é preconizado a desinstitucionalização de crianças e adolescentes que se encontram em situação de abandono, está posto uma nova forma de se relacionar com tal expressão da “questão social”. Demarca um novo processo de compreensão da problemática que está posta, onde o papel da família ou do processo de reinserção familiar é valorizado, bem como as ações locais e nacionais que estabelecem parcerias necessárias com outros órgãos e outras instituições na perspectiva de garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a atenção básica e o reordenamento institucional.

Tais ações devem ser realizadas no intuito de manter o convívio familiar e comunitário, garantindo que a criança ou adolescente fique o menor tempo possível afastado de sua família, fazendo com que o acolhimento institucional seja realmente algo excepcional e se dê exclusivamente em situações de grave risco a integridade física ou psíquica do (a) jovem. Dessa forma, deverá ser garantida a retirada da criança ou adolescente do ambiente familiar quando for representar o seu melhor interesse e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento, garantindo a sua reinserção familiar ou a colocação em família substituta no tempo máximo de 2 anos.

Nesse momento as instituições passam a ser não mais um espaço que compreende unicamente a visão assistencialista e moralizadora da infância e das responsabilidades do Estado, mas um espaço importante, e muitas vezes necessários, de socialização e desenvolvimento que primem pelos princípios básicos elaborados em duas normativas. A primeira: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescentes de 2009, e a segunda, que foi promulgada em 2011 e vem para ratificar a primeira adensar a promoção e proteção da juventude brasileira, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

Este último estabelece avanços significativos para a infância na medida em que prevê a excepcionalidade e a provisoriedade do afastamento do convívio familiar, a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação, a oferta de atendimento personalizado individualizado, a

garantia de liberdade de crença e religião, e o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem, como princípios basilares.

O serviço de abrigamento institucional, como prevê as Orientações Técnicas, deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, para que seja ofertado ambiente que dialogue com a cotidianidade das relações sociais e que conte com condições institucionais para o atendimento das necessidades dos acolhidos seguindo padrões de dignidade e qualidade.

Para além disso, é preconizado o oferecimento de atendimento personalizado em pequenos grupos e o favorecimento do convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços públicos que são disponibilizados para a comunidade local, criando assim um vínculo com a dinâmica social que o circunda, bem como a responsabilização do Estado pela demanda social local – escola, lazer, saúde, entre tantos outros.

Tendo em vista que as instituições viabilizam uma política pública que se distancia sobre medida do caráter messiânico e dos valores morais que permeiam a cotidianidade das relações sociais, se faz necessário – para dar vazão ao abrigamento como prevê as legislações competentes – a formação de uma equipe profissional²⁵ que conte com uma infraestrutura adequada para o exercício de suas funções bem como o bem estar das crianças e adolescentes.

No Distrito Federal contamos atualmente com 22 Instituições de Acolhimento, sendo que apenas 1 continua vinculada diretamente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), a Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a UNAC e, até o ano de 2011, o número de conveniadas era de 18. Dessas 22 instituições, 6 não contam com Assistente Social no quadro de sua equipe técnica como prevê a Norma de Operacionalização Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do SUAS, o que visualizamos no quadro abaixo:

²⁵ “Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. É importante que sejam agregados à equipe mínima profissionais com diferentes formações, compondo uma equipe interdisciplinar” (Orientações Técnicas, 2009, pp.69).

INTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO DF	Nº DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EQUIPE TÉCNICA
AEC – Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia	1
AMPARE – Associação de Mães Protetoras, Amigos e Recuperadora de excepcionais	2
BATUÍRA – Obras Sociais do Centro Espírita	1
Casa de Ismael	4
Casa do Caminho	3
CEICON – Centro Comunitário Imaculada Conceição	0
CRIMAR – Casa da Criança Ana Maria Ribeiro	2
FALE – Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista	0
GEAE – Grupo Espírita Abrigo da Esperança	1
Grupo Luz e Cura	1
HABRA – Associação de Educação do Homem do Amanhã	0
Instituto Dom Orione	2
Lar Bezerra de Meneses	0
Lar Chico Xavier	1
Lar da Criança André Luiz	0
Lar da Criança Padre Cícero	1
Lar São José	1
Nosso Lar – Sociedade Cristã Maria e Jesus	3
Projeto ABA/ASEB	1
Recanto Cristo Vivo	0
UNAC – Unidade de Acolhimento para Criança e Adolescentes	5
Vila do Pequeno Jesus	1

Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Estabelece-se então um grande problema. Embora a NOB-RH regularize a necessidade de haver uma Assistente Social que seja responsável por 10 crianças, juntamente com uma Psicóloga, o retrato que temos das Unidades de Acolhimento do DF se distancia desse. Está clarificada a importância que é atribuída ao trabalho de profissionais da área Psicológica, ao mesmo tempo em que se revela a ênfase dada ao trato dessas expressões da “questão social”, no sentido mesmo de uma psicologização e individualização das questões. E, no que se refere ao Serviço Social, ainda há o descredito frente ao trabalho prestado nessas entidades. Embora seja necessário um ambiente o mais próximo possível de uma organização familiar evidencia-se a necessidade de

uma equipe técnica que tenha foco na garantia dos direitos preconizados pelo ECA e desenvolva funções específicas afetas a cada área de formação.

Assim sendo, a presença de um profissional com determinada formação, não exclui a necessidade de outros profissionais com outras formações, uma vez que a equipe técnica – segundo as Orientações Técnicas – deve ter o caráter multidisciplinar. Dessa forma, a presença de psicólogos em hipótese alguma exclui a necessidade e a importância de assistentes sócias na viabilização do serviço.

Das 22 Unidades de Acolhimento que contatamos via e-mail e telefone, 5 se negaram a participar da pesquisa. Dessas, 2 não quiseram dizer o motivo da negação, enquanto 1 alegou que a equipe técnica e, principalmente a assistente social, não possuía disponibilidade de tempo; outra alegou que sua negativa advinha do tema da pesquisa e a última justificou dizendo que embora tenha tempo os “estudantes e pesquisadores atrapalham o fluxo de trabalho das profissionais”.

A questão a ser problematizada nesse primeiro contato com as instituições está posta no que tange a autonomia das profissionais de serviço social. Tendo em vista que na maioria dos casos não possuímos autorização para realizar nenhuma conversa com as mesmas, assim, em grande parte, a impossibilidade da pesquisa não se deu pela negação das profissionais, mas da instituição. Frente a isso, visualiza-se não apenas um limite institucional, mas sobre medida a negação de informações com relação aos serviços prestados para a sociedade, bem como a negação – para as assistentes sociais – de exercício de sua liberdade.

Contando que o universo da pesquisa se deu em 6 instituições, com 10 assistentes sociais no total, constatamos que 6 tem seu contrato de trabalho via CLT, através do decreto-lei nº 5.452 de 1943 e 4 são contratadas pelo regime estatutário. Podemos relacionar que as únicas trabalhadoras contratadas via regime estatutário são aquelas que trabalham na única instituição pública que é vinculada à SEDEST, assim, ressaltamos que as demais instituições, por terem o caráter de Organização não Governamental – ONG – contratam a equipe técnica de acordo com a legislação Celetista.

A pesquisa nos apontou também que 50% das entrevistadas trabalham sob um regime de 40 horas, mesmo tendo garantido através da luta do conjunto CFESS/CRESS a regulamentação das “30 horas” sancionada mediante a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, a qual se ratifica a luta pelo direito ao trabalho com qualidade não só para as assistentes sociais, mas sob uma perspectiva mais ampla, abrangendo toda a classe trabalhadora como estabelece o Código de Ética da profissão. Sendo assim, o que está posto – ao passo que o direito conquistado não é garantido – é a sucessão de vários retrocessos que se distanciam da luta trabalhista que preconiza: a defesa de concursos públicos; salários compatíveis com a jornada de trabalho, funções e qualificação profissional; estabelecimento de planos de cargo, carreira e remuneração em todos os espaços sócio-ocupacionais; estabilidade no emprego e todos os requisitos inerentes ao trabalho que são entendidos como direito da classe trabalhadora ²⁶.

Frente às questões que se apresentam no reconhecimento do perfil das Unidades de Acolhimento e do que subscreve o trabalho das assistentes sociais, tendo como referência as competências, habilidades e atribuições que lhes são privativas para exercer, defender e executar sua função profissional na medida em que busca ultrapassar as exigências do cotidiano institucional e suas contradições.

Contudo, esse mesmo processo incide em várias limitações que são experienciadas no cotidiano de trabalho, exigindo que as profissionais estejam cientes da necessidade de seu trabalho para que busquem alternativas, estratégias de ação. Localiza-se então a imprescindibilidade de uma compreensão crítica da realidade, fato que possibilitará a apreensão e o desvelamento das expressões da “questão social”.

Nestes termos, compreendemos que as possibilidades que circundam as resoluções das questões complexas devem se referenciar no próprio movimento da realidade, contudo essas não se materializam de forma direta para o conjunto da categoria profissional como alternativas expressas. Assim, é

²⁶ A Lei 12.317/2010 abrange todas/os as/os assistentes sociais, independentemente da nomenclatura do cargo, desde que exerçam as atividades compatíveis com os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993). Nesses casos, a/o profissional está obrigado a inscrever-se ou manter a sua inscrição junto ao CRESS de sua jurisdição, conforme estabelece a Resolução CFESS 572/2010 (CFESS, 2011).

trabalho das assistentes sociais desvelar essas possibilidades inserindo-as em seu cotidiano de trabalho, na medida em que corroborem o Projeto Ético Político da profissão (Iamamoto, 2011).

Faz-se necessário compreendermos que o exercício profissional de assistentes sociais está inscrito sobre as expressões da “questão social”, de modo que estas são o objeto de intervenção historicamente determinado e que devem ser analisados e encaminhados luz das determinações do Projeto Ético Político Profissional.

Entretanto, Iamamoto (2011) nos alerta para uma questão importante: a perspectiva messiânica que circunda o universo profissional. Segundo a autora, essa perspectiva reforça o subjetivismo, inclusive o profissional, bem como a sua vontade política, fazendo com que não haja o confronto entre as reais possibilidades de enfrentamento das problemáticas e os limites da realidade social e profissional.

Localizamos esse processo como algo problemático para as instituições e para as profissionais, uma vez que exige de ambos uma atualização constante de seus serviços na medida em que os grupos sociais se movimentam de forma intensa para a garantia e efetivação de direitos sociais. Essa questão não poderia ser diferente nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.

3.2. Religião e prática profissional: problemáticas atuais.

Tendo em vista os elementos fundamentais, trazidos anteriormente para balizar as análises e tensionamentos que circundam o universo profissional e a vivência religiosa das Assistentes Sociais, iremos nos ater aos dados que a pesquisa qualitativa nos apresenta.

Como já explicitado na introdução deste trabalho, o campo de pesquisa foi composto por 6 Instituições de Acolhimento do Distrito Federal: Casa de Ismael; Lar da Criança Padre Cícero; Projeto ABA/ASEB; Batuira – obras espíritas do centro espírita; AMPARE – Associação de Mães Protetoras,

Amigos e Recuperadora de excepcionais e UNAC – Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Cinco dessas instituições possuem o atrelamento de seus serviços a alguma religião, exceto a UNAC por ter o caráter público-estatal. Todas viabilizam o serviço de “casa-lar”²⁷ para crianças e adolescentes que tiveram sua guarda retirada da família de acordo com liminar judicial.

A política pública viabilizada preconiza a proteção e a garantia de todos os direitos afetos a infância, considerando que esses (as) jovens estão sobre a proteção do Estado.

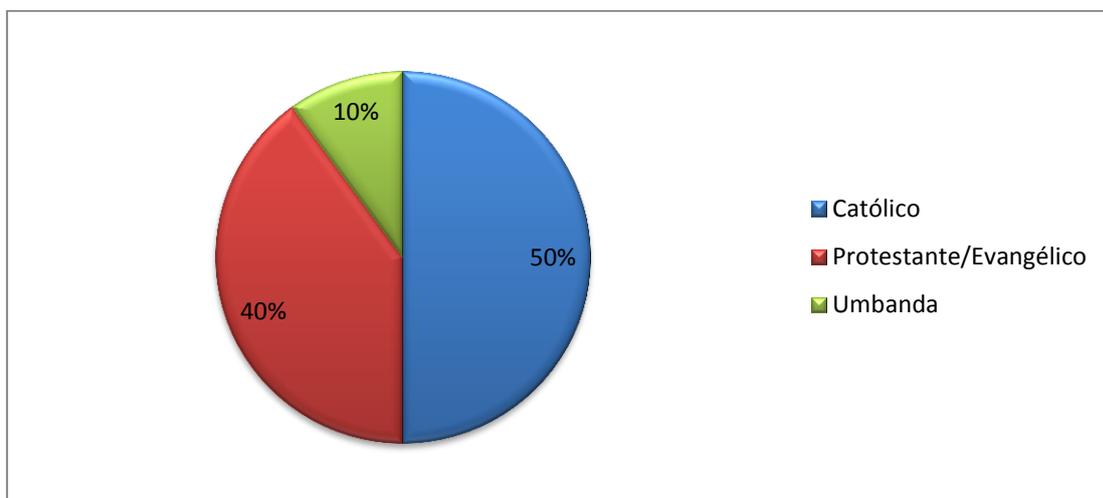
Na amostra da pesquisa obtivemos 10 questionários respondidos por assistentes sociais. No que tange ao perfil desses profissionais, 9 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino; 09 se reconhecem enquanto heterossexuais e 1 não compreendeu a pergunta. A faixa etária predominante varia de 30 a 38 anos; 6 trabalham sob regime celetista e 4 sob regime estatutário; 60% se formou após 2010 e 50% trabalham 40 horas.

Com relação à religião, os dados recolhidos seguem os elementos apontados na pesquisa feita pelo CFESS em 2005, onde é relatada a prevalência da religião Católica entre as assistentes sociais, totalizando a nível

²⁷ Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e também as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, as “casas-lares” são “serviços de Acolhimento Provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. Este tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão-sócio econômico da comunidade onde estiverem inseridas. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmo, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta”.

nacional, 67,65% seguida da religião protestante/evangélica com 12,69% ²⁸. Assim sendo, nossa amostra apresentou 50% das assistentes sociais pertencentes à religião Católica, 40% à Protestante/Evangélica e 10% à Umbanda, como pode ser visualizado em gráfico a baixo. Em outras palavras, 100% das entrevistadas possuem vínculo religioso e destas, 90% são cristãos.

Gráfico 1 – Religião das Profissionais de Serviço Social que trabalham nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal pesquisadas.



Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Nossa pesquisa além de traçar o perfil profissional também tentou identificar os processos de formação, no qual 90% se formaram após os anos 2003; 60% cursaram serviço social em Universidade Federal e 40% em faculdade privada. Com relação à capacitação continuada, podemos constatar que nenhuma das entrevistadas possui mestrado ou doutorado. No entanto, 50% disseram ter pós-graduação *lato sensu* em áreas afetas ao trabalho desenvolvido na instituição, assim sendo os estudos se inscrevem nas

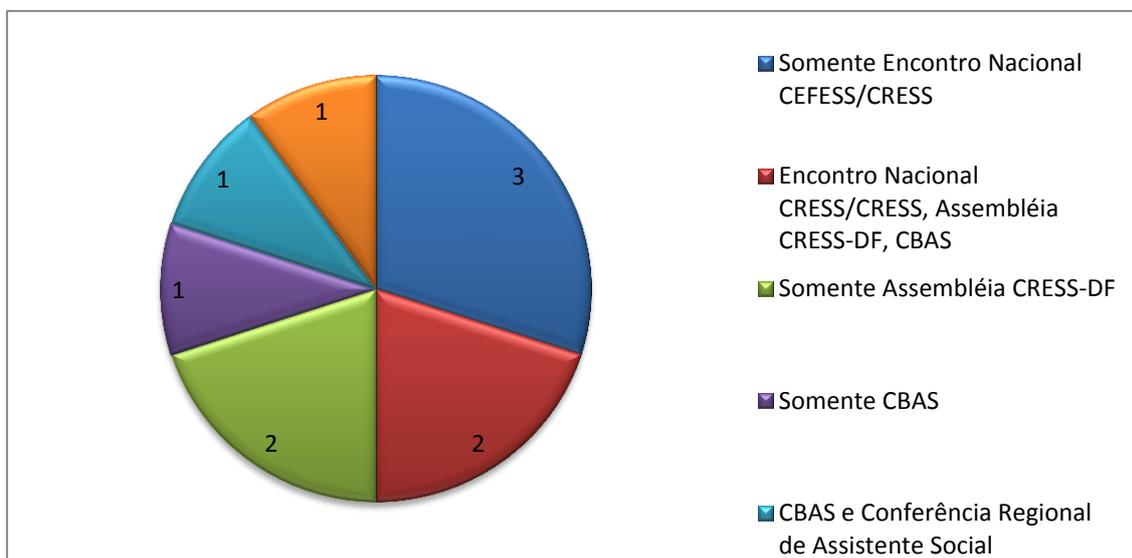
²⁸ A pesquisa do CFESS trás ainda importantes observações com relação à religião, as quais se somam para a compreensão do perfil profissional que se apresenta no Distrito Federal. Na medida em que é feita a distribuição das religiões por região, ainda percebe-se a predominância – nas profissionais – da religião Católica; entretanto, alguns aspectos se destacam no tocante às outras religiões: no Nordeste há um empate no segundo lugar (11,87%) entre a Espírita Kardecista e a Protestante/Evangélica. Esta é mais forte no Centro-oeste (17,19%) e menos forte no Sul, que tem no segundo lugar as (os) profissionais sem religião (13,53). Enquanto isso, o Sudeste apresenta o menor índice de ausência de religião (6,51%), o que, segundo a pesquisa, pode estar ligado diretamente ao fato de esta ser a região – juntamente com o Nordeste – que possui a maior diversidade religiosa.

temáticas referentes às políticas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, infância e adolescência, acolhimento institucional, administração e planejamento de projetos, educação, direitos humanos e direito público.

Nesse processo o que está posto é a qualificação restrita a estudos que se voltam para ações imediatas de aplicabilidade e utilização direta nos serviços desenvolvidos pelas profissionais nas instituições. A problemática que identificamos não é o foco nos debates que são demandas cotidianas, mas a restrição apenas a estes temas sem tratar, por exemplo, de reflexões acerca da própria prática profissional.

Quando perguntado às profissionais de que forma elas se mantêm informadas acerca das discussões da categoria, novas questões se destacam. Frente à perspectiva de se obter informações exclusivamente afetas ao ambiente de trabalho, algumas respostas circularam pelo universo da criança e adolescente, da infância e juventude e demais palestras e seminários que acompanham a área de atuação. Apenas 50% das profissionais informaram que se mantêm informadas do debate profissional utilizando o site do CFESS/CRESS, conferências, congressos, militância e na participação de eventos acadêmicos. Podemos visualizar no gráfico que se segue, quais as atividades relacionada à categoria as 10 profissionais entrevistadas participaram nos últimos 3 anos.

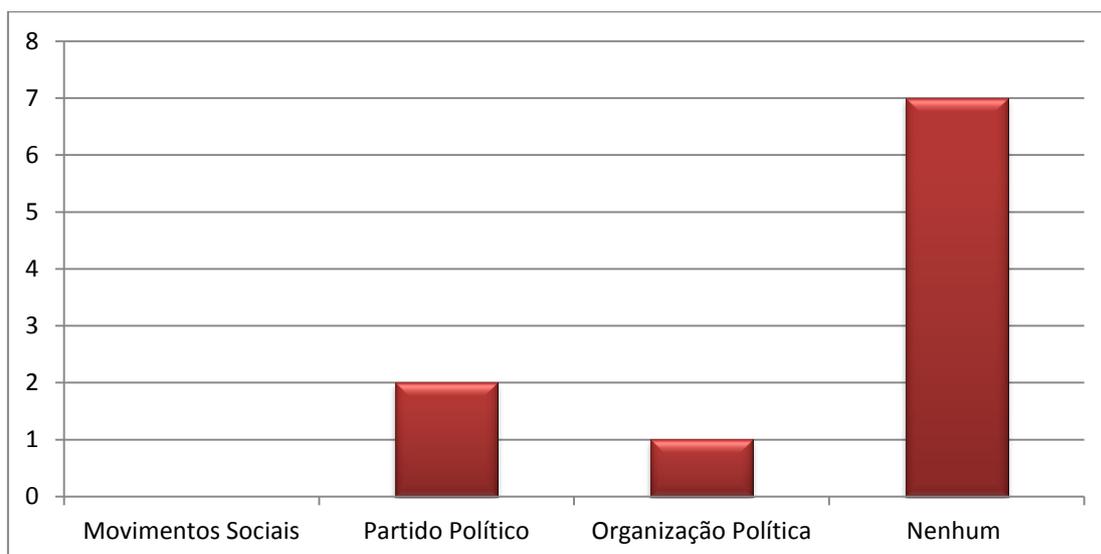
Gráfico 2 – Quantidade de profissionais que participaram de atividades relacionadas à categoria profissional nos últimos 3 anos.



Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Ainda com relação às discussões feitas de acordo com uma perspectiva mais ampliada, voltada para a participação de movimentos sociais, partidos políticos ou organização política, os quais disputam projetos societários e consciências, o que se obteve foram três pessoas dizendo possuir algum tipo de vinculação e 7 relatando não participar de nenhum movimento, partido ou organização conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Participação em movimento social, partido político ou organização política.



Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Foram relatadas duas vinculações partidárias: PT e PDT, nas quais, a entrevistada vinculada ao PDT relatou que sua motivação para tal veio do trabalho que desenvolvia em comunidades carentes do Rio de Janeiro, onde compreendeu a necessidade de uma organização política que primasse pela educação; e a entrevistada vinculada ao PT relatou que sua participação no partido em questão se deu pela compreensão da necessidade de participar das discussões políticas.

Das 7 pessoas que alegam não ter vinculação com nenhum movimento ou organização social, político ou partido político; 4 fundamentam suas justificativas na falta de tempo; 1 disse que *“nenhuma está de acordo com as minhas crenças”* (questionário 2) e 1 relatou nunca ter procurado.

Houve uma terceira pessoa relatando sua participação no CRESS/DF, onde a sua motivação para tal fim se subscrevia na militância. Contudo, precisamos destacar que os Conselhos de profissão se constituem enquanto entidades de direito público e, por isso, em tese não possuem vínculo político com órgãos estatais; para serem instituídos necessitam de uma lei federal que resguarde sua natureza autárquica e suas funções básicas de orientar,

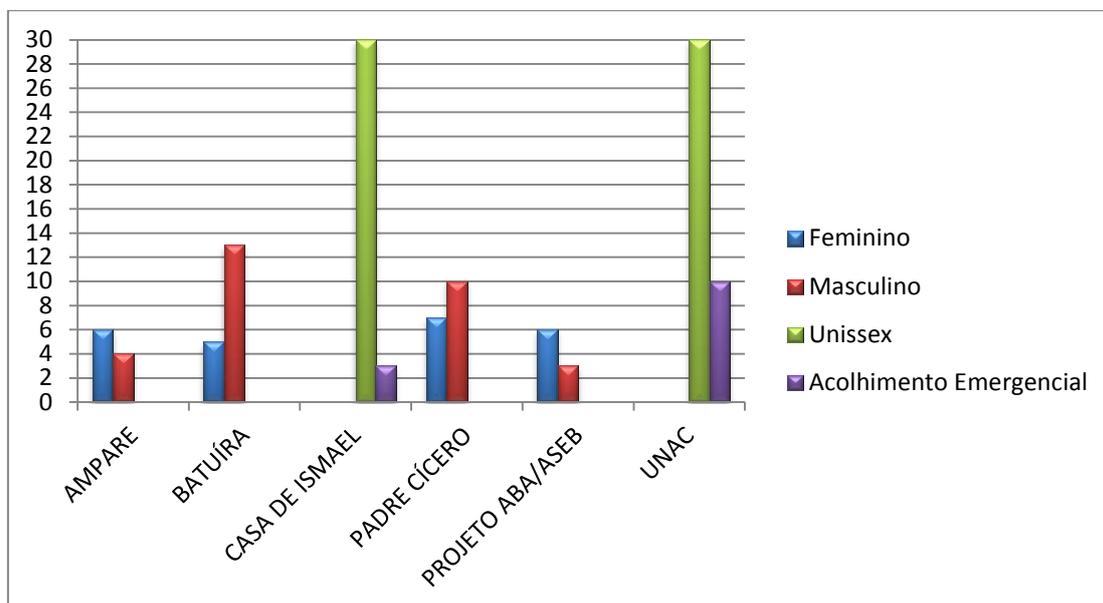
normatizar, fiscalizar e disciplinar o que compete ao exercício profissional à luz do Código de Ética da profissão em questão. Assim sendo, um órgão da categoria não é apenas um espaço que se volta para a militância, não podendo ser reconhecido exclusivamente como tal.

Há Conselhos que restringem suas competências a ações cartoriais e burocráticas (prerrogativas legais mais restritas) e outros que avançam para ações políticas e de defesa da garantia de direitos, sendo este o caso do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Não deixando de cumprir o papel normatizador, o Conjunto CFESS/CRESS (competências previstas na Lei 8662/93) preserva sua autonomia política em defesa das políticas públicas que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, cumprindo assim os compromissos e a direção social expressa nos seus instrumentos normativos (CRESS/DF).

Assim sendo, alguns conflitos são gerados no âmbito do Serviço Social ao passo que, a luz de suas prerrogativas e delineamento ético-político, vislumbra-se tal espaço como responsável por modificar algumas bases sociais, bem como pela disputa de consciência voltada para um determinado direcionamento político. Chamamos atenção para o período no qual se visualizava no Serviço Social e em suas profissionais a responsabilidade de executar transformações sociais – processo amplamente debatido pela categoria e devidamente ultrapassado.

A partir das informações colhidas com as Assistentes Sociais buscamos compreender a configuração das Unidades de Acolhimento pesquisadas. Assim sendo, com relação a quantidade de vagas ofertadas temos a seguinte relação:

Gráfico 4 – Quantidade de vagas por instituição de acolhimento segundo as profissionais de serviço social.



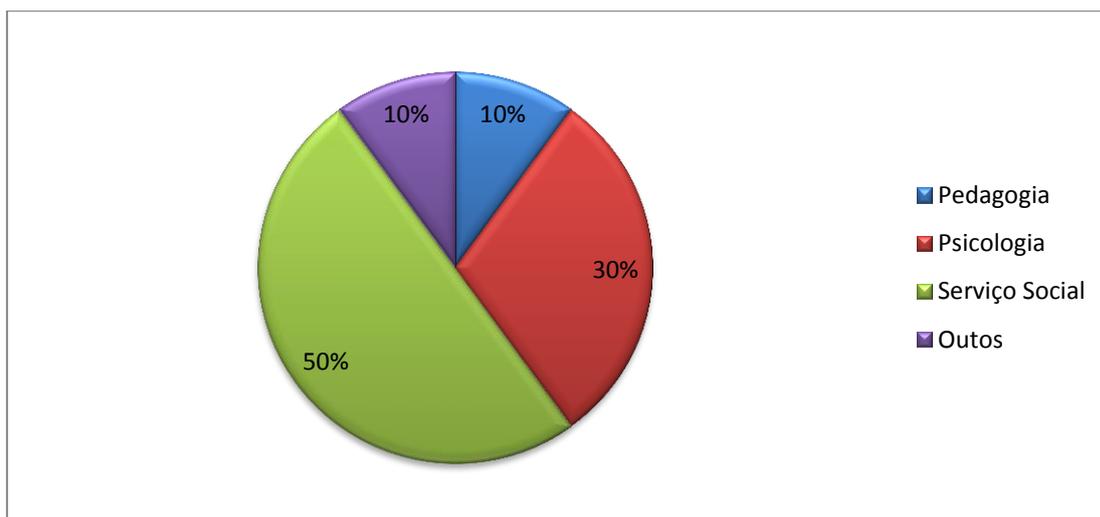
Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Este gráfico nos dá a quantidade de vagas que cada instituição participante da pesquisa possui para a realização do acolhimento. A AMPARE, Batuíra, Padre Cícero e o Projeto ABA/ASEB apresentam a quantidade de crianças e adolescentes do sexo feminino e do masculino e relatam possuírem um número limite – frente às condições objetivas da instituição – de acolhimento e, frente a esse contingente, as vagas são ocupadas sem distinção de sexo. A Casa de Ismael e a UNAC, são as unidades que mais recebem crianças para o acolhimento, contando com 30 vagas. São as únicas também a possuírem 3 e 10 vagas, respectivamente, para acolhimento emergencial. Dessa forma está demonstrada a compreensão acerca da dinâmica do processo de acolhimento, bem como a demanda do Distrito Federal que não se pautam de forma linear.

Perante as respostas obtidas, observamos que a coordenação das instituições varia, na maior parte, entre duas profissões: Psicologia e Serviço Social; contendo assistentes sociais no cargo de coordenação em 50% das instituições. Apenas uma instituição possui – nesse mesmo cargo – uma

pessoa com nível médio que é também a fundadora da instituição. Tal panorama pode ser visualizado no gráfico que segue

Gráfico 5 – Ocupantes dos cargos de coordenação nas Unidades de Acolhimento do DF.



Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Tendo em vista as condições de trabalho – processo complexo uma vez que várias frente às problemáticas advindas do contexto de crise, da contrarreforma neoliberal, da reestruturação produtiva e da precarização do trabalho – fizemos o esforço de avalia-las a luz das legislações que regulam tanto o exercício profissional quanto as Unidades de Acolhimento.

No que se refere à estrutura física, todas as 6 instituições possuem computador, impressora, internet, telefone e material de expediente; 9 possuem carro institucional; 1 possui vale transporte para visitas; 7 contam com salas que possuam ventilação e iluminação adequada; 7 contam com salas para atendimento que permitam sigilo profissional.

Perante esse relato, o que se apresenta é uma melhora com relação à estrutura de trabalho das profissionais, no entanto, não podemos deixar passar despercebido que ainda há locais que não disponibilizam condições adequadas para o exercício profissional, bem como a garantia de direitos das crianças e

adolescentes institucionalizados. Assim sendo, na medida em que elementos como: sala ventilada e iluminada, espaço que viabilize o sigilo profissional estão sendo negados ou não garantidos adequadamente; às condições éticas e técnicas do exercício profissional, discriminado na Resolução do CFESS 493/2006 também estão sendo negadas:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a – iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b – recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c – ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d – espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006)

Quando perguntado para as profissionais quais outros recursos elas avaliavam serem necessários para o desenvolvimento de suas ações profissionais, as respostas seguiram as problemáticas supracitadas:

“Sala e espaços específicos para escuta qualificada; maior efetivo de profissionais” (Questionário 9).

“Sala de atendimento com sigilo profissional” (Questionário 10).

“Existe a dificuldade com o carro institucional, sendo observado a necessidade mais um carro, tendo em vista a ampliação dos serviços institucionais. Atualmente existem 01 ônibus, 01 kombi e 01 saveiro, porém apenas dois motoristas” (Questionário 4).

No que tange a caracterização do perfil da população atendida pelas Unidades de Acolhimento, a partir da visão das profissionais de serviço social, identificamos algumas tipificações preocupantes, as quais podem ser observadas nos relatos a seguir:

“Crianças e adolescentes de famílias monoparentais e ou de genitores ausentes, grupos de irmãos, baixa renda” (Questionário 3).

“Situação de pobreza, drogadição, rua, conflito familiar, psiquiátrico” (Questionário 6).

Faz-se necessário a compreensão de que a situação de pobreza ou ainda o fato de a família ser considerada de baixa renda não pode, por si só, caracterizar o motivo do acolhimento institucional. De acordo com o ECA, Capítulo III, no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária:

Art. 23. A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio. (ECA, 1990)

Outra questão relevante está no destaque dado às famílias monoparentais como provável causa para a efetuação do abrigo. Este fato, assim como a pobreza, não configura motivo para o acolhimento institucional. Localizamos então, a necessidade do afastamento dos elementos que constituem a moralidade dominante e que se expressam nas formas de valoração acerca das vivências familiares e da própria concepção de família. Verificamos assim a necessidade de se distanciar do significado de família pautado no modelo cristão-patriarcal.

Em outras palavras, a organização da “instituição família” está em constante transformação na medida em que se encontra em relação com o contexto social. Torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura como sendo a “natural” ou comum, abrindo-se caminho para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico, social e cultural. Assim sendo, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária ressalta:

Não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes. (2001, pp. 23).

O exercício profissional das assistentes sociais frente às políticas de Assistência Social requisita um perfil que, de fato, se afaste das abordagens tradicionais, ou seja, requer o distanciamento de ações e posicionamentos que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais e que devem ser resolvidos individualmente.

Para tanto, o reconhecimento das expressões da “questão social” como objeto de intervenção profissional requer da profissional uma ação que se referencie em uma perspectiva de totalidade, baseada na identificação dos diversos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. Essa intervenção, sendo orientada por uma perspectiva crítica, pressupõe que a profissional consiga fazer uma leitura crítica da realidade e ter a capacidade de identificar as condições materiais em que a vida do indivíduo se desenvolve, para que seja possível mapear as respostas que podem ser alcançadas no âmbito do Estado e da sociedade civil. É necessário ainda reconhecer e fomentar os espaços de luta e de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras em defesa dos seus direitos e, para além disso, formular, de forma conjunta com a classe trabalhadora, estratégias políticas e técnicas para a modificação da realidade que está posta, bem como a formulação de formas de pressão sobre o Estado para que aconteça, de fato, a liberação de recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para que a garantia e ampliação dos direitos não fique estagnada apenas no plano ideológico.

Assim sendo, algumas das profissionais entrevistadas nos apontaram como problemática a relação com toda a rede sócio-assistencial:

“Em maior parte ainda burocrática e morosa” (Questionário 3).

“Relação complexa, casos que avançam e outras de forma mais morosa” (Questionário 6).

“Através de reuniões pré-agendadas. Porém, ainda é falha essa comunicação” (Questionário 7).

E, por conta dessa morosidade e ou burocracia, as instituições relatam que alguns serviços necessários à garantia dos direitos da população acolhida são negligenciados o que por ora sobrecarrega a própria instituição que tem que dar respostas efetivas para as problemáticas vivenciadas no cotidiano de

trabalho, bem como o terceiro setor – amplamente acionado para dar conta das demandas que não são recebidas solução através dos órgãos e entidades públicas.

Outras instituições, em seus relatos, não descartaram as dificuldades dessa relação, mas ressaltaram os pontos positivos, assim como os avanços já obtidos e visualizados na maneira com que se dá essa interrelação instituição-rede, demonstrando a sua relevância para o sucesso dos casos que se encontram em acolhimento.

“O trabalho depende do trabalho realizado em rede já que nosso objetivo central é a reintegração familiar, a parte do fortalecimento de vínculos. Logo se faz necessário o trabalho em conjunto com o CREAS, CT, CAPS, CAPS'ad e após a reintegração além desse o CRAS” (Questionário 4).

“A relação é forte. Há o contato frequente para socialização de informações, além de reuniões eventuais. Há também o contato através de encaminhamentos e atendimentos conjuntos” (questionário 2).

“Com a rede a articulação é positiva, o trabalho é fortalecido com as articulações diárias com a rede, sem esse processo é impossível desenvolver um trabalho efetivo e eficaz na unidade” (Questionário 8).

Ressalta-se que a grande parte das necessidades apresentadas pelos acolhidos são solucionadas através de encaminhamentos feitos aos aparatos públicos. Este processo porém, requer longos períodos de mediação, conversas, reuniões e estratégias de ação, uma vez que, a quantidade de requisições são muitas e a capacidade de absorção no Estado não abarca todas elas.

“Hoje trabalhamos para que os usuários participem da sociedade e dos serviços oferecidos por ela, com isso, os serviços de saúde, educação, lazer entre outros não são oferecidos na unidade” (Questionário 5).

A problemática que está posta – e é sinalizada por alguns profissionais – se pauta na análise crítica da relação apresentada. A realidade nos mostra que, ao passo que o Estado não consegue garantir a efetividade dos atendimentos necessários, há o fortalecimento de entidades conveniadas para a execução dos serviços, o que representa a desresponsabilização do Estado

frente às demandas e os direitos da população, bem como a intensificação do processo de precarização do trabalho – uma vez que são contratados profissionais sem a qualificação necessária e tampouco há investimento para que se alcance esta qualificação e possa ser garantido um serviço de qualidade para a população atendida.

“Atualmente a gestão está fortalecendo as entidades conveniadas e diminuindo o número de acolhimentos promovidos pelo Estado, sem capacitar os profissionais, gerando no sistema de acolhimento completa instabilidade dos serviços e prejuízos incalculáveis ao público atendido” (Questionário 8).

“O serviço de acolhimento executado na modalidade emergencial é realizado por entidades conveniadas, as quais representam uma acolhida com parâmetros focalistas e seletivos. Tal prática dar-se pela relação político-partidária e a arena política posta.” (Questionário 9).

Para finalizar o perfil das instituições de acolhimento que compõem o Distrito Federal, a pesquisa observou o recorte religioso. Das 6 unidades de acolhimento, 4 possuem algum vínculo religioso, sendo que destas 2 se referenciam na religião Espírita Kardecista, 1 na Católica e 1 na Evangélica.

A luz dessa configuração, algumas profissionais tencionam a viabilidade de uma política pública que tem como base a laicidade dos serviços, com a religiosidade que se caracteriza – algumas vezes – de forma transversal à garantia de direitos, o que pode ser observado no seguinte relato:

“[...] os acolhidos apesar de terem a “liberdade” de participar de outros tipos de culto, devem participar das atividades do centro espírita. Apenas alguns adolescentes e algumas crianças com requisição da família, não participam destas atividades” (Questionário 4).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) prevê, para a garantia do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade a compreensão de que crianças e adolescentes estão em pleno processo de desenvolvimento e que, como sujeitos de direitos, resguarda-se, de acordo com o inciso III do artigo 16, o direito a crença e culto religioso; bem como, no que diz respeito às obrigações das instituições que viabilizam programas de proteção:

I – observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II – não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

XII – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças (ECA, Art. 94,1990).

No que se refere a atuação profissional nas unidades de acolhimento, das profissionais participantes da pesquisa, 2 relataram desempenhar mais de uma função na instituição, acumulando um cargo de coordenação e de atendimento/acompanhamento; as demais não acumulam funções, estando lotadas nos seguintes cargos: 1 na coordenação; 5 no atendimento/acompanhamento; 1 na assessoria e 1 em “outros”²⁹.

As profissionais relatam que para elaborarem ações que, de fato, atendam as demandas apresentadas no cotidiano de trabalho e abarquem as habilidades exigidas nos respectivos cargos, necessitam somar as suas habilidades com os conhecimentos da área da infância – incluindo as legislações, programas, políticas e rede socioassistencial.

O que se apresenta é de todo modo extremamente necessário para a viabilidade do serviço em questão. No entanto, por outro lado, expõem-se a fragilidade dos estudos continuados que abarca a totalidade das relações sociais, a historicidade e concretude que acompanha a relação capital/trabalho, as relações de classe e as questões próprias do exercício profissional pautadas no Projeto Ético Político do Serviço Social; ou seja, questões que se pautam para além da resolução das necessidades primeiras que são afetadas as expressões da “questão social”.

Barroco nos diz que, na medida em que se faz necessário responder às necessidades práticas e imediatas que dão conta da reprodução dos indivíduos em sua singularidade, *“a vida cotidiana reproduz a partir de uma dinâmica que coloca outras exigências: o espontaneísmo, o pragmatismo, a heterogeneidade, a repetição acrítica de modos de vida e de valores”* (2012, pp. 71). Assim sendo, de acordo com essas características, o que está posto é a incorporação da alienação a luz da cotidianidade das relações sociais e do

²⁹ Esta profissional informou que, embora fosse forma em Serviço Social, era concursada de nível médio ocupando o cargo de Técnica em Assistência Social / cuidadora social, contudo desempenhava atividades privativas da assistente social.

processo de trabalho, negando até mesmo qualquer movimento de *suspensão*³⁰.

Tendo em vista que a ética, como parte fundante da práxis, se reflete em uma ação prática e social mediada conscientemente por valores emancipatórios que, ao interferir na realidade social, visa objetivar-se; o que se materializa na reprodução espontânea e pragmática de normas e deveres, caracteriza o distanciamento da ética da forma como a compreendemos.

Tendo o acolhimento, o atendimento, a visita familiar, a elaboração de relatórios técnicos e o estudo de caso, como principais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais, visualizamos, em todos esses procedimentos, a possibilidades de intervir socialmente a luz de uma perspectiva crítica e eticamente direcionada, deixando de lado o tecnicismo e a superficialidade que também pode acompanhar tais instrumentais e processos.

A política de Assistência Social foi pensada para que profissionais de diversas áreas se integrassem na perspectiva de construir uma prática político-profissional que dialogue sobre diversos pontos de vista, fomentando o debate da pluralidade frente às diversas abordagens, para que possam assim, ter uma construção conjunta e elaborar decisões pautadas em uma postura ética e em princípios e valores que constam nos Códigos de Ética de cada profissão.

A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2011).

Com isso, cada área de formação contribui de forma específica para o conjunto das articulações que devem ser feitas com as políticas públicas – saúde, educação, previdência, trabalho, lazer, meio ambiente, segurança –, na perspectiva de garantir acesso e manutenção dos direitos sociais. É através da intervenção multidisciplinar que vislumbramos a possibilidade de dar respostas

³⁰ Barroco esclarece que o movimento de suspensão da cotidianidade “permite ao indivíduo enriquecer-se, tornar-se mais consciente e motivado por exigências que passam a ser incorporadas à sua individualidade. Logo, não existe uma barreira intransponível entre a cotidianidade e outras formas de vida (Heller, 1972); ela é ao mesmo tempo ‘começo e fim de toda a atividade humana’ (Lukács, 1966, pp.11); sua dinâmica, no contexto da alienação, é que demanda que ela seja mais ou menos alienada” (BARROCO, 2012, pp. 72).

de forma integral às demandas individuais e coletivas da população, concretizando-se através de ações coletivas de enfrentamento a situações cotidianas na perspectiva de defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência, exploração e opressão, de acordo com um projeto de sociedade diferente do que vivenciamos na atualidade.

Para tanto, o que a pesquisa nos demonstrou foi uma compreensão reduzida – ou uma incompreensão – acerca do processo de formação e da ação profissional, de modo que 3 profissionais relataram, de forma categórica, a não contribuição do processo de formação nas ações que desenvolvem nas Instituições de Acolhimento, tampouco com as interfaces da política pública de assistência social.

“Durante a formação acadêmica não houve aprendizagem na matéria relacionada a esse espaço devido a problemas com a professora da matéria. Além disso, durante a vida acadêmica os estágios se deram em áreas de atuação com idosos e deficientes” (Questionário 4).

O que podemos visualizar com esse relato é a compreensão errônea de que a formação só contribuiria para o exercício profissional se – nesse caso – houvesse um estudo aprofundado nas legislações afetas a área da criança e do adolescente. Compreendemos, portanto que a percepção dessas profissionais com relação a sua formação e ao exercício profissional apresenta problemáticas.

Este tipo de compreensão não é nenhuma novidade nos debates acerca da formação. Em 1996, Netto já nos adverte para o *problema da formação*, quando demonstrava dois encaminhamentos possíveis. Diz ele,

Esquemáticamente, dois encaminhamentos [...] são possíveis: 1) afunilar a graduação, dirigindo a formação, desde o início, para especializações (as várias áreas da saúde, a habitação, as relações de trabalho e a gestão de recursos humanos nas empresas, “poder local”, assessoria a movimentos sociais, infância e adolescência, terceira idade etc.); 2) manter o perfil generalista da graduação, institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional (cf. o exemplo da residência médica) (NETTO, 2003, pp.124).

O autor citado sinaliza ainda que esses dois caminhos não são apenas opções *técnicas* ou *técnico-pedagógicas* na medida em que um, por focar na

redução da formação, estará primando exclusivamente por atender aos interesses do mercado e limitando a formação aos avanços técnico-operativos, retirando do processo de formação os avanços teóricos e analíticos que asseguram a compreensão do significado social da profissão no marco das concretas relações sociais; e outro caminho, localizado como alternativa possível na medida em que pode garantir a qualificação profissional necessária, busca também uma intervenção focada, contudo assegura a base que garante o entendimento das problemáticas que lhes são foco de trabalho.

O que está em jogo como pontua Netto é o próprio entendimento do perfil desse profissional em face do mercado de trabalho. Em suas palavras

[...] o que aqui se repõem em discussão é o próprio perfil do assistente social que se pretende assegurar: um técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa ou um intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social (2003, pp.126).

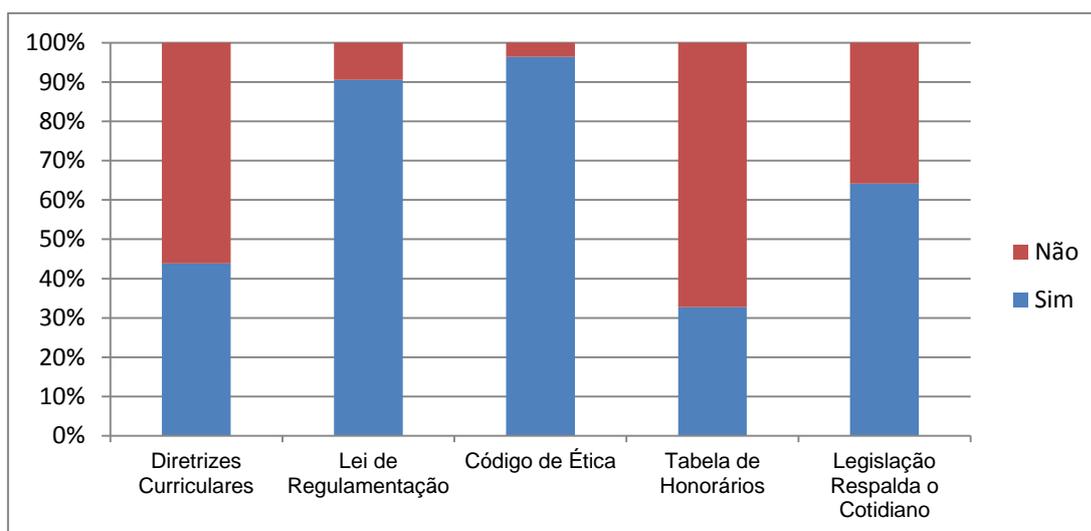
Em perspectivas diferenciadas outras profissionais pesquisadas afirmaram:

“Entendendo as correlações de força e os limites e possibilidades de atuação” (Questionário 3).

“O processo de formação foi fundamental para atuação profissional e impulsiona ao aprimoramento contínuo da formação acadêmica” (Questionário 8).

Pesquisa feita pelo CFESS em 2005 investigou o conhecimento da categoria com relação às legislações profissionais, ou seja, o intuito era saber a quantidade de profissionais que se apropriaram (e se apropriam) da Lei de Regulamentação, das Diretrizes Curriculares, do Código de Ética e também da Tabela Referencial de Honorários, como balizas para o cotidiano de trabalho. Os resultados foram:

Gráfico 6 – Conhecimento da Legislação Profissional



Fonte: Pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, CFESS, 2005.

Assim sendo, os dados demonstram que 56% das profissionais ainda desconhecem as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social e, a pesquisa ressalta que tal desconhecimento é ainda maior nas instituições públicas estatais com 62,16%. Com relação a atual lei de Regulamentação da Profissão³¹ que dispõe sobre a profissão de Assistente Social – definindo assim as competências e atribuições privativas, entre outros – verifica-se que 9,45% das profissionais a desconhecem, apesar desta ter 11 anos de promulgação. E, no que tange o Código de Ética, o índice de desconhecimento desta legislação cai para 3,63%, configurando assim o menor índice de negligência a uma legislação afeta a categoria.

Outra questão substancial que a pesquisa do CFESS nos apresenta, e que dialoga de forma direta com a nossa pesquisa, é o fato de 39,69% da categoria profissional de todo o país relatar o seu descrédito nos instrumentos legais da profissão, ou seja, acreditam que as legislações não respaldam o cotidiano de trabalho. Do percentual supracitado, 50% se referem à região Centro-oeste, o que faz frente aos dados apresentados pelas Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal no que se refere à formação profissional e o exercício profissional.

³¹ Lei nº 8.662, de 8 de junho de 1993.

Consubstancialmente, 50% das Assistentes Sociais entrevistadas relatam realizar alguma atividade que não condiz com sua formação, processo que pode ser entendido como reflexo direto da não compreensão do que seja a profissão e das suas legislações. As profissionais relatam alguns serviços que fazem e o porquê o fazem:

“Apoio psicológico aos usuários. Por falta de oferta de serviço na rede pública de saúde.” (Questionário 5).

“Acabamos desempenhando várias funções, como dirigir carro para resolver problemas da unidade, serviços administrativos, entre outros. Em alguns momentos, devido à falta de servidores, em outros pela má qualidade dos equipamentos oferecidos pelo Estado.” (Questionário 7).

“Limpeza. Manter o ambiente limpo é para todos.” (Questionário 10).

Os dados apresentados nos permitem compreender que, embora seja sabido pela maioria da categoria profissional que o Serviço Social tem como objeto as expressões da “questão social”, há um deslocamento das ações profissionais na medida em que não se referenciam nas múltiplas determinações que tal processo de expropriação enseja na vida social. Queremos dizer então, que as ações profissionais são muitas vezes irrefletidas ao passo que a profissional não tem como base a compreensão da “questão social” à luz de um processo amplo, pautado na relação de exploração existente entre capital/trabalho, assim sendo, a elaboração de propostas de intervenção profissional se materializam superficialmente.

Nota-se que as atribuições privativas do Assistente Social são corriqueiramente compreendidas como competência profissional e em alguns relatos verificamos ainda a não compreensão do que são e do por que de ter as atribuições privativas. Como podemos visualizar na fala a seguir:

“Não há muita distinção entre o que as ‘AS’ podem fazer e os psicólogos podem também fazer. Não há nada aqui que AS façam e que as psicólogas não possam fazer” (Questionário 1).

Eu penso que quando a gente para pra estudar e ver o nosso código de ética, nossos direitos e deveres e que na lei temos algumas atribuições e competências, aí eu penso que parece

tudo muito teórico e a gente não consegue identificar muito o que a gente faz na prática. [...] Então não vejo uma definição, um limite entre atribuições e competências [...]” (Questionário 4).

“Pesquisa socioeconômica, repasse cesta básica.” (Questionário 6).

Pensemos que para compreendermos a legislação profissional e as atribuições privativas e competências da Assistente social é necessário um posicionamento claro sobre o objeto de intervenção profissional, o que propõem para o conjunto da categoria que o movimento de reflexão crítica seja o cerne das respostas profissionais.

Assim sendo, a intervenção profissional – pautada no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético Político – não deixa espaço para neutralidades uma vez que esta, em primeira e última instância, ratifica posicionamentos conservadores, fundamentalistas e, acima de tudo, corrobora com o quadro social e político que se apresenta, distanciando do projeto de sociedade o qual a profissão defende e almeja construir aliada à classe trabalhadora.

Ao passo que visualizamos um assenso do conservadorismo na profissão, a dificuldade encontrada por parte das profissionais em se posicionar criticamente se clarifica, assim como o movimento contraditório da realidade e as disputas de projetos societários contrários à garantia de direitos e a liberdade.

Iamamoto (2012) diz que para pensarmos as competências e atribuições das assistentes sociais, é necessário lançar o olhar para o momento social e político no qual a sociedade está inserida, ou seja, se ater nas mudanças do padrão de acumulação e regulação social, no que se inscreve a globalização da produção dos mercados e dos bens culturais, fato que repercute diretamente na produção de bens e serviços, bem como na organização e gestão do trabalho; processos estes que impactam diretamente na organização da classe trabalhadora e dos profissionais no que tange as entidades empregatícias. Materializa-se então, a necessidade de compreender e analisar criticamente a realidade cotidiana.

A globalização da produção, dos mercados e dos bens culturais, nos marcos da financeirização da economia e da radicalização neoliberal, preside a reestruturação da produção de bens e serviços e a reorganização do estado traduzida precisamente em uma contrarreforma do estado. Sob o signo da privatização, tem-se a restrição das responsabilidades públicas e recursos orçamentários correspondentes, no trato das necessidades sociais das maiorias, a que se alia o desmonte dos direitos conquistados e a radicalização das desigualdades. Mas a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articulada em torno do projeto profissional de caráter ético-político (Iamamoto, 2013, pp. 41).

Tendo como universo de pesquisa as Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, nos propusemos a compreender também, segundo a interpretação das profissionais que atuam no serviço socioassistencial de Brasília, quais as demandas que são postas pela instituição e quais aquelas que são apresentadas pelos usuários do serviço.

Para que essa visualização fosse possível, elaboramos uma tabela que relaciona esses dois dados de acordo com o que as profissionais apresentaram nos questionários:

Tabela 1 – Demandas apresentadas pelos usuários e pela instituição.

Demandas dos usuários	Demandas da instituição
Os encaminhamentos.	O acompanhamento familiar, a reintegração familiar e os encaminhamentos.
Não há demanda posta pelos usuários.	Atendimento as família, interface com os órgãos parceiros, acompanhamento e resoluções de demandas dos acolhidos.
Estudo de caso, intervenção/atendimento, contato com a rede de atendimento, atendimento familiar.	Elaborar relatórios.

Acompanhamento dos acolhidos, benefícios, documentação civil, encaminhamentos para a rede (família e acolhido).	Acompanhamento dos acolhidos, benefícios, documentação civil, encaminhamentos para a rede (família e acolhido).
Resgatar contato com a família.	Atendimento aos usuários, relatórios e audiências, atendimento as famílias.
Encaminhamento para documentações, para consultas, CREAS e conselho tutelar.	Atendimento às famílias, visita domiciliar, execução do convênio.
Reintegração familiar, “recambiamento” para cidade de origem, adoção (até o momento de conclusão do processo).	Acompanhamento (atendimento às crianças e adolescentes acolhidos).
Com a fragilidade dos serviços, os usuários procuram o profissional para que a rede seja mobilizada em outras esferas, na busca de resolução de suas demandas.	Atualmente existem, com a precarização dos serviços, várias demandas inapropriadas postas ao AS.
Resolutividade de demandas pontuais referentes à inserção no mundo do trabalho e rede socioassistencial.	Supervisão e acompanhamento dos casos de acolhimento, formação de estratégias interventivas para a articulação de rede protetiva e registro e leitura das mediações existentes.
A reintegração familiar ou possibilidade de adoção.	Relatório social, parecer e estudo de caso.

Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

A tabela acima nos sinaliza várias questões importantes. A primeira delas é o fato de as profissionais não conseguirem diferenciar demanda³² institucional e demanda social, não havendo, portanto, nem um tipo de qualificação quanto à demanda social, estando esta deslocada do contexto da “questão social” e assim, sendo tratada de forma genérica. Frente a essa conjuntura

³² Faz-se necessário afirmarmos o significado das demandas que são apresentadas às assistentes sociais: “[...] a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira ‘teleologia’ dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam” (MOTTA, 2010, pp. 25).

perturbadora, Mota (2010) sinaliza a principal tarefa que enseja o Serviço Social na atualidade:

[...] identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Neste caso, é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. Referimo-nos, particularmente, às necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social (2010, pp. 26).

A segunda problemática que acompanha a análise dessa tabela se subscreve no fato de haver a constante confusão entre demandas profissionais e institucionais com os instrumentais e técnica que são utilizados pelas profissionais.

Esses são fatos preocupantes na medida em que observamos que as demandas são compreendidas pontualmente estando com isso, distanciadas de uma análise mais plural e ampla do que vem a ser as questões trazidas para o universo profissional; processo que escamoteia as expressões da “questão social”, focando, quase que exclusivamente, na reintegração social e atribuindo a tal processo o fim único e máximo das ações profissionais.

Estando a “questão social” atrelada diretamente ao desenvolvimento do capitalismo, sendo portanto, sua existência e manifestações indissociáveis à dinâmica específica do capital; vê-se que as profissionais não lançam mão das mediações necessárias à superação dos recortes apresentados pela ordem do capital: desemprego, fome, ausência de moradia, etc. Netto salienta que *“a ‘questão social’ é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção”* (NETTO, 2009, pp. 32).

Com isso, o que está posto é a não consideração do significado social das demandas apresentadas, ou seja, afasta-se a compreensão histórico-social e política, as finalidades e a teleologia capaz de garantir a legitimidade social das demandas e das próprias instituições; ocasionando a não separação da função social da instituição e da função social do Serviço Social dentro da instituição.

É nesse momento que incorre na legitimação institucional ausente de criticidade no que tange o desempenho profissional. Faz-se necessário, portanto, que as profissionais compreendam a funcionalidade dos instrumentais técnico-operativos na medida em que esses devem contemplar as exigências dos sujeitos que os demandam, contudo isso ocorre no marco das determinações do mercado de trabalho, ou seja, embora as demandas apresentadas estejam carregadas de intencionalidades, não revelam as reais necessidades que as determinam.

Para tanto, buscou-se compreender também quais as ações e iniciativas as profissionais desenvolvem para superar as dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho. Das 10 entrevistadas, apenas 2 apresentaram um afastamento da demanda imediata, e, analisaram de forma ampla o contexto das demandas e das ações profissionais; 1 relatou não desenvolver nenhuma ação ou iniciativa voltada para a superação das dificuldades. Fato preocupante, pois deixa evidente o desinteresse na resolução das matérias próprias do Serviço Social, e um interesse na tentativa de solucionar as mesmas referenciando-as de forma individualizada, buscando soluções focalistas e imediatistas.³³

Tendo a perspectiva de compreender qual a apreensão que as profissionais possuem do Projeto Ético Político do Serviço Social, as assistentes sociais foram questionadas a esse respeito. Tentando perceber se há ou não identificação profissional com o PEP, perguntamos acerca das ações que são desenvolvidas para contribuir no fortalecimento das diretrizes deste.

Para que possamos visualizar melhor essas questões, elaboramos uma tabela na qual destacaremos o que as profissionais compreendem por Projeto Ético Político do Serviço Social e as ações que são desenvolvidas para o seu fortalecimento.

³³ Salientamos que nós pesquisadoras não desqualificamos ou menorizamos a importância das ações de cunho imediato, pelo contrário, compreendemos que o processo de emancipação social e política perpassam pela garantia das condições básicas de sobrevivência, mas que, não se esgota aí, esse é o primeiro passo para a garantia de uma organização social que seja capaz de dar visibilidade e efetividade às suas lutas na busca por conquista e garantia de direitos, bem como a construção de uma nova sociabilidade que se distingue sobremedida da que está posta atualmente.

Tabela 2 – Compreensão do Projeto Ético Político e ações de fortalecimento.

PEP	Ações
Seriam as relações éticas entre os membros profissionais.	Reuniões de equipe semanais.
É o conjunto de diretrizes que norteiam a atuação profissional.	Desenvolvo ações de fortalecimento do usuário, buscando sua autonomia, mas também a garantia de direitos sociais.
Pontos que norteiam a atuação profissional dentro de seu limite ético.	Atendimento visando à garantia de direitos sem qualquer discriminações de credo religioso, condições econômicas, orientação sexual, raça.
Projeto que assume diante da profissão a partir do uso crítico das legislações pertinentes a profissão e área de atuação. Norteador da ação profissional.	A busca constante com as legislações profissionais e da área de atuação e com isso a participação de discussões.
Norma que norteia a atuação de forma ética do serviço social.	Orientação ao usuário em relação aos seus direitos e como requeri-los.
Serviço Social é uma profissão eminentemente política, ter postura ética diante das contradições, ter sempre a visão da competência e atribuição da profissão.	Fazendo a mediação entre instituição e os destinatários da política que assiste a criança, adolescentes e suas famílias.
Trabalho profissional (atuação) voltada para a ética e conhecimento da área em que está atuando.	Conhecimento da área, participação em atividades voltadas para o campo de trabalho, leituras.
O PEP é documento primordial para nortear a atuação profissional.	Defesa dos princípios e da liberdade como núcleo central.
Ao contrário do entendimento geral não observamos o presente Projeto enquanto conjunto normativo de regras e diretrizes. Observamos tal projeto enquanto formação sócio-histórica da categoria e a destinação de acordos e registros das mediações postas à categoria, assim como a observação do cotidiano a partir das dimensões da ética.	Busco atuar de forma organizada como os demais profissionais focando a liberdade enquanto eixo central do processo interventivo.

Garantia de direitos.	Estamos sempre buscando a garantia de direitos por meio da lei. São “pessoas” que necessitam do nosso trabalho, pois na maioria das vezes são leigos.
-----------------------	---

Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Essa tabela nos apresenta dados importantes. Começamos constatando que a maioria das profissionais compreende o Projeto Ético Político do Serviço Social de maneira bastante superficial ou, algumas vezes, de fato, não o compreende.

Os projetos profissionais de forma geral possuem componentes gerais e distintos em sua elaboração, como a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, prática, entre outros que devem ser articulados coerentemente para que sejam concretamente visualizados no exercício profissional. No entanto, precisamos ter clareza que essa articulação imprescindível para a hegemonia do projeto profissional, só é possível mediante a organização do corpo profissional frente a debates, elaborações e investigações teórico-práticas, ou seja, exige recursos político-organizativos.

É imperioso destacar alguns aspectos relevantes com relação aos projetos profissionais. Esses, necessariamente, requerem uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética que não se esgote nos Códigos, ao contrário disso, que seja capaz de ultrapassar o projeto profissional como um todo, de forma transversal. Para tanto é substancial a compreensão de um projeto profissional para além da limitação dos elementos éticos a normativas morais e/ou determinações de direito e deveres; Netto esclarece que os elementos éticos:

“[...] envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (1999, pp.8).

A não compreensão total ou parcial do Projeto Ético Político pode ser evidenciada na medida em que profissionais identificam como favorável ou

complementar ao projeto profissional o caráter religioso da instituição na qual trabalham. Fato que pode ser visto nos relatos que se seguem:

“Considero a formação religiosa importante para formação de crianças e adolescentes” (Questionário 5).

“Considero que complementa” (Questionário 6).

O que se apresenta nesse momento é uma tendência ao conservadorismo³⁴ na profissão. Precisamos problematizar o fato do atrelamento religioso com o projeto ético político, pois, os projetos profissionais, uma vez que representam a auto-imagem de uma profissão, designam valores que irão ratificar socialmente – delimitando objetivos e funções – os requisitos teóricos, práticos e institucionais. Para além disso, estabelecem parâmetros, bem como as bases das ações e relações que os profissionais irão estabelecer com os usuários dos serviços, com as outras profissões, organizações e instituições, sejam elas públicas ou privadas. E, na medida em que se entende como “complementar” o Projeto Ético Político com um caráter religioso, torna-se suplementar também, uma ordenação unitária de valores que, em primeira instância, produz uma consciência comum na perspectiva de estabelecer papéis ideais ao conjunto da sociedade, moralizando-a e normatizando-a, interferindo diretamente nas integrações heterogêneas (as classes sociais por exemplo) da estrutura social.

Estando, por conseguinte, o conservadorismo atrelado ao projeto profissional, o que se ratifica também é a moral sob a ótica moralizante e moralista que tem como função primordial delimitar as possibilidades dos sujeitos para que as tradições, hábitos e costumes sejam seguidos sem questionamentos, ou seja, *“deve servir a impedir toda e qualquer forma de transgressão ou transformação, garantindo a manutenção dos modos de comportamento e o funcionamento harmônico da sociedade”* (Cardoso apud Amaral, 2014, pp. 38).

³⁴ Destacamos que nossa compreensão com relação ao conservadorismo se dá de forma ampliada, ou seja, para além do serviço social e dos marcos religiosos. Compreendemos então, que o conservadorismo possui um contexto sócio-histórico que se configura enquanto uma postura ética e política frente aos processos revolucionários que ocorriam no marco do século XVIII. Segundo Cardoso (2003) o que se destaca no conservadorismo é “a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, negando a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna” (Cardoso apud Amaral, 2014, pp. 38).

Processo claramente visualizado quando as profissionais foram questionadas acerca dos valores que lhes são essenciais frente a sua inserção religiosa:

“A honestidade, o amor ao Cristo e à Sua mãe e o amor ao próximo” (Questionário 1).

“O respeito e o cuidado com o próximo” (Questionário 2).

“Como principal valor que norteia a minha vida tanto profissional quanto particular, é a existência de um único Deus e este veio ao mundo nasceu, morreu, ressuscitou e nos salvou” (Questionário 4).

“Minha religião permite que eu tenha um Deus como base, ele é meu tudo” (Questionário 10).

“Amor ao próximo” (Questionário 5).

“Ter fé, acima de tudo em Deus. Creio nos mandamentos da minha religião” (Questionário 7).

Valores estes que determinados à luz do cristianismo, desenvolvem uma função comunitária mediante um caráter ideal, ou mesmo ideológico, uma vez que se expressam nas regras de comportamento estabelecendo o que é socialmente aceito ou não.

Precisamos nos atentar para o fato de que esta *função comunitária* da religião satisfaz certa necessidade social e desempenha um papel determinado na reprodução social e econômica da sociedade. Assim sendo, o que os relatos apresentam não se baseiam em uma perspectiva de garantia de direitos, ou de compreensão e defesa da liberdade na perspectiva ontológica, ou ainda de uma forma de sociabilidade que possa dar conta desses processos e se distancie do modelo de exploração da força de trabalho; apresenta-se uma capacidade de resignação e aceitação do “papel social” que é atribuído a cada indivíduo e, sendo assim, como nem todos possuem uma história de vida regrada, balizada pelo esforço individual, faz-se necessário que uns se “compadeçam” dos outros, trazendo certa organicidade à sociedade na medida em que escamoteia as expressões da “questão social”, tirando a responsabilidade de tal processo da classe dominante e atribuindo-lhes o lugar de “vigilantes cuidadores”. Dessa forma, desloca-se a problemática em questão, que passa a se configurar como “descanso para alma”/benefício

pessoal e missão social, definindo a forma de “salvação” pessoal e evolução espiritual sobre a ótica da “ajuda ao próximo”.

Conseguimos verificar alguns conflitos quando perguntamos às assistentes sociais se havia alguma tensão entre os valores veiculados na sua experiência religiosa e sua prática profissional. 50% das entrevistadas disseram não haver conflito algum. Dessas, 1 não quis responder e as outras 4 apresentaram justificativas que permearam o campo religioso, ou seja, se configuraram na convicção de que o preceito religioso é inabalável, infalível – com relação a resolução das expressões da “questão social” – e ainda inquestionável; atrelando sobretudo ao Serviço Social o caráter assistencialista, moralista e religioso do qual a profissão problematiza e tenta se distanciar, observam-se as respostas:

“O amor ao próximo norteia minha prática profissional” (Questionário 1).

“Minha visão profissional me proporcionou um olhar mais amplo dentro da prática religiosa” (Questionário 3).

“Creio em um Deus único, que respeita a tudo e todos. Assim defendo esse respeito pleno” (Questionário 8).

Outras 50% das profissionais problematizam tal questão, apontando que há sim tensões com relação aos valores religiosos e aqueles defendidos pelo Projeto Ético Político da profissão, como podemos constatar nas seguintes declarações:

“Sim, existem tensões em relação à orientação sexual, as estruturas familiares, entre outros” (Questionário 5).

“Vários. Dentro deles o controle sobre o corpo acompanhamento sócio-familiar, relação do capital” (Questionário 9).

No entanto, desses 50%, 60% localizam algumas tensões em relação a esta questão, no entanto admitem que há conciliação (ou mediação) entre os valores profissionais e “pessoais”, como veremos nos relatos abaixo:

“Apesar de a Igreja Católica ter preceitos específicos contra aborto e métodos contraceptivos, não interfere em minha atividade profissional, pois procuro não ‘misturar’ minha crença com minha atuação” (Questionário 7)

“[...] já tive atendimentos, não só aqui, mas em outros lugares, com homossexuais. Dentro do que acredito como pessoa e

como profissional não posso falar para a pessoa que ela está em pecado ou que ela vai para o inferno... Eu tenho que estar ali para responder as demandas daquele usuário naquele momento” (Questionário 4).

“Existem tensões, porém passivas de mediação” (Questionário 7).

Podemos perceber que algumas profissionais afirmam ser possível a separação dos valores defendidos pelo projeto profissional e os ditos “valores pessoais” que constituem a singularidade do ser social.

Compreendemos que as relações sociais, ou seja, as relações que se estabelecem entre homens e mulheres através do trabalho é o que possibilita a constituição dos valores e dos processos de valoração sobre as ações para a criação de valor, uma vez que é a partir do trabalho que o ser humano pode se reconhecer enquanto ser social na medida em que suas capacidades humanas (teleologia, criatividade e transformação) são usadas para a transformação da natureza em algo no qual se reconheceria.

As maneiras como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (Marx e Engels apud Cardoso, 2006, pp. 38).

O que queremos salientar com isso é que a criação dos valores está inscrita na base da relação entre homens e mulheres, ou seja, o trabalho. O que se apresenta como essencial, portanto, é a maneira como determinada sociedade se organiza para produzir e reproduzir sua vida. Assim sendo, passemos a compreender os valores como princípios ou ainda conceitos que se determinam da e na ação humana, mas que – após essa determinação – passam a orientá-la, ou seja, os valores são frutos das ações, contudo as alimentam. Cardoso explica que, os valores

[...] embora não tenham uma concretude em si, passando pela subjetividade humana, se concretizam através da ação humana, o que lhes confere um caráter de objetividade duplamente, visto que *surgem do concreto e traduzem-se no real*, ao mesmo tempo em que têm uma dimensão subjetiva (2006, pp. 39).

Compreendendo, portanto que os valores que fazem parte da subjetividade e individualidade dos sujeitos, mas que tem sustentabilidade na

realidade de forma objetiva e concreta na medida em que dão base para a ação humana e para a construção da subjetividade de cada indivíduo; e, tendo em vista que fazemos parte de um sistema que impede o reconhecimento do ser humano no produto de seu trabalho – uma vez que sua força motriz é a exploração da força de trabalho e a mais valia – o que reverbera diretamente nos mais sórdidos mecanismos de alienação – inclusive das capacidades humanas –, faz-se necessário que problematizemos a real possibilidade de separação, ou ainda, obtenção de neutralidade no que se refere aos valores e o exercício profissional.

Outra questão levantada nos questionários e que requer nossa atenção se inscreve nas atividades desenvolvidas pelas profissionais que ratificam a complementariedade entre os valores religiosos e os valores defendidos no projeto profissional:

“Acompanhar adolescentes e orientá-los enquanto ao serviço social, a orientação sexual entre outros” (Questionário 5).

“Ao dialogar eu, sempre que possível, falo do amor de Deus” (Questionário 10).

Visualiza-se, de fato, a não compreensão do que é defendido pelo Projeto Ético Político e também pelo o Código de Ética da profissão. Tendo em vista que o Código possui um significado histórico-político, bem como valores, finalidades e princípios fundamentais pautados em uma concepção ética que muito se diverge do que as profissionais relataram; faz-se necessária não apenas a leitura e interpretação do Código enquanto normativa, mas a compreensão dos princípios que o fundamentam, primando pela apreensão dos valores essenciais fundamentam outros valores, os quais deverão estar diretamente relacionados à luz de uma perspectiva histórica e ontológica. Assim, Barroco (2012) enfatiza que os princípios se configuram como *parâmetros ideológicos de regras materiais* que estão devidamente representados nos artigos do Código de Ética profissional.

O que queremos destacar é que na medida em que quaisquer uns dos princípios forem analisados de forma isolada, a compreensão de totalidade que o Código enseja sofrerá danos e, com isso, a defesa de valores como a

emancipação – valor de caráter humano-genérico mais central do Código –, a liberdade e a democracia se mostrarão de forma limitada e acrítica.

Dando base para o processo de não compreensão dos valores que constituem as normativas da profissão, constatamos ao longo da pesquisa o não conhecimento dos valores que norteiam o exercício profissional.

Na tabela que se segue são apresentados os princípios centrais do Código de Ética de 1993 apresentados pelas profissionais:

Tabela 3 – Princípios centrais do Código de Ética de 1993.

Princípios centrais	Nº de profissionais
Respeito ao próximo	4
Verdade	1
Não autoritarismo	1
Universalidade de acesso aos serviços	1
Liberdade de expressão	1
Garantia dos direitos civis	1
Garantia dos direitos políticos	1
Garantia de direitos sociais	3
Eliminação de toda forma de preconceito	1
Pluralismo	1
Garantia dos direitos humanos	4
Cidadania	2
Respeito à diversidade	2
Equidade e justiça social	1
Liberdade	5

Fonte: pesquisa direta realizada com assistentes sociais das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, 2014.

Algumas assistentes sociais relataram ainda, de que forma os princípios centrais relatados acima, se relacionam com a prática profissional:

“Respeitando e tentando minimizar os problemas e dificuldades” (Questionário 1).

“O nosso trabalho tem como foco a garantia de direitos dos usuários” (Questionário 5).

Compreendemos com isso a necessidade de salientar o que vem a ser o exercício profissional direcionado eticamente. Heller (1985) considerou que o

desenvolvimento de qualquer indivíduo esta inscrito diretamente *na liberdade fática* ou nas possibilidades de liberdade. E, o Código de Ética profissional vai pela mesma via apresentada por Heller, onde a liberdade e a justiça social são os valores fundantes, determina a perspectiva normativa e o padrão de conduta a ser adotado no exercício da profissão.

O assistente social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários do Serviço Social, como outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central. Qualquer conduta que viole esse princípio estará sujeita ao enquadramento no Código de Ética e a sua apuração (Barroco, 2012, pp. 121).

Esse princípio permeia as regras que compõem o Código e se relaciona diretamente à garantia da democracia, autonomia e emancipação do ser humano.

Assim sendo, podemos até mesmo compreender o fato de que quando nascemos os valores já estão pré-determinados e são cotidianamente difundidos. Contudo, ao passo que o ser social é dotado de prévia ideação, subjetividade e individualidade é extremamente possível – e diríamos necessário – visualizarmos ações que busquem a mudança do que está de várias formas estabelecido. Basta pensarmos que a história não se apresenta de forma linear, ela é permeada pela mudança dos valores³⁵ que, de todo modo, são dominantes. Nessa perspectiva Marx ressalta que a liberdade como capacidade que homem e mulheres possuem de se autodeterminar e de desenvolver suas potencialidades e habilidades está diretamente atrelada ao modo de produção – fato que não pode ser subsumido em hipótese alguma pois, demarca e possibilita aprofundarmos os constantes desvios que são feitos no exercício profissional na medida que se faz necessário, para a garantia dos valores defendidos no PEP, a negação do sistema que está posto.

A liberdade desse ser alienado, separado de sua essência, só poderia ser possível mediante o reconhecimento desse homem como ser genérico que, em sua individualidade subjetiva, compreenderia e passaria a reconhecer em si o universal

³⁵ Ao afirmarmos que os valores são carregados de possibilidades de mudança dentro da historicidade do homem, não representa a ideia de os concebemos de forma relativa. O que está posto é a capacidade de cada ser de apreender de forma distinta – de acordo com sua objetividade – os valores.

objetivo. Afastaria de si o direito positivo como prerrogativa, podendo compreender as relações que engendram o ser social na sociedade capitalista (Marx apud Barroco 2012, pp. 122).

Assim sendo, no que tange a intervenção profissional, a autonomia abrange muito mais do que só a capacidade de independência para a tomada de decisões, mas sobre tudo, o respeito – que passa pelo processo de aceitação – e consideração sobre toda e qualquer opinião e escolha dos outros indivíduos.

Ao reconhecer a autônima enquanto basilar pra o processo de emancipação e *plena expansão dos indivíduos sociais* de forma que esses sejam demandas incontestas à liberdade, o que se determina é a necessidade de uma forma de sociabilidade na qual toda e quaisquer formas de opressão sejam erradicadas. Processo este, que não se materializa na medida em que as profissionais compreendem, enquanto intervenção direcionada pela ética, o que se segue:

“Atendimento responsável e respeitoso” (Questionário 1).

“Uma atuação sem a imposição ou julgamento a partir do que eu entendo como certo ou errado enquanto pessoas (valores pessoais e formação familiar)” (Questionário 3).

“É aquela pautada no direito” (Questionário 5).

“Escuta profissional qualificada, não interferindo na opinião do atendido. Não expressando meus pensamentos e crenças, deixando a pessoa aberta para demandar suas necessidades” (Questionário 7).

Aliado a não compreensão dos valores éticos centrais do Código, da não apreensão do que o PEP apresenta, do não reconhecimento real da autonomia do sujeito, as profissionais nos apresentam uma compreensão de liberdade que está diretamente fundamentada nos preceitos e dogmas religiosos e, de qualquer forma, limitante às potencialidades do ser social, como podemos verificar nas respostas que se seguem.

“É o livre arbítrio por todas as coisas” (Questionário 1).

“Direito a ser, crer, atuar, viver da forma que entender ser a melhor para si, respeitando a liberdade do outro” (Questionário 7).

“Liberdade é bom, mas é preciso ter limites. A liberdade de um acaba quando começa a do outro” (Questionário 10).

Estamos frente a um conceito de liberdade direcionado por uma moralidade cristã, ou ainda, por um conjunto de normas e regras que têm a finalidade de normatizar ou regular uma sociedade ideal. Visualizamos pelas respostas apresentadas, que a liberdade só pode ser exercida na medida em que se esteja contemplada em um conjunto de regras que devem ser seguidas pelos indivíduos em suas ações cotidianas.

Em que se sustentam essas normas e regras? Nos valores criados pelos sujeitos em suas relações entre si e com a natureza [...] É no espaço da moralidade que aprovamos ou reprovamos o comportamento dos sujeitos, que o designamos como correto ou incorreto. [...] A moral, numa determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau” (Rios apud Cardoso, 2006, pp 34).

Na medida em que os valores se apresentam enquanto conceitos e princípios que direcionam as ações, a moral diz respeito às próprias ações dos indivíduos; ações que são carregadas pelos valores e juízo de valor que são ratificadas coletivamente, mas que passam primeiro pela legitimação de cada indivíduo que a reproduz. Assim sendo, estamos nos referindo à norma que irá dizer, ou permitir, o que se deve fazer, indicando por tanto um comportamento social. Cardoso (2006) ao citar Heller, nos diz que “*o esquema-base da moral é a subordinação das necessidades, desejos, aspirações singulares às exigências sociais*” (2006, pp. 35)³⁶.

O que queremos destacar é que a moral deveria orientar comportamentos no que tange a coletividade e não a subjetividade, desejos e possibilidades dos indivíduos. Na medida em que ela se distancia desse processo amplo de regulação social, tende a ratificar normas conservadoras e moralistas que reforçam condutas pessoais tidas como única forma possível, desejável e aceita de se relacionar.

³⁶ Salientamos que a moral em si não algo ruim ou negativo, visto que esta tem a função de regular as ações dos indivíduos. Dessa forma, ressaltamos que a necessidade da moral na medida em que auxilia a vida em sociedade. Barroco nos diz que “a moral implica na valorização de ações e comportamentos que se transformam em deveres e acabam sendo incorporados ao modo de ser dos indivíduos, gerando sentimentos, escolhas, desejos, atitudes, posicionamentos diante da realidade, juízo de valor, senso moral e uma consciência moral, ou seja, responsabilidade diante dos outros e de si mesmo” (2000, pp. 26).

Contudo, embora o cotidiano seja o espaço da não criatividade, da alienação, ou ainda das respostas imediatas pautadas na não reflexão; é nele que se encontram as possibilidades de transgressão do que está posto e previamente definido. É, portanto, na realidade, que se encontram as possibilidades de respostas concretas para os problemas que são criados nela mesma. Para tanto, a moral e o cotidiano sempre comportam transgressões e negações que só são possíveis mediante possibilidades de escolhas instituídas através da consciência crítica e da criação de *códigos morais alternativos* (Barroco 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade compreender de que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal, problematiza a sua prática profissional na atualidade. Sabemos dos limites de um Trabalho de Conclusão de Curso e, o que aqui apresentamos foi um esforço de sistematização e revisão bibliográfica, assim como um exercício inicial de análise de dados coletados em forma de questionário.

Inicialmente nosso trabalho atenta para o debate próprio da religião e religiosidade, onde nos propomos localizar histórica e politicamente alguns conceitos, apresentando autores que foram basilares à sua época e à discussão em questão. Tendo como perspectiva a problematização das leituras clássicas afetas ao tema, construímos análises de conjuntura que dessem conta da temática a luz de referenciais marxistas.

Na medida em que apresentamos as discussões, localizamos o debate no que tange a função comunitária da religião, afirmando a necessidade desta estar ligada à realização de uma necessidade social. Dessa forma, as comunidades ideais – religiões – existem concretamente ao passo que se relaciona com as determinações reais da reprodução social e econômica das sociedades. Este relacionamento direto pode ser visto ao longo da história, assim como o surgimento do Serviço Social, uma vez que este se deu no bojo da Igreja Católica.

É inegável que ao passo que a classe trabalhadora sofria com as inúmeras formas de expropriação do capital, ela se reconhecia enquanto classe e, considerando todas as problemáticas que acompanham tal processo, se organizava na perspectiva de galgarem novas condições de trabalho, de direitos e realização da vida social. E é através desse movimento de organização e o reconhecimento enquanto classe oprimida e explorada que se imprime uma ameaça significativa à exploração da mais-valia, os valores, a moral, a ordem pública e também a religião.

O Serviço Social surge a partir das necessidades sociais de resposta frente à “questão social”. Nesse processo a Igreja será chamada a contribuir de forma substancial nos momentos críticos de instabilidade e disputará com o Estado o controle social e ideológico das massas; e é no marco dos anos 40 aos anos 70 que visualizamos tal processo com maior ênfase. Contudo, na medida em que o Serviço Social se aproxima das bases críticas marxistas em meados 80 e demais processos sociais, concretizam-se problematizações no que diz respeito ao exercício profissional e o atrelamento deste aos preceitos cristãos.

É inconteste que o Serviço Social passou por fortes momentos de (re)construção até que se materializasse a ruptura com o conservadorismo. No entanto, este trabalho, nos apresenta questões complexas na medida em que assistentes sociais que possuem uma graduação recente, na sua maioria em universidades públicas, estão, em seu exercício profissional, ratificando valores que se distanciam sobre medida do Projeto Ético Político do Serviço Social, do Código de Ética e se aproximam deveras dos dogmas cristãos. O que nos permite supor um retorno ou reatualização do messianismo no exercício profissional e, na medida em que as profissionais tencionam ou tentam conciliar os valores religiosos que cultuam com a intervenção profissional distanciam-se do caráter progressista desta profissão.

Frente às análises iniciais deste Trabalho, nos questionamos inúmeras vezes, pois, de que forma as assistentes sociais podem estar verdadeiramente comprometidas com esta profissão e com a garantia de valores direcionados pela ética, fundados na perspectiva do compromisso com os usuários tendo como base a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade social se essas não reconhecem com clareza os princípios centrais do Código de Ética da profissão? Para além disso, a grande questão que se apresenta então é de que forma, profissionais que não acreditam e não defendem a liberdade na perspectiva ontológica, podem construir e lutar, juntamente com a classe trabalhadora e as “minorias” desse país, por um novo projeto de sociedade, bem como por direitos que garantam essa nova construção societária? Assim sendo, ao que tudo indica, seria possível visualizarmos uma reatualização do

conservadorismo que reivindica também filiação ao Projeto Ético Político da profissão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

AMARAL, Beatriz Rodovalho. **A abordagem da disciplina de ética nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Distrito Federal**. 2014.99f. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos**. 8ª ed, São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, D.A.; SILVA, M.V.; SALES, M.A.; GONELLI, V.M.N. (orgs). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069 de 13 de junho de 1990. 7ª ed. Brasília. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Versão atualizada 2012.297f.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2ª ed. Brasília, Junho de 2009.

BRASIL. Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. 4ª ed. Brasília, julho de 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho? A afirmação necessária da centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais**. 2006.332f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

_____. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social – Documentos: Araxá, Teresópolis e Sumaré**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília/DF, 2011.

CFESS. **Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006**. In: *Instrumentos para a Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social*. Brasília, 2007, pp. 79 – 82.

CFESS/CRESS. **Plano Nacional de Fiscalização 2007/ 2008**. In: *Instrumentos para a Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social*. Brasília, 2007, pp. 60 – 77.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. – (Coleção Tópicos).

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Coleção Vozes de Bolso).

FERNANDES, Florestan (Org.). **O método da economia política. Marx/Engels. História**. São Paulo: Ática, 1989. pp. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor e NOTAKER, Henry. **O livro das Religiões**. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____ **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional**. In: *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis/ Dilse A. Bonett (org.)... [et. al.] – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.*

_____ **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. *Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em Questão*. 1ª ed. Ampliada, 2012. pp. 33 – 73.

IASI, Mauro Luíz. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**. Editora Civilização Brasileira, S.A.

LAURENTIN, R.; ROUSSEAU, A.; SÖLLE, D. **O Neoconservadorismo: um fenômeno Social e Religioso**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1981.

LÖWY, Michael. **Sociologías y Religión: aproximaciones dissidentes**. 1ª ed. Buenos Aires: Manantial, 2009.

MOTTA, Ana Elizabete (org.). **A nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social, uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade nº 50. Ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

_____ **Capitalismo e Reificação**. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1981.

_____ **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. In: MOTA, A.E; BRAVO, M.I.S.; UCHOA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (orgs). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____ **O Serviço Social e a tradição marxista**. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 30, Ano X, pp. 89 – 102. Abril 1989.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos**. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília Thesaurus, 1996.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis** / Dilsea A. Bonetti (org.) ... [et. al.], 9ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Consultada em site:

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Disponibilizado em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf . Acesso em 08 de julho de 2014.

CFESS Manifesta. **Sem Movimento não há Liberdade**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2010_campanhagestao_SITE.pdf. Acesso em 08 de junho de 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional>. Acesso em 08 de julho de 2014.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/instituicoes-de-acolhimento-1>. Acesso em 08 de julho de 2014.

Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_rerum_novarum.pdf. Acesso em 08 de julho de 2014.

Encíclica *Quadragesimo Anno*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_quadragésimo_a_nno.pdf. Acesso em 08 de julho de 2014.

Manifestação CFESS pelas 30 horas. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaocfess30horas.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2014.

CFESS. Documento favorável à PLCL 152 de 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/documentofavoravel_plc152-2008_final.pdf. Acesso em 08 de julho de 2014.

APÊNDECES

APÊNDICE 1: Carta de apresentação entregue às instituições.

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

Carta de Apresentação e Solicitação de realização de pesquisa

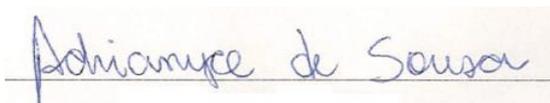
Venho por meio desta, apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “De que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais problematiza, na atualidade, a sua prática profissional nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal?” sob minha orientação e que compõem exigência para colação de grau em Bacharel em Serviço Social da aluna Wladsla Vivaine Oliveira Lino, matrícula 09/0135831.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo central analisar de que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do DF, problematiza a sua prática profissional na atualidade.

Cabe destacar que este trabalho cumpre as exigências de uma pesquisa acadêmica a ser realizada junto a aos profissionais de Serviço Social das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal e está dentro dos parâmetros éticos do Código de Ética Profissional do Serviço Social.

Encaminhamos esta carta e esperamos contar com autorização para realização da pesquisa nesta instituição, de modo a oportunizar a discente o acesso as profissionais considerando a importância e relevância de seu tema de pesquisa para o exercício profissional em Serviço Social.

- E-mails para contato: adrianyce@unb.br; wladsla.o@gmail.com



Adrianyce de Sousa

Prof.ª Dr.ª Responsável pela orientação do TCC

APÊNDICE 2: Termo de consentimento livre e esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora (o),

Vimos através deste convidá-la (o) a participar da pesquisa intitulada “De que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais problematiza, na atualidade, a sua prática profissional nas Unidades de Acolhimento do Distrito Federal?” de autoria de Wladsla Vivaine Oliveira Lino – Matrícula 09/0135831, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Adrianyce Angélica de Sousa. Temos como objetivo geral analisar de que forma a vivência religiosa das Assistentes Sociais que trabalham nas Unidades de Acolhimento do DF, problematiza a sua prática profissional na atualidade.

Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, caso sinta-se constrangida, a/o senhora(o) poderá interromper o andamento do questionário. A preservação de sua identidade será rigorosamente mantida e a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações referentes ao questionário serão destruídas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora desta estudante pesquisadora. Poderão ser submetidos à participante, caso seja de sua vontade recebê-los através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecida pelo estudante pesquisador responsável.

Assim, se a/o senhora(o) aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo: Declaro ter sido devidamente esclarecida (o) do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo.

Autorizo a gravação desta entrevista para fins exclusivamente acadêmicos.

Nome/Assinatura: _____.

RG: _____.

Email: _____.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2014.

Para maiores informações, entrar em contato com a estudante pesquisador responsável por esta pesquisa, Wladsla Vivaine Oliveira Lino.

Contatos: (61) 3546-5736/ 8184-1348. E-mail: wladsla.o@gmail.com

APÊNDICE 3: Questionário entregue às profissionais de Serviço Social das Unidades de Acolhimento do Distrito Federal.

QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DO DF

Data: _____ / _____ / 2014

Local: _____

Número do questionário: _____

PERFIL PROFISSIONAL

1. Idade: _____

2. Orientação sexual: _____

3. Ano de formação (graduação): _____

Natureza da instituição formadora: () Pública () Privada

4. Tem alguma pós-graduação? () Sim () Não

Se sim, especificar:

Especialização · Área: _____

Ano de formação: _____

Natureza da instituição: () Pública () Privada

Mestrado · Área: _____

Ano de formação: _____

Natureza da instituição: () Pública () Privada

Doutorado · Área: _____

Ano de formação: _____

Natureza da instituição: () Pública () Privada

Outros · Área: _____

Ano de formação: _____

Natureza da instituição: () Pública () Privada

5. Como você se mantém informada (o) das discussões da categoria profissional?

6. De quais atividades profissionais você participou nos últimos 03 anos?

() CBAS () ENPESS () Assembléia do CRESS DF

() Encontro Nacional CFESS/CRESS () Outro: _____

7. Você participa de algum movimento social, partido político ou organização política?

Sim. Qual?

O que motivou dessa participação?

Não. Por quê?

8. Forma de contratação na instituição:

Celetista

Estatutário

Contrato temporário

9. Ano de ingresso: _____

10. Carga horária semanal: _____

CONFIGURAÇÃO DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO

11. Quantas crianças e adolescentes são acolhidas na instituição?

Quantas são do sexo masculino: _____

Quantas são do sexo feminino: _____

12. Qual a formação da profissional responsável pela coordenação dessa Unidade de Acolhimento?

Não há responsável.

13. Quais recursos estão disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades?

Carro Institucional

Vale transporte para visitas

Computador

Impressora

Internet

Telefone

Material de expediente

Sala com ventilação e iluminação adequada

Espaço para atendimento que permita sigilo profissional

Outros: _____

14. Além desses, que outros recursos você avalia que poderiam ser disponibilizados?

15. Como você avalia as condições de trabalho na Unidade de Acolhimento?

Excelente Bom Regular Insatisfatório

16. Qual o perfil da população atendida por essa Unidade de Acolhimento?

17. Como se dá a relação com a rede socioassistencial?

18. Há algum serviço ou programa que a Unidade de Acolhimento deveria ofertar e que por algum motivo é outra instituição que executa? Em sua opinião, por que isso ocorre?

19. A instituição possui algum vínculo religioso?

Sim. Com qual religião?

Não.

Caso a resposta anterior tenha sido **sim**:

20. Na sua percepção, existe algum tensionamentos entre o vínculo religioso e a Política Pública desenvolvida na instituição?

ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA UNIDADE DE ACOLHIMENTO

21. Qual a função que desempenha na Unidade de Acolhimento?

Coordenação

Atendimento/ Acompanhamento

Assessoria

Outra: _____

22. Para atuar na condição de Assistente Social nesta função e instituição, que tipo de conhecimento você considera ser essencial?

23. Quais as atividades profissionais desenvolvidas por você na Unidade de Acolhimento?

24. Na sua avaliação, o seu processo de formação possibilitou uma compreensão deste espaço de atuação profissional?

25. Na sua percepção, você realiza alguma atividade que não condiz com a sua formação?

Sim. Qual?

Por quê?

Não.

26. No seu entendimento, quais as competências e atribuições privativas que você desenvolve?

27. Quais as principais demandas postas para a Assistente Social pela instituição?

28. Quais as principais demandas postas para a Assistente Social pelos usuários?

29. Quais as dificuldades que você encontra para a sua atuação profissional?

30. Quais ações e iniciativas você desenvolve para superar estas dificuldades?

31. Você considera que para a intervenção junto a crianças e adolescentes seja importante o debate da diversidade de orientação sexual?

Sim

Não. Por quê?

32. Você avalia que é importante para sua atuação profissional a capacitação continuada?

Sim. Quais as duas últimas atividades de capacitação que participou?

Não. Por quê?

33. O que você entende por Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social?

34. Como profissional de Serviço Social, você tem identidade com o projeto éticopolítico da profissão?

() Sim. Quais as ações que você desenvolve que contribuem, na sua avaliação, para fortalecer as diretrizes desse projeto na sua atuação profissional?

() Não. Por quais motivos?

35. Você identifica como favorável ou desfavorável ao projeto profissional o caráter religioso que esta unidade de acolhimento possui?

PERCEPÇÃO PROFISSIONAL SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL E A RELIGIÃO

36. Você é adepta/ praticante de alguma religião?

() Sim. Qual? _____

() Não.

37. Quais valores da sua inserção religiosa você considera essenciais na sua vida particular?

38. Você considera que existe alguma tensão entre os valores veiculados na sua experiência religiosa e sua prática profissional?

() Sim. Qual/quais? _____

() Não. Por quê? _____

Para quem responder **não** na pergunta anterior:

39. Você considera que seus valores religiosos são complementares aos valores da profissão de Serviço Social?

() Sim.

() Não.

40. Em quais atividades desenvolvidas por você na instituição poderia exemplificar esta complementação?

41. Quais os princípios centrais do Código de Ética Profissional?

42. Como você relaciona estes princípios elencados por você com sua prática profissional?

43. Para você o que é uma intervenção profissional direcionada pela ética?

44. O que você compreende por liberdade?

45. Você considera que a liberdade é um valor importante para ser trabalhado junto ao segmento de crianças e adolescentes atendidos por esta instituição?

- () Sim.
- () Não. Por quê?
